

**Diagnóstico e Plano Estratégico de Estatísticas  
Turísticas Nacionais  
(SDP Nº 06/2013)**

**Ministério do Turismo**

**Relatório 2 - Diagnóstico sobre Contas Nacionais,  
Balanço de Pagamentos e Conta Satélite de Turismo -  
Versão Final  
3ª Versão**

**30 de novembro de 2015**

## FICHA TÉCNICA

Objeto do Contrato	Diagnóstico e Plano Estratégico de Estatísticas Turísticas Nacionais
Data de Assinatura do Contrato	29 de agosto de 2014
Prazo de Execução (Contrato + Aditivo)	15 (quinze) meses
Contratante	Ministério do Turismo
Contratadas	Fundação Getulio Vargas Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Coordenador de Projeto	Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

## EQUIPE ALOCADA NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

### EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA

Luiz Gustavo Barbosa - Coordenador Geral

Decio Katsushigue Kadota - Especialista Desenho Amostral e Organização Estatística

Paulo Cesar Stilpen - Especialista em Pesquisas Econômicas

Pedro Aranburu Calafel - Especialista em Trabalho de Campo

Leonardo Vasconcelos - Especialista em Administração de Dados

Agnes Dantas - Documentalista

Moisés Diniz Vassallo - Consultor Júnior de Estatísticas Econômicas e Análise Setorial

Ewerton Monti - Consultor Júnior de Pesquisas Econômicas

André Coelho - Consultor Júnior de Coordenação Administrativa e Gestão Pública

Wilson Abrahão Rabahy - Consultor Sênior de Estatística Econômica e Contas Nacionais

Marcel Levi - Consultor Sênior de Coordenação Administrativa e Gestão Pública

Pedro Aranzabal Basaras - Consultor Sênior de Análise e Mensuração do Turismo

Fabiola Barros - Pessoal de Apoio - Secretaria Executiva

Erick Lacerda - Pessoal de Apoio - Administrativo/financeiro

### EQUIPE DE APOIO

Glauber Santos - Especialista

Luiz Fernando Mocelin Sperancete - Especialista

Luiz Renato Ignarra - Especialista

Rafaela Garcia de Araujo - Análise de Qualidade

Juliana Cabral Correia - Análise de Qualidade

Nathália Barbosa da Silva - Análise de Qualidade

## Sumário

LISTA DE SIGLAS .....	6
LISTA DE QUADROS .....	7
LISTA DE FIGURAS .....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. Aspectos metodológicos .....	9
2. Desenvolvimento do conteúdo .....	11
2.1 Diagnóstico sobre o balanço de pagamentos.....	11
2.1.1 Introdução ao balanço de pagamentos .....	11
2.1.2 Metodologia proposta pelo quinto e pelo sexto manual sobre balanço de pagamentos do FMI .....	13
2.1.2.1 Transporte internacional e viagens internacionais (BPM5).....	13
2.1.2.2 Transporte internacional e viagens internacionais (BPM6).....	20
2.1.3 Balanço de Pagamentos Brasileiro - desenvolvimento e estado atual.....	27
2.1.4 Diagnóstico da situação atual - entrevista com equipe técnica do Banco Central do Brasil.....	31
2.2 Diagnóstico sobre contas nacionais e conta satélite de turismo no Brasil .....	41
2.2.1 Introdução às contas nacionais e conta satélite de turismo.....	41
2.2.2 Conceitos básicos para formulação da conta satélite de turismo .....	43
2.2.2.1 Informações da demanda .....	45
2.2.2.2 Informações da oferta .....	48
2.2.3 Métodos de estruturação da conta satélite de turismo .....	51
2.2.4 Conta satélite de turismo no mundo.....	52
2.2.5 Diagnóstico da situação atual - condicionantes para implementação da Conta Satélite de Turismo no Brasil .....	54
3. Conclusões e recomendações .....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66
GLOSSÁRIO.....	68
ANEXOS .....	74
Anexo 1 - Roteiro da entrevista com o Banco Central do Brasil .....	75
Anexo 2 - Roteiro da entrevista com o IBGE.....	78
Anexo 3 - Entrevista com analistas do Banco Central do Brasil .....	83
Anexo 4 - Entrevista com Roberto Olinto, diretor de pesquisas do IBGE .....	105

Anexo 5 - Entrevista com Ricardo Montes de Moraes, gerente de Modelos e Métodos na coordenação de contas nacionais do IBGE.....	126
Anexo 6 - Tabelas da conta satélite de turismo.....	134
Anexo 7 - Apresentação sobre contas satélites realizada por Andréa Bastos da Silva Guimarães, da coordenação de comércio e serviços do IBGE, em seminário do MTUR sobre CST .....	157

## LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil  
BPM5 – Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI  
BPM6 – Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI  
CST – Conta Satélite de Turismo  
EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo  
EUROSTAT – Instituto de Estatística da Comunidade Europeia  
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo  
FGV – Fundação Getulio Vargas  
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMF – *International Monetary Fund* – Fundo Monetário Internacional  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MTUR – Ministério do Turismo  
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OMT – Organização Mundial do Turismo  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD-C – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
PRODETUR NACIONAL – Programa de Apoio ao PRODETUR NACIONAL  
UF – Unidade da Federação  
WTTC – Conselho Mundial de Viagens e Turismo

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do balanço de pagamentos brasileiro - transporte internacional e viagens internacionais - BPM5.....	29
Quadro 2 - Estrutura do balanço de pagamentos brasileiro - transporte internacional e viagens internacionais - BPM6.....	30
Quadro 3 - Países com conta satélite de turismo desenvolvida ou em desenvolvimento .....	53

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura proposta para transporte internacional - BPM5.....	19
Figura 2 - Estrutura proposta para viagens internacionais - BPM5.....	20
Figura 3 - Estrutura proposta para conta transporte internacional - BPM6 .....	23
Figura 4 - Estrutura proposta para viagens internacionais - BPM6.....	27

## INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o **Relatório 2 - Diagnóstico sobre Contas Nacionais, Balanço de Pagamentos e Conta Satélite de Turismo - Versão Final**, parte integrante do projeto correspondente ao **Contrato nº 024/2014-MTUR/Apoio ao PRODETUR NACIONAL**, celebrado entre o **Consórcio Fundação Getúlio Vargas/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas** e o **Ministério do Turismo**, objeto da **SDP Nº 06/2013**, no âmbito do **PRODETUR NACIONAL**.

O relatório tem como principal objetivo diagnosticar o atual estágio de desenvolvimento da Conta Satélite de Turismo (CST) e, para tanto, a equipe do Consórcio FGV/FIPE realiza um diagnóstico acerca do presente estágio de implementação das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a Balança de Pagamentos - notadamente as rubricas Viagens Internacionais e Transporte de Passageiros - e a implementação das recomendações do novo Manual do FMI (BPM6).

No capítulo 1 são apresentados os principais aspectos metodológicos relacionados à elaboração deste relatório.

No capítulo 2 apresentam-se os diagnósticos construídos a partir da análise da equipe técnica do Consórcio FGV/FIPE e também as entrevistas com técnicos do Banco Central do Brasil e do IBGE.

No capítulo 3 são apresentadas as considerações finais. Em seguida, são apresentados os anexos com os roteiros utilizados nas entrevistas com os dois órgãos oficiais do Governo Federal e as tabelas que compõem a Conta Satélite de Turismo.



## 1. Aspectos metodológicos

---

Este relatório aborda, em primeiro lugar, o diagnóstico do atual estágio de adaptabilidade do Balanço de Pagamentos Brasileiro às diretrizes constantes no Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6), principalmente no que tange às viagens internacionais e transporte internacional de passageiros. Em segundo lugar, são abordados os aspectos relativos ao desenvolvimento da Conta Satélite de Turismo (CST) e o diagnóstico do presente estágio de desenvolvimento dessa conta no Brasil.

Tal diagnóstico apresenta fundamentação metodológica em documentos e relatórios-chave de instituições que possuem dados sobre o setor turístico como o IBGE, o BACEN, a OMT, a ONU, dentre outras instituições. Foram realizadas entrevistas com técnicos e diretores do IBGE e do BACEN para obter as informações necessárias à realização deste diagnóstico. Os parágrafos a seguir detalham o planejamento destas entrevistas.

A primeira etapa do processo de realização das entrevistas foi o desenvolvimento do instrumento de coleta e análise de documentos de referência, que consiste no levantamento e consolidação de material metodológico sobre o Balanço de Pagamentos Brasileiro, as Contas Nacionais Brasileiras e o estágio em que se encontra o desenvolvimento da Conta Satélite de Turismo no Brasil. A partir daí, elaborou-se um roteiro de entrevista em profundidade com técnicos e analistas do Banco Central do Brasil e um roteiro de entrevista em profundidade com técnicos e analistas do IBGE. Ambos os roteiros, apresentados nos Anexos 1 e 2 deste relatório, foram desenvolvidos seguindo diretrizes estabelecidas no Termo de Referência, e enviados para análise e aprovação do MTUR, para que então fossem realizadas as entrevistas.

O Consórcio FGV/FIPE com apoio do MTUR contatou o Banco Central do Brasil e IBGE para identificar os técnicos que poderiam participar das entrevistas e averiguar sua disponibilidade. Uma vez selecionados os técnicos de cada organização (Banco Central do Brasil e IBGE) para a entrevista, o MTUR enviou os convites para a realização das entrevistas, tendo em vista a sua formalidade, a respectiva gravação e a posterior transcrição dos dados e assuntos abordados.

A segunda etapa do processo de realização das entrevistas correspondeu à seleção dos técnicos a serem entrevistados em cada uma das organizações. No Banco Central do Brasil, foram

entrevistados profissionais técnicos, responsáveis pelo desenvolvimento do Balanço de Pagamentos. No IBGE foram entrevistados o Diretor de Pesquisas e o Gerente de Modelos e Métodos da Coordenação de Contas Nacionais.

Os entrevistados do Banco Central do Brasil foram:

- ▣ Fernando Rocha: Chefe adjunto do departamento econômico do Banco Central do Brasil.
- ▣ Thiago Said Vieira: Departamento de balanço de pagamentos do Banco Central do Brasil.
- ▣ Rafael Monastier: Analista do Banco Central do Brasil para balanço de pagamentos.

Os entrevistados do IBGE foram:

- ▣ Roberto Olinto: Diretor de Pesquisas.
- ▣ Ricardo Montes de Moraes, Gerente de Modelos e Métodos na Coordenação de Contas Nacionais da mesma instituição.

Após o aceite do entrevistado para a concessão da entrevista, o Consórcio FGV/FIPE entrou em contato para agendamento de data, horário e local da entrevista, respeitando a disponibilidade do entrevistado.

Com o agendamento das entrevistas efetivado, os selecionados receberam carta mencionando o projeto, seus objetivos gerais, o objetivo específico da entrevista e o roteiro de entrevista aprovado pelo Ministério do Turismo.

As entrevistas com a equipe do Banco Central e com o Diretor de Pesquisas do IBGE foram realizadas presencialmente. A entrevista com o Gerente de Modelos e Métodos na Coordenação de Contas Nacionais foi realizada por telefone. Todo o procedimento foi gravado em áudio e a entrevista iniciada com uma introdução ao tema, a fim de esclarecer seus objetivos - nessa fase houve apresentação breve do entrevistador, do projeto e do objetivo específico da entrevista. Os entrevistados foram lembrados sobre a gravação do áudio da entrevista.

Finalizada a introdução, foi dado início às perguntas constantes no roteiro pré-definido e aprovado pelo Ministério do Turismo. Os entrevistadores adotaram uma postura inquisitiva, inicialmente

seguindo estritamente as questões estabelecidas pelo roteiro, mas, em seguida, avançando sobre lacunas e oportunidades abertas pelas respostas dos entrevistados.

Desta forma, o roteiro de entrevista deve ser entendido como sua estrutura básica, constituindo um quadro que corresponde minimamente aos objetivos da entrevista, mas não se limitando a isso, pois havendo abertura por parte do entrevistado, o entrevistador poderia avançar sobre questões com lacunas a serem preenchidas, ainda que não previstas no roteiro de questões. Ao final da fase de perguntas, o entrevistador agradeceu ao entrevistado e encerrou a sessão.

Posterior ao levantamento de dados foi executada uma série de procedimentos até a elaboração do relatório final da pesquisa. A primeira etapa consistiu na transcrição integral dos áudios. Em seguida, o conteúdo das entrevistas foi editado, quando necessário, para adotar o padrão formal da língua portuguesa, ou seja, marcas de oralidade substituídas por elementos mais próximos à norma culta padrão. Em seguida, as respostas fornecidas pelos entrevistados foram analisadas a fim de compor os conteúdos do diagnóstico apresentado neste relatório.

## 2. Desenvolvimento do conteúdo

---

### 2.1 Diagnóstico sobre o balanço de pagamentos

#### 2.1.1 Introdução ao balanço de pagamentos

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e com a criação das instituições multilaterais resultantes dos acordos de Breton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a mensuração das estatísticas e a compilação dos dados referentes aos fluxos econômico-financeiros internacionais passaram por substanciais transformações.

Tais transformações refletiram-se no desenvolvimento de padronizações metodológicas dos dados e das estatísticas referentes às contas externas dos países e levaram ao aprimoramento e/ou aperfeiçoamento dos países quanto a seus próprios Balanços de Pagamentos, conferindo, assim, maior clareza e transparência no monitoramento destes balanços pelos governos, instituições financeiras e pelo FMI.

Nesse sentido, até 1993, o FMI lançou quatro manuais sobre Balanço de Pagamentos, os quais propunham aos países participantes da instituição um padrão metodológico para a mensuração dos dados externos de suas economias. A cada lançamento de manual, novos itens pertinentes eram abordados ou retirados, quando considerados obsoletos.

Em 1993, o FMI lançou o seu Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos (BPM5), o qual propunha uma série de medidas visando a melhor padronização e harmonização possível das principais variáveis dos balanços de pagamentos para os países participantes da instituição, devido à intensificação e complexidade dos fluxos econômico-financeiros entre os países.

Tal manual propunha, dentre outras medidas, o aperfeiçoamento da Conta Financeira do Balanço de Pagamentos, assim como ajustes em alguns itens da Conta de Transações Correntes. Não obstante, no que tange aos itens Transporte Internacional e Viagens Internacionais, tal manual expôs o padrão metodológico a ser então seguido pelos países.

Em 2009, o FMI lançou o Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos (BPM6), enfatizando o aperfeiçoamento dos itens de Viagens Internacionais por Motivos Pessoais. Nesse sentido, entre o Quinto e o Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI não há mudanças metodológicas significativas referentes aos setores de Viagens Internacionais e Transporte Internacional, salvo o item supracitado.

## 2.1.2 Metodologia proposta pelo quinto e pelo sexto manual sobre balanço de pagamentos do FMI

### 2.1.2.1 Transporte internacional e viagens internacionais (BPM5)

#### Transporte internacional

Com a intensificação dos fluxos econômicos entre os países ao final da Segunda Guerra Mundial, os itens Transporte Internacional e Viagens Internacionais passaram a ter um papel cada vez mais relevante nas contas externas dos países.

Segundo o Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5), o item Transporte Internacional engloba todos os tipos de serviços de transporte, seja por mar, terra, ar, vias navegáveis e espacial, os quais são fornecidos por residentes para não residentes, e que envolvem o transporte de passageiros, de bens (frete), aluguel com tripulação (fretamento) e serviços auxiliares de suporte. No entanto, algumas atividades aparecem excluídas, como: serviços de seguros de frete, bens carregados em portos por transportadoras não residentes e reparos de equipamentos de transporte<sup>1</sup>.

Na conta Transporte Internacional há o desmembramento dos serviços em subcontas:

- ▣ A primeira subconta é a transporte de passageiros, que engloba todos os serviços prestados entre residentes para não residentes, o que gera um superávit para a economia dos residentes, e também os serviços prestados por não residentes para residentes, o que gera um déficit para a economia dos residentes;
- ▣ A segunda subconta refere-se aos serviços de frete, que inclui o carregamento e o descarregamento de bens por transportadoras - se os contratos entre os proprietários dos bens e as transportadoras requererem estes serviços. Caso contrário, o serviço é classificado como parte de bens, ou seja, o valor é inserido no valor das importações e exportações.

---

<sup>1</sup> IMF: *Balance of Payments Manual*, 1993. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>>.

Este tratamento é usado porque, na prática, as estatísticas que podem ser coletadas sobre serviços de frete cobrirão indistintamente todos os serviços que são fornecidos pelo transportador, enquanto as estatísticas sobre bens, geralmente, não incluem os encargos com carregamento. Dessa forma, débitos (pagamentos) deverão ser imputados nas contas da economia local para todos os serviços de transportes realizados quando estes serviços forem realizados por transportadoras não residentes, e quando estes serviços de transportes forem despachados junto à transportadora.

Por outro lado, créditos (receitas) deverão ser imputados na conta da economia local para todos os serviços de transportes realizados por residentes desta economia tendo como destino o exterior. O registro de tais serviços de transportes é realizado após os objetos de exportação e importação terem sido carregados pela transportadora na fronteira.

Transações de crédito e débito de exportação e importação realizadas entre residentes e não residentes não são registradas como transporte internacional, mas sim como exportação e importação na balança comercial da conta de transações correntes, desde que os bens contabilizem seu transporte próprio como parte do valor final do próprio bem. Caso contrário, quando os valores dos serviços de transporte internacional não estejam agregados ao valor final do bem, tais valores dos serviços de transportes deverão ser registrados na subconta serviços de transportes e o valor final do bem como exportação e importação na conta de Transações Correntes;

- ▣ A terceira subconta engloba os serviços de aluguel de equipamentos de transporte, que se caracterizam pelos aluguéis ou financiamento operacionais de transporte feitos por residentes para não residentes e vice-versa, de aeronaves, embarcações e/ou outros veículos comerciais, com tripulação, por período *ad hoc*, para transporte de bens e/ou passageiros. Também se incluem rebocues e serviços de transporte de plataformas petrolíferas, guindastes flutuantes e dragas. No entanto, *leasing* financeiro ou fretamentos por longo período de tempo ficam excluídos dessa subconta; e
- ▣ A quarta subconta reúne serviços de suporte e auxiliares (Outros), os quais englobam uma ampla gama de serviços fornecidos em portos, aeroportos e outras facilidades de terminais. Entre tais serviços de facilidades, especificamente, encontram-se: carregamento e descarregamento de contêineres, estocagem e armazenamento,

empacotagem e desempacotagem, pilotagem, ajuda de navegação para transportadoras, manutenção e limpeza de equipamentos de transporte e operações de salvamento. As comissões e honorários de agentes de transporte de passageiros e de frete também estão incluídos neste subitem.

Note-se que o transporte aéreo e o transporte marítimo foram os modais considerados mais relevantes pelo manual BPM5 do FMI, registrando-se os outros modais (terrestre, por exemplo) de forma agrupada em Outros.

## Viagens internacionais

A conta Viagens Internacionais, de acordo com o Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5), apresenta características singulares. *A priori*, a natureza dos serviços de viagens internacionais difere de outros componentes de serviços internacionais, pois é uma atividade de demanda orientada.

O consumidor (viajante) move-se para o local dos fornecedores para consumir os bens e serviços desejados. Assim, ao contrário de outros serviços, o conceito de Viagens Internacionais não se apresenta como um tipo específico de serviço, mas um sortimento de serviços consumidos em economias não residentes pelos viajantes.

O conceito de Viagens Internacionais engloba, primariamente, os bens e serviços adquiridos por viajantes e turistas residentes em viagens ao exterior, por período menor ou igual a um ano. Os bens e serviços podem ser adquiridos pelos viajantes e turistas para que eles possam consumir ou presentear alguém. Estão excluídos os custos com transporte internacional de passageiros, os quais são registrados na rubrica de Transporte Internacional de passageiros.

Por turista, entende-se que este representa uma unidade de estadia individual numa economia da qual ele não é residente, para algum outro propósito que não:

- 1) Estar estacionado sobre bases militares ou ser empregado de agências de seu próprio governo (incluem-se diplomatas e outros membros de embaixada e consulados);
- 2) Ser acompanhante dependente de militares ou de empregados de agências governamentais; e
- 3) Empreender uma atividade produtiva diretamente para uma entidade residente daquela economia.

Nesse sentido, os gastos realizados pelos indivíduos mencionados nos dois primeiros grupos são registrados em gastos governamentais. Já os gastos realizados por indivíduos do terceiro grupo são registrados em Viagens Internacionais por motivo de Negócios.

Ademais, o conceito de turista inclui indivíduos que despendem, no mínimo, uma noite no país visitado e viajantes de um mesmo dia (excursionistas), que ficam menos de 24 horas no local e não dormem. No entanto, para que o turista seja distinguido de um residente, ele não deve exceder o limite máximo de um ano de estadia no local onde se está viajando.

A “regra do um ano” de estadia não se aplica para estudantes e/ou pacientes médicos, que permanecem residentes de suas economias de origem mesmo se a extensão da estada numa outra economia é de um ano ou mais. Todos os gastos, incluindo-se aqueles para propósitos educacionais e de saúde (tais como o pagamento de estudos, acomodação, tarifas hospitalares, tratamentos e honorários médicos) realizados pelos estudantes e pacientes médicos, são registrados em Viagens Internacionais e identificados separadamente. Honorários pagos para a aquisição de serviços prestados no exterior por professores e médicos são registrados na conta de serviços pessoais, de recreação e culturais.

## Tipos de viagens internacionais

Os tipos de viagens internacionais que o Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI propõe são dois: viagens a negócios e viagens pessoais.

- ▣ Viagens a negócios - engloba indivíduos que se deslocam ao exterior para realizarem as seguintes atividades:
  - ▣ Tripulação parando ou pernoitando;
  - ▣ Funcionários de governo em viagem oficial;
  - ▣ Funcionários de organizações internacionais em negócios oficiais;
  - ▣ Funcionários em trabalho para empresas que não são residentes nas economias nas quais o trabalho ocorre/ocorrerá; e
  - ▣ Viajantes que visitam uma economia para campanhas de venda, exploração de marketing, negociações comerciais, missões empresariais, produção, trabalhos de instalação ou outros negócios em nome de empresa não residente na economia em que serão realizados os trabalhos.



Entretanto, o conceito Viagens Internacionais engloba aquisições de bens e serviços por indivíduos, incluindo aqueles nos quais os viajantes a negócios são reembolsados pelas empresas, mas não compras e vendas de viajantes a negócios concluídas em nome das empresas que representam.

Gastos pessoais em bens e serviços por trabalhadores sazonais, trabalhadores fronteiriços ou outro trabalhador de curto prazo não residente nas economias nas quais eles estão empregados também são registrados em Viagens Internacionais.

- ▣ Viagens pessoais - engloba o deslocamento de viajantes para o exterior por propósitos outros que não para negócios. Tais propósitos são os seguintes:
  - ▣ Atividades de lazer;
  - ▣ Feriados;
  - ▣ Participação em eventos esportivos;
  - ▣ Atividades recreacionais e culturais;
  - ▣ Visitas a parentes e amigos; e
  - ▣ Peregrinação e eventos religiosos.

Estudantes que se deslocam para o exterior por período de tempo superior a um ano, mas que continuam a depender economicamente de suas famílias, pertencem ao agregado familiar de origem. Desta forma, são considerados residentes do local onde se encontra o centro do interesse econômico de suas famílias, mesmo que seus ambientes habituais sejam as universidades e os locais onde habitam no exterior.

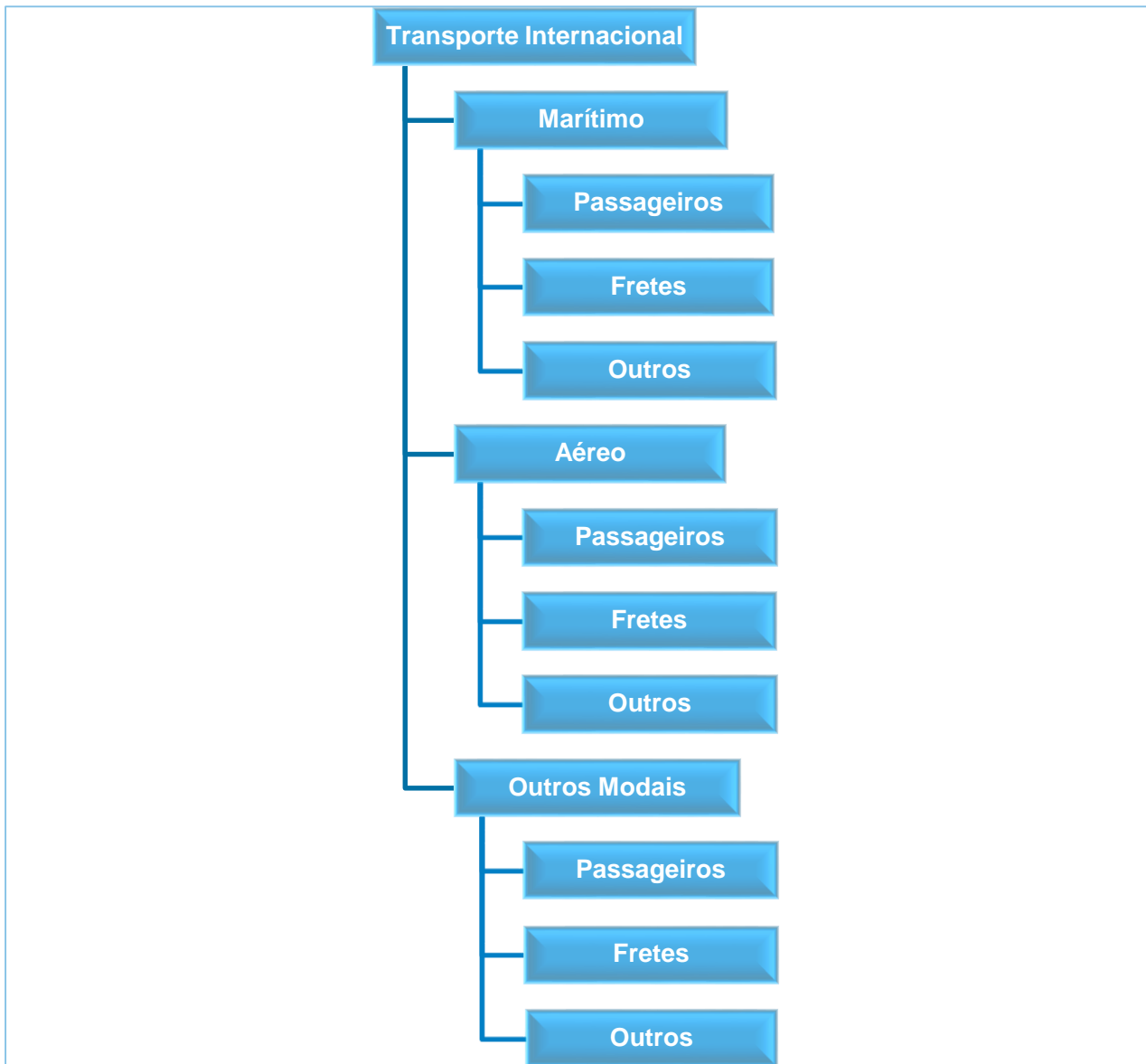
Os pacientes que permanecem por mais de um ano em hospital ou estabelecimento hospitalar no exterior continuam a fazer parte do local onde suas relações econômicas familiares se originam, situação análoga à dos estudantes.

Bens e serviços adquiridos por viajantes devem ser registrados na subconta Viagens Internacionais. Estes bens e serviços podem ser pagos pelo próprio viajante, pagos por alguma instituição (empresas, por exemplo), ou serem fornecidos por alguém sem retribuição financeira equivalente (presente) tais como acomodação livre e receptivos de hospedagem por visitantes oficiais ou por amigos e parentes. Os bens e serviços mais comuns consumidos por turistas em viagens internacionais são:

- ▣ Hospedagem;
- ▣ Alimentação;
- ▣ Entretenimento;
- ▣ Transporte interior no país de visita – todos os quais são consumidos na economia fornecedora; e
- ▣ Presentes, *souvenirs* e artigos comprados pelos próprios viajantes para consumo próprio e/ou levados para sua economia de origem.

Por fim, são apresentados nas Figuras 1 e 2 os esquemas institucionais das subcontas Transporte Internacional e Viagens Internacionais que o Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI propõe.

Figura 1 - Estrutura proposta para transporte internacional - BPM5



Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5), 1993. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>>. Acesso em: 10/03/2015.

Figura 2 - Estrutura proposta para viagens internacionais - BPM5



Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5), 1993. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>>. Acesso em: 10/03/2015.

## 2.1.2.2 Transporte internacional e viagens internacionais (BPM6)

### Transporte internacional

Em 2009, o FMI lançou seu Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos (BPM6), o qual propunha o aperfeiçoamento e maior detalhamento das contas externas dos países-membros da instituição, principalmente as contas financeiras. No entanto, no caso da mensuração dos dados do Transporte Internacional e das Viagens Internacionais, pouca coisa mudou em relação ao Quinto Manual Sobre Balanço de Pagamentos (BPM5).

Nesse sentido, o transporte marítimo e o aéreo continuam sendo os modais tratados como mais relevantes para a mensuração dos dados sobre Transporte Internacional. No entanto, assim como no Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI, outros tipos de modais aparecem de forma separada na subconta chamada Outros Modais, incluindo em seus registros modais de rodovias, de ferrovias, dentre outros.

A subconta chamada Outros Serviços de Transporte incluem serviços que são auxiliares ao transporte não diretamente fornecidos para o movimento de bens e pessoas, tais como:

- ▣ Movimentação de cargas compradas separadamente do frete;
- ▣ Armazenamento;
- ▣ Embalagem e reembalagem de produtos;
- ▣ Reboques;
- ▣ Controle de voo;
- ▣ Operações de salvamento; e
- ▣ Honorários de agentes associados ao transporte de objetos e pessoas (encaminhamento de frete e serviços de corretagem - despachante).

As seguintes atividades estão excluídas:

- ▣ Seguro de frete;
- ▣ Bens procurados em portos por transportadoras não residentes;
- ▣ Manutenção e reparo de equipamentos de transportes; e
- ▣ Reparos de facilidades de transportes em geral.

## Transportes de passageiros

Os serviços de transportes internacionais de passageiros caracterizam-se pelos serviços fornecidos por transportadoras residentes para visitantes e turistas não residentes, gerando um crédito para a economia residente e vice-versa; os serviços fornecidos por transportadoras não residentes para visitantes e turistas residentes geram um débito para a economia residente.

O Sexto Manual do FMI ressalta que taxas pagas por visitantes e turistas às agências de viagens, quando da aquisição dos serviços de transportes, devem ser registrados juntamente ao valor final do transporte contratado. Ademais, as seguintes taxas e tarifas de serviços contratados pelos passageiros também estão englobados na conta Transporte Internacional de Passageiros:

- ▣ Excesso de bagagem;
- ▣ Consumo de comidas e bebidas a bordo; e
- ▣ Aluguéis e fretamento de veículos com tripulação.

Estão excluídos desta conta os seguintes serviços:

- ▣ Aluguel e/ou fretamento que são *leasings* financeiros; e
- ▣ Aluguel e fretamentos temporários sem tripulação.

## Serviços de fretes

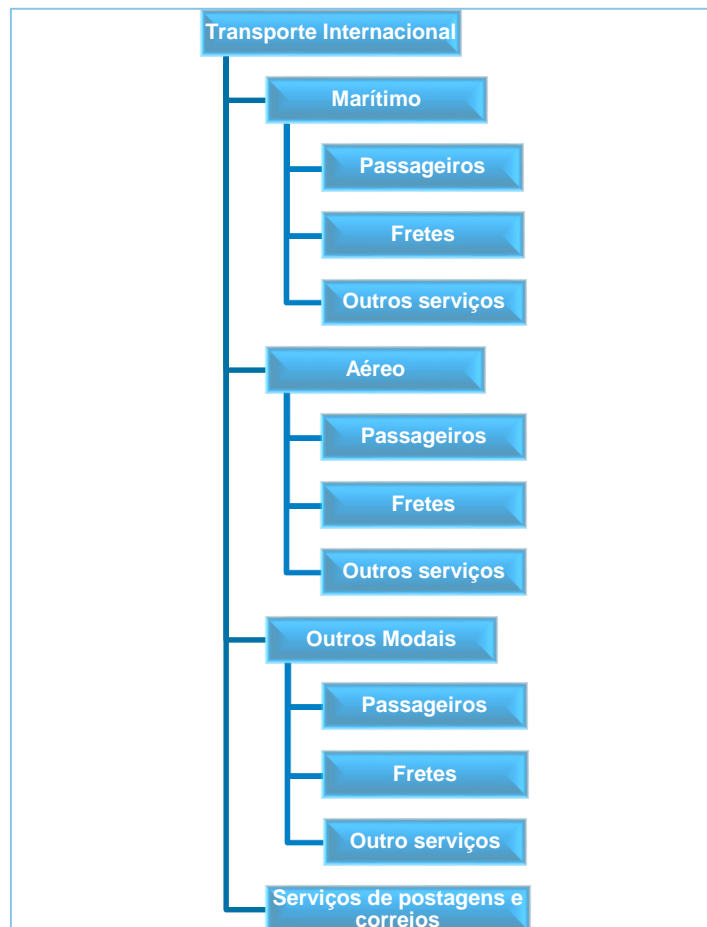
De acordo com o Sexto Manual do FMI, os serviços de frete englobam tanto objetos quanto pessoas. No entanto, deve-se atentar para fretes sobre exportações e importações, os quais estão incluídos na rubrica de bens importados e exportados na conta de Transações Correntes. Mas, quando não houver a troca de propriedade de um determinado bem transportado, o valor do frete deve ser registrado na conta Serviços de Fretes.

## Serviços de postagens e correios

Os serviços de postagens caracterizam-se pela captação, transporte e entrega de cartas, jornais, revistas, periódicos, cadernos e outros materiais. Os serviços de correios incluem entregas porta-a-porta, assim como entregas expressas, com tempo específico de chegada e horário pré-determinado para entrega. Cabe destacar que devem ser assinalados os valores de serviços de postagens e correios em uma conta específica.

A Figura 3 apresenta a estrutura da conta Transporte Internacional proposta pelo Sexto Manual de Balanço de Pagamentos do FMI.

Figura 3 - Estrutura proposta para conta transporte internacional - BPM6



Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6), 2009. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>>. Acesso em: 10/03/2015.

## Viagens internacionais

A conta Viagens Internacionais engloba bens e serviços adquiridos para uso próprio ou para presentear alguém, adquiridos em uma economia não residente por residentes, durante visitas àquela economia não residente. Analogamente ao assinalado nas instruções do Quinto Manual do FMI, no Sexto Manual os débitos englobam bens e serviços adquiridos de uma economia não residente por residentes durante viagens àquela economia não residente. Inversamente, quando não residentes adquirem bens e serviços de economias residentes, gera-se um crédito para a economia em visita.

A metodologia adotada para se distinguir os tipos de viagens constante no Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI apresenta dois tipos de motivações de viagens: viagens a negócios e viagens pessoais.

Cabe destacar que há interesse especial por dados sobre determinados grupos como os dos trabalhadores fronteiriços, visitantes sazonais e outros trabalhadores de curto prazo. Os bens e serviços adquiridos por estes trabalhadores fronteiriços, pelos trabalhadores sazonais e pelos trabalhadores de curto prazo também são incluídos e registrados em Viagens Internacionais. Tal grupo de interesse deve-se constituir em uma subconta para registro dos dados.

A metodologia do Sexto Manual do FMI prevê ainda uma subconta por tipos de bens e serviços adquiridos pelos turistas nas viagens internacionais, da seguinte forma:

- ▣ Bens em geral;
- ▣ Serviços de transporte local;
- ▣ Serviços de acomodação;
- ▣ Serviços de alimentação; e
- ▣ Outros serviços.

Cabe destacar que na subconta Outros Serviços, o Sexto Manual propõe que sejam incluídos gastos suplementares de saúde e educação.

Bens e serviços adquiridos durante a viagem, mas pagos antes ou depois dela, são incluídos no item Viagens Internacionais, tendo em vista que a caracterização deste tipo de gasto geralmente relaciona-se com a viagem.

## Tipos de viagens internacionais

Os tipos de viagens internacionais que o Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI propõe são: viagens a negócios e viagens pessoais.

- ▣ Viagens a negócios - engloba os seguintes tipos de turistas:
  - ▣ Tripulação parando ou pernoitando;



- Funcionários de governo em viagem oficial;
- Funcionários de organizações internacionais em negócios oficiais;
- Funcionários em trabalho para empresas que não são residentes nas economias nas quais o trabalho ocorre/ocorrerá;
- Viajantes que visitam uma economia para campanhas de venda, exploração de marketing, negociações comerciais, missões empresariais, produção, trabalhos de instalação, ou outros negócios em nome de empresa não residente na economia em que serão realizados os trabalhos; e
- Viagens de trabalhadores sazonais, trabalhadores fronteiriços e trabalhador de curto prazo prestando serviços em uma economia a qual não é seu local de residência.

O conceito Viagens Internacionais engloba aquisições de bens e serviços por indivíduos para consumo individual, incluindo aqueles nos quais os viajantes a negócios são reembolsados pelas empresas, mas não compras e vendas de viajantes a negócios concluídas em nome das empresas que representam.

- Viagens pessoais - engloba o deslocamento de turistas para economias não residentes por motivos outros que não para negócios, os quais são:
  - Atividades de lazer;
  - Feriados;
  - Participação em eventos esportivos;
  - Atividades recreacionais e culturais;
  - Visitas a parentes e amigos;
  - Peregrinação e eventos religiosos;
  - Educação; e
  - Cuidados médicos.

Estudantes que vão para o exterior por um período de tempo superior a um ano, mas que continuam a depender economicamente de suas famílias, pertencem ao agregado familiar de origem. Desta forma, são considerados residentes do local onde se encontra o centro do interesse econômico de suas famílias, mesmo que seus ambientes habituais sejam as universidades e os locais onde habitam no exterior.

Os pacientes que permanecem por mais de um ano em hospital ou estabelecimento hospitalar no exterior continuam a fazer parte do local onde suas relações econômicas familiares se originam, situação análoga à dos estudantes.

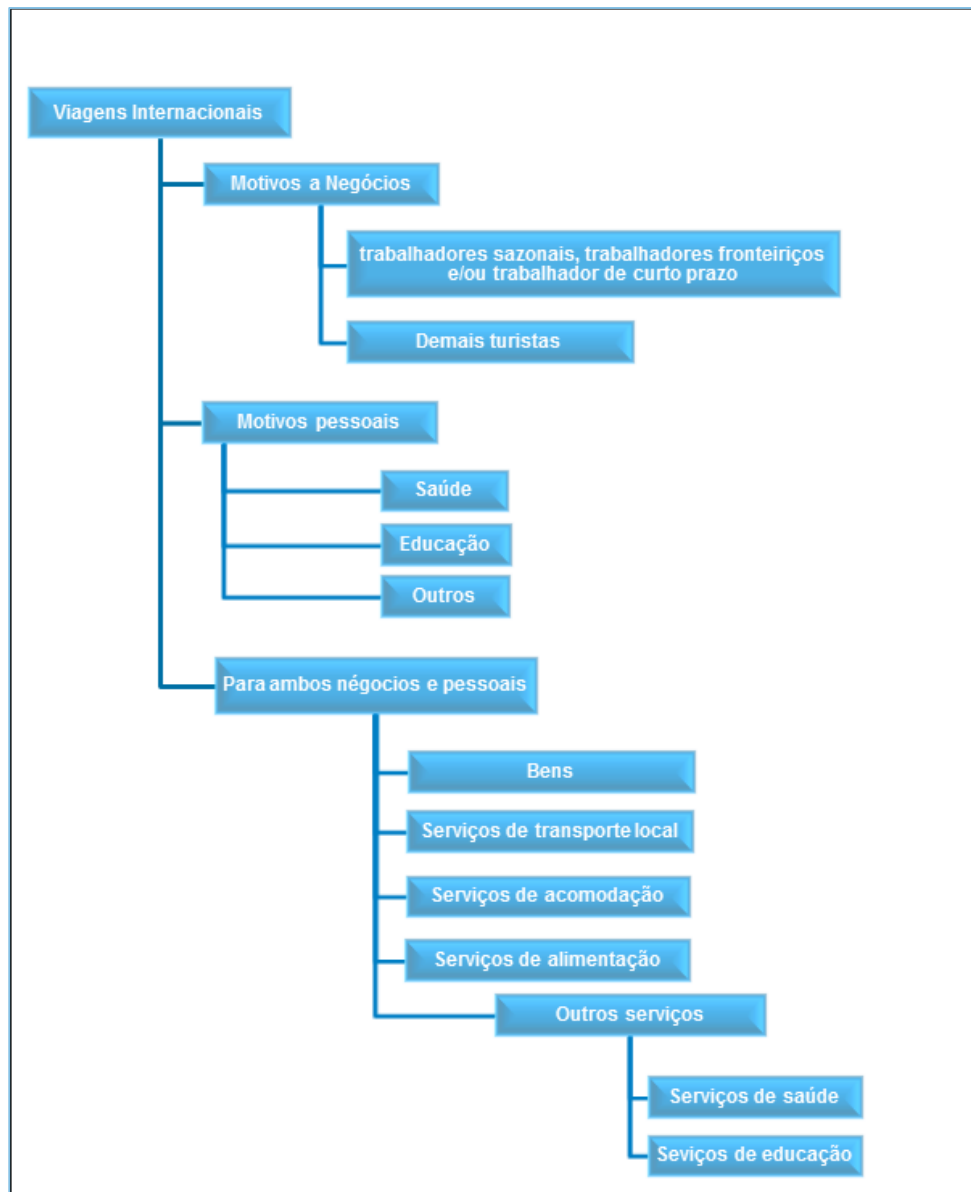
Bens e serviços adquiridos por viajantes não residentes devem ser registrados na subconta Viagens Internacionais. Estes bens e serviços podem ser pagos pelo próprio viajante, pagos por alguma instituição (empresas, por exemplo), ou serem fornecidos por alguém sem retribuição financeira equivalente (presente), tais como acomodação livre e receptivos de hospedagem por visitantes oficiais ou por amigos e parentes. Os mais comuns bens e serviços consumidos por visitantes e turistas em viagens internacionais são:

- ▣ Hospedagem;
- ▣ Comida e bebida (alimentação);
- ▣ Entretenimento;
- ▣ Transporte interior no país de visita – todos os quais são consumidos na economia fornecedora; e
- ▣ Presentes, *souvenirs* e artigos comprados pelos próprios viajantes para consumo próprio e/ou levados para sua economia de origem.

A Figura 4 apresenta o esquema institucional proposto da conta Viagens Internacionais pelo Sexto Manual do FMI, destacando, de forma mais específica em relação ao BPM5, os indivíduos que são considerados trabalhadores sazonais, fronteiriços e de curto prazo. Não obstante, a desagregação das subcontas por bens, serviços de transporte local, serviços de alimentação e serviços de hospedagem aparece de forma diferenciada em comparação ao Quinto Manual, sendo esta uma das renovações metodológicas propostas pelo BPM6.

Contudo, em relação a estas mudanças nas subcontas de Viagens Internacionais, o Sexto Manual do FMI sobre Balanço de Pagamentos apresenta mudanças apenas pontuais na comparação com o Quinto Manual. Mas a metodologia apresentada neste novo manual permite chegar muito próximo aos dados que as tabelas de turismo emissivo e receptivo da Conta Satélite de Turismo demandam.

Figura 4 - Estrutura proposta para viagens internacionais - BPM6



Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6), 2009. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>>. Acesso em: 10/03/2015.

### 2.1.3 Balanço de Pagamentos Brasileiro - desenvolvimento e estado atual

Desde antes do século XX, havia no Brasil a necessidade de criação de uma instituição formal que organizasse o sistema monetário nacional, que promovesse a oferta de moeda na economia brasileira e que fizesse a compilação dos dados relativos às transações do País com o exterior.

Nesse sentido, à medida que a economia crescia e avançava, a necessidade de criação de tal órgão tornava-se condição *sine qua non* para o aperfeiçoamento do sistema financeiro nacional. Assim, em dezembro de 1964, foi criado o Banco Central do Brasil, através da Lei nº 4.595.

No decorrer dos anos subsequentes, o Banco Central do Brasil passou a compilar os dados referentes às contas externas do País de forma constantemente padronizada com as metodologias internacionalmente mais avançadas, divulgando o balanço de pagamentos brasileiro anualmente, e se tornando uma fonte segura para consultas sobre a situação das contas externas do País.

A partir de 2001, o Banco Central do Brasil passou a divulgar a nova estrutura de balanço de pagamentos brasileiro, a qual passou a seguir parte da metodologia sugerida no Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI, lançado em 1993. As mais importantes alterações introduzidas foram:

- ▣ Introdução, na Conta de Transações Correntes, de clara distinção entre bens, serviços, rendas e transferências correntes, com ênfase no maior detalhamento dos serviços;
- ▣ Introdução da Conta Capital, que registra as transações relativas às transferências unilaterais de patrimônio de migrantes e a aquisição de bens não financeiros não produzidos (marcas e patentes);
- ▣ Introdução da Conta Financeira, que registra as transações relativas à formação de ativos e passivos externos, como investimento direto, investimento em carteira, derivativos e outros investimentos. A Conta Financeira foi, portanto, estruturada de forma a evidenciar as transações ativas e passivas, as classes dos instrumentos financeiros de mercado e os prazos das transações;
- ▣ No item investimentos diretos, a inclusão dos empréstimos intercompanhias (diretos e colocação de títulos);
- ▣ Reclassificação de todos os instrumentos de portfólio, inclusive bônus, *notes* e *comercial papers*, para a conta de investimentos em carteira;
- ▣ Introdução de grupo específico para registro de operações com derivativos financeiros, anteriormente alocados na conta de serviços e nos capitais a curto prazo; e
- ▣ Estruturação da conta de rendas de forma a evidenciar as receitas e despesas geradas por cada uma das modalidades de ativos e passivos externos contidos na Conta Financeira.

Cabe destacar que, em abril de 2015, o Banco Central do Brasil anunciou que a compilação do Balanço de Pagamentos do País passou a ser feita segundo o padrão metodológico do Sexto Manual do FMI. Contudo, ao se examinar especificamente as contas externas que se relacionam ao Turismo, ou seja, as contas do Transporte Internacional e das Viagens Internacionais, pode-se verificar a partir dos Quadros 1 e 2 apresentados a seguir, que nas estatísticas recém divulgadas pelo Banco Central do Brasil, elas permaneceram praticamente com a mesma estrutura de classificação relativa às contas do padrão anterior (BPM5).

O Quadro 1 apresenta a estrutura do balanço de pagamentos brasileiro no que se refere às contas de Transporte Internacional e Viagens Internacionais, divulgada a partir de 2001 pelo Banco Central do Brasil até abril de 2015, a qual segue as recomendações metodológicas propostas pelo BPM5. Já o Quadro 2 apresenta a estrutura das mesmas contas Transporte Internacional e Viagens Internacionais que passaram a ser divulgadas a partir de abril de 2015, como parte do novo Balanço de Pagamentos Brasileiro, compilado segundo o padrão metodológico proposto pelo BPM6.

### Quadro 1 - Estrutura do balanço de pagamentos brasileiro - transporte internacional e viagens internacionais - BPM5

Transportes	
Receita	
Despesa	
Viagens internacionais	
Receita	
	Fins educacionais, culturais ou esportivos
	Funcionários de governo
	Negócios
	Motivos de saúde
	Turismo
	Com uso de cartões de crédito
Despesa	
	Fins educacionais, culturais ou esportivos
	Funcionários de governo
	Negócios
	Motivos de saúde
	Turismo
	Com uso de cartões de crédito

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: Banco Central do Brasil. *Série histórica do Balanço de Pagamentos*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 30/03/2015.

## Quadro 2 - Estrutura do balanço de pagamentos brasileiro - transporte internacional e viagens internacionais - BPM6

Transportes	
Receita	
Despesa	
Viagens internacionais	
Receita	
Despesa	
	Negócios
	Receita
	Despesa
	Pessoais
	Receita
	Despesa
	Saúde
	Receita
	Despesa
	Educação
	Receita
	Despesa
	Outros
	Receitas
	Despesa
	Dos quais: Com uso de cartões de crédito
	Receitas
	Despesas

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: Banco Central do Brasil. *Série histórica do Balanço de Pagamentos*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/balpagm.zip>>. Acesso em: 30/03/2015.

Em relação a esses dois quadros é pertinente destacar a presença da subconta Gastos com Cartão de Crédito, na conta Viagens Internacionais, pois se trata de uma singularidade das contas brasileiras, não prevista no BPM5 ou no BPM6.

Comparando-se o Quadro 2 com as Figuras 3 e 4 apresentadas anteriormente, é fácil visualizar que o estágio atual das contas externas brasileiras relacionadas ao turismo está ainda bastante distante daquele idealmente preconizado pelo Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI e que um grande esforço necessita ser feito para melhorar essa situação.

A entrevista realizada com a equipe técnica responsável pela apuração das contas externas foi bastante esclarecedora para conhecer as dificuldades que o Banco Central do Brasil vem enfrentando para a apuração das estatísticas. Além disso, foi importante para vislumbrar os planos atuais e futuros para aprimoramento destas contas, bem como as contribuições que o Ministério do Turismo pode dar a esse processo.

## 2.1.4 Diagnóstico da situação atual - entrevista com equipe técnica do Banco Central do Brasil

Conforme destacado, apesar de os dados do Balanço de Pagamentos Brasileiro já estarem hoje sendo apurados de acordo com as normas e recomendações do BPM6, no que diz respeito às contas externas que têm relação com o Turismo, constatou-se que vários aprimoramentos são ainda requeridos.

O caso mais evidente é o da conta Transportes que, como no padrão antigo, continua sendo publicada sem classificação por tipo de modal de transporte (marítimo, aéreo e outros), constando apenas os valores globais das suas receitas e despesas.

Pelo que se depreende da entrevista, a desagregação dos dados por modais de transporte não parece ser o problema principal dessa conta. Segundo declarou Rafael Monastier, analista do Banco Central do Brasil, a instituição tem todas as condições de obter essa desagregação, sem entrar em detalhes das razões disso ainda não estar ocorrendo:

*[...] a pergunta era se a gente conseguiria desagregar receita e despesa de transporte por tipos de modais, aéreo, marítimo ou terrestre, e a natureza dos itens transportados, passageiros e cargas. Em termos de detalhamentos no sistema câmbio, a gente consegue, porque a gente tem fatos natureza, códigos de câmbio, específicos, por modal e por tipos de item transportado. Então a gente tem, e com algumas aberturas adicionais ainda. Então, por exemplo, a gente tem, no caso do marítimo, frete sobre exportação marítima, frete sobre importação marítima, outros fretes, passageiros, códigos de câmbio específicos para cada um desses itens. (BACEN, 2015).*

Conforme o analista, o problema maior com essa conta Transportes é o da cobertura dos valores registrados. Apesar de a apuração dessa conta ser baseada no sistema de câmbio (ou seja, nos contratos de câmbio) – que para a equipe técnica do Banco Central do Brasil é o que garante a qualidade das estatísticas de todo o Balanço de Pagamentos –, é nela que ocorre um dos poucos casos de falta de registro de algumas operações de câmbio. É o caso de uma empresa aérea estrangeira que vende passagens no País, recebe em reais, usa parte dessa receita para pagamento de taxas aeroportuárias no País e, por exemplo, converte para a moeda do seu país-sede apenas o valor líquido dessa receita. Com isso registra-se uma despesa de transporte menor do que a que efetivamente ocorreu e uma receita de serviços auxiliares de transporte também

menor. O caso inverso de subestimação de receita de transporte e de despesas de serviços auxiliares de transporte ocorre nas operações análogas de empresas aéreas brasileiras no exterior.

É pertinente acrescentar que nesse mesmo trecho da entrevista, foi relatada a possibilidade de ocorrência de outro tipo de problema associado à venda de passagens quando pagas com cartão de crédito. Nesse caso, a questão deixa de ser um problema de falta de cobertura de registro e passa a ser de contabilização em contas indevidas: despesa da conta Transportes sendo registrada na conta Viagens Internacionais.

*A questão, como o Thiago falou, é de cobertura. E, aí, a gente pode, em alguns casos, perder a transação, ou a gente pode incluir ela no item errado. Então, no exemplo que o Thiago deu, se um passageiro, residente no Brasil, compra uma passagem da DELTA, usando um cartão de crédito internacional e paga em dólares nos Estados Unidos, a gente vai pegar, pelo sistema câmbio, essa transação embutida dentro daquele fato natureza de cartões de crédito internacionais, e hoje a gente vai colocar isso em viagens, porque a gente não tem todos aqueles detalhamentos ainda, as informações enviadas pelas empresas de cartão. Se o pagamento for feito em Reais no Brasil e a operadora de cartão depositar esses Reais na conta da DELTA, e a DELTA fizer uso desses recursos para pagar as taxas lá do aeroporto de Guarulhos, então, aí, a gente vai perder a transação, a despesa de passagens, de um residente pago à DELTA, que é um não residente, e vai perder a receita de serviços que a DELTA pagou para o aeroporto (serviços auxiliares de transportes, alguma coisa assim, a gente vai perder também). O exemplo simétrico vale para o caso das companhias aéreas brasileiras no exterior. Então a gente tem esses dois tipos de problema. Ou perder de todas as formas, ou colocar a transação no lugar errado, dependendo do meio de pagamento.” (BACEN, 2015).*

Em termos de caminhos possíveis para o equacionamento desse tipo de problema de cobertura da conta Transportes, a equipe do Banco Central do Brasil parece já ter vislumbrado um caminho: o contato direto com as empresas aéreas. Foi isso o que declarou o analista do Banco Central do Brasil, Thiago Vieira:

*E a nossa solução para isso é, de novo, um contato direto com as empresas. A gente já conversou com eles, já definiu um questionário, um formulário, para eles nos informarem, e estamos aguardando, aí, e deve ser concluído em breve, para obter. Então, a resposta é sim, as informações podem ser produzidas. A gente tem uma questão hoje envolvendo cobertura, mas o caminho já traçado para melhorar isso. (BACEN, 2015).*

Cabe destacar que os serviços de passageiros que fazem parte de um transporte internacional de passageiros não devem ter seus gastos incluídos no item Transporte Internacional. De acordo com a OMT (2008), os valores de tais serviços de passageiros devem ser incluídos no item viagens internacionais, cabendo ao Banco Central do Brasil fazer a mensuração da forma devida e promover



a divulgação de tais dados para que sejam incluídos nos dados da Conta Satélite de Turismo. Ademais, devem ser considerados para mensuração nesta rubrica apenas aqueles serviços de passageiros que envolvem uma transação residente/não residente entre a transportadora ou agente que oferece tais serviços e o passageiro que os adquire (OMT, 2008).

No que se refere à conta Viagens Internacionais, embora seu atual estágio se encontre um pouco mais bem ajustado à metodologia proposta pelo Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI, constatou-se a necessidade de importantes passos a serem implementados.

A rigor, pode-se afirmar que a única configuração que aproxima a conta brasileira Viagens Internacionais daquela recomendada pelo BPM6 é a da desagregação das receitas e despesas pela motivação das viagens: primeiro entre os motivos de negócios e os motivos pessoais, e posteriormente, estes últimos subdivididos em saúde, educação e outros.

Cabe destacar que é justamente nesse contexto da desagregação das receitas e despesas por motivo da viagem internacional que temos o único caso do Banco Central do Brasil que utiliza dados gerados pelo Ministério do Turismo. Segundo o analista Rafael Monastier:

*[...] como o Thiago mencionou, o universo de gastos em viagens internacionais que a gente considera é aquele que vem das nossas fontes de informação, câmbio, basicamente, cartões de crédito etc., e a gente usa a pesquisa para dividir em relação às motivações. Então a hipótese implícita é de que a pesquisa nos dá uma amostra não enviesada desse universo total. Ela nos dá proporções que correspondem às proporções globais do turismo, em relação à motivação da viagem. (BACEN, 2015)*

Tendo em vista que o BPM6 recomenda que as receitas e despesas sejam também desagregadas pela ótica dos tipos de bens e serviços adquiridos nas viagens, ou seja, em bens, serviços de transporte local, serviços de acomodação, serviços de alimentação e outros serviços, informações essas que o Ministério do Turismo já dispõe nas pesquisas atuais, tem-se aqui um outro conjunto de dados que o Banco Central do Brasil pode passar a utilizar de imediato para aprimorar as estatísticas do Balanço de Pagamentos.

No que se refere à desagregação recomendada pelo BPM6, todavia não implementada, de destacar entre as receitas e despesas de viagens a negócios, as relativas a viagens de trabalhadores sazonais, trabalhadores fronteiriços e trabalhador de curto prazo prestando serviços em uma

economia a qual não é seu local de residência, atualmente o Ministério do Turismo pouco pode contribuir. Isto porque tais tipos de viagens devem ocorrer principalmente nas fronteiras terrestres do País, que é justamente a área em que as pesquisas atuais apresentam maiores limitações. Contudo, dado que entre as modificações que ora estão sendo analisadas e discutidas na metodologia da pesquisa sobre o turismo internacional, essa questão da melhoria da cobertura do fluxo do turismo terrestre constitui-se num dos seus elementos centrais, existe a perspectiva de que essa pesquisa possa se constituir numa fonte de dados essencial para a implementação daquela recomendação do BPM6.

Não obstante as recomendações do sexto manual do FMI, segundo a OMT (2008), no contexto do balanço de pagamentos, o item “viagens” não se refere a todas as atividades individuais do turista na viagem, mas somente aos valores dos gastos individuais durante a viagem. Além disso, os gastos em viagens internacionais consideram os gastos daqueles indivíduos que são trabalhadores sazonais, fronteiriços e de curto prazo, os quais frequentemente estão no seu entorno habitual, e não no seu local de residência (OMT, 2008). E tais gastos devem ser incluídos no item viagens internacionais, subitem viagens a negócios. Ou seja, o Banco Central do Brasil deve, de alguma forma, mensurar os gastos destes indivíduos que frequentemente estão nas fronteiras do país a trabalho e computá-los em viagens por motivos de negócios.

Retomando os tópicos que podem ser destacados na entrevista com a equipe do Banco Central do Brasil, um dos aspectos mais importantes não foi propriamente quanto a estrutura das contas Transportes e Viagens Internacionais, mas quanto ao conteúdo desta última conta e seu método de apuração, adotado por aquela equipe. Especificamente, relaciona-se com o tratamento dado às transações internacionais feitas através do cartão de crédito de pessoas físicas.

Como já mencionado, os gastos realizados com cartões de crédito aparecem de forma explícita como uma subconta separada na conta Viagens do Balanço de Pagamentos. Embora não se trate de uma recomendação que conste do BPM5 nem do BPM6, esse é um procedimento que já vinha sendo feito e foi mantido na reformulação recente do Banco Central do Brasil, possivelmente, em decorrência de o método adotado por esta instituição para o levantamento das estatísticas das receitas e despesas de divisas estrangeiras associadas às viagens internacionais de não residentes e residentes no País ser baseado exclusivamente no sistema câmbio (ou seja, através dos contratos de câmbio), no qual todos os recebimentos e pagamentos de operações internacionais com cartões

de crédito de pessoas físicas são computados como receitas e despesas de viagens internacionais. Esse procedimento foi confirmado pelo analista Thiago Vieira:

*Segunda-feira (22/06/2015) a gente vai publicar maio de 2015, com dezessete observações. Mas na hora que a gente retornar nada nos impede de fazer uma revisão também para esses valores. É algo que vai ter que ser tratado, demore um pouco mais ou demore um pouco menos, porque o peso desses instrumentos de pagamento também é crescente. Não só cartão de crédito, mas cartão de débito, saque em terminal eletrônico etc., tudo isso, e o comércio eletrônico também vai seguir a mesma linha. Então esse é o panorama. Agora, nos dados que estão publicados hoje, inclusive os do BPM6, a gente está com a totalidade dos gastos de cartões de crédito ali dentro. A revisão certamente vai implicar redução dos fluxos, diríamos, nos dois lados. Mas, [eu] arriscaria dizer que na despesa do brasileiro gastando lá fora ela deve ser maior. (BACEN, 2015).*

Embora do ponto de vista da entrada e saída de divisas estrangeiras no País - ou seja, do saldo do Balanço de Pagamentos - esse procedimento não represente qualquer problema, sob a ótica das contas externas do Turismo ele distorce completamente o conceito de gastos com viagens internacionais. Afinal, uma compra não presencial no exterior paga com cartão de crédito deve ser contabilizada como um gasto de importação de um bem ou serviço e não como gasto de viagem.

Tal fato evidentemente é reconhecido pela equipe do Banco Central, que argumenta não dispor ainda de informações para corrigir tal distorção. Foram estas precisamente as palavras do analista Rafael Monastier:

*Só para dar uma noção do panorama de porquê que esta questão existe, essa névoa em relação ao detalhamento dos gastos de cartão de crédito, no sistema câmbio existem alguns códigos que são específicos para as administradoras de cartão. São códigos lá, gastos em cartão de crédito no exterior, saques em cartão de crédito no exterior. Basicamente são dois ou três códigos. E, aí, as operadoras, VISA, MASTER etc., usam essas naturezas para remeter o dinheiro relativo a compras no exterior feitas por residentes ou vice-versa. E sempre pelos fluxos brutos. Então, como o Thiago falou, nós temos a informação do que circulou, mas a gente não tem o detalhamento, porque esse código é um código coringa, e a gente não tem essas informações sobre se a compra foi presencial ou não, qual é o setor do lojista, qual a motivação daquele gasto. Por isso que a gente tem essa dificuldade, e precisa das informações adicionais. (BACEN, 2015).*

Nas palavras do outro analista, Thiago Vieira, constata-se inclusive o reconhecimento de que a superestimação da conta Viagens Internacionais pode ser hoje bem significativa:

*“A gente tem uma informação bastante preliminar ainda, diretamente junto às administradoras de cartão [de crédito]. Alguns, talvez muitos anos atrás, nós conversamos já com eles, e a informação obtida naquela época é de que esse*

*negócio ainda era pouquíssimo representativo no total gerado entre os cartões [de crédito]. Eu imagino que essa situação possa ter se modificado. Qualquer indicador que você olha, aí, de número de cartões internacionais emitidos, percentual da população que acessa este tipo de serviço financeiro, acessa internet, banda larga etc., todos eles são crescentes. É possível, talvez provável, que esse panorama tenha se modificado. A gente conseguir fazer essa separação com alguma qualidade requer uma informação razoavelmente elaborada, porque você pode ter compras presenciais e não presenciais. E nas compras não presenciais você pode ter gastos relacionados ao turismo ou gastos sem nenhuma relação com o turismo. Eu posso comprar um hotel, ou aluguel de um carro, ticket de um espetáculo, uma enormidade de coisas de forma não presencial. Então depois de separar estes dois blocos a gente precisa avançar a nossa estratégia para conseguir separar essa informação é olhar para o lojista. Alguma caracterização desse lojista permitiria inferir se aquilo está relacionado. (BACEN, 2015).*

Para contornar a distorção da inclusão da totalidade dos gastos com cartões de crédito na conta Viagens Internacionais, a equipe do Banco Central do Brasil vislumbra a possibilidade de obter os dados via administradoras dos cartões de crédito. Segundo o analista Thiago Vieira, este é um caminho que lhe parece promissor:

*De qualquer forma, essa é claramente a questão mais importante das nossas estatísticas de viagens hoje. A gente tem uma solução que está em curso, que depende muito dessa conversa com as administradoras do cartão [de crédito]. (BACEN, 2015).*

Contudo, o analista pondera que algumas dificuldades podem ocorrer, dada a não obrigatoriedade das administradoras dos cartões em fornecer as informações requeridas:

*Algumas atribuições estão definidas já na parte do Banco Central, e a gente está se apoiando nisso, já conversamos com outro departamento, aqui, interno ao Banco [Central], porque essa nossa conversa com a administradora de cartão, vamos chamar assim, ela ocorre muito mais em bases cooperativas do que em bases formais. Porque a gente, enquanto Banco Central, não tem mandato legal para exigir qualquer tipo de informação. Se surgir essa oportunidade de formalizar a requisição de informação por parte desse outro departamento, é algo que nos ajuda bastante e a gente pode transitar para uma informação mais elaborada e ter mais segurança quanto à frequência e tempestividade desse dado. Mas, é uma coisa que está em processo. (BACEN, 2015).*

Em relação a essa questão, vale a pena destacar que, frente à perspectiva das melhorias que estão sendo planejadas para os resultados da pesquisa sobre o turismo internacional, com avanços na qualidade dos resultados tanto de contagem do fluxo quanto do perfil de gastos dos turistas internacionais, prevê-se a possibilidade de o Ministério do Turismo se constituir, efetivamente, numa fonte de informações não só para a composição dos gastos e receitas dos turistas, mas também

para os valores totais desses gastos e receitas, contribuindo para o equacionamento de problemas como o de qualificação dos gastos internacionais com cartão de crédito.

Essas providências poderão sem dúvida aprimorar as estatísticas do Banco Central em relação às receitas e despesas cambiais do turismo, com as aquisições de bens e serviços sendo desmembradas em itens que possam ser facilmente identificados, levando-se em conta os valores individuais de cada aquisição de bem ou serviço na viagem, tanto de turismo receptivo quanto de turismo emissor (OMT, 2008). Isso se transformaria, conforme a OMT (2008), em um importante instrumento que reconheceria os recortes do turismo sobre muitos produtos e atividades produtivas, facilitando o entendimento das relações e transbordamentos do turismo com outros setores econômicos.

O último aspecto específico que pode ser extraído da entrevista diz respeito à questão das transações internacionais envolvendo pacotes turísticos. Apenas para tornar mais claro os aspectos aqui envolvidos, considere o caso de um turista estrangeiro que compra um pacote turístico completo da sua viagem ao Brasil, pagando com sua moeda. Esse turista irá consumir no Brasil todos os serviços a que tem direito no pacote sem necessidade de pagamento, já que o pagamento dos fornecedores será feito por uma empresa operadora brasileira que receberá diretamente da empresa operadora estrangeira que negociou o pacote turístico. Por outro lado, embora a transferência de divisas recebida pela empresa operadora brasileira possa ser considerada uma receita de exportação de serviços em geral, do ponto de vista das contas externas do turismo ela necessita ser computada como receita de gasto do turista com os itens alimentação, hospedagem, recreação e outros incluídos no pacote.

Perguntado sobre a possibilidade de se identificar esse tipo de operação, o analista Thiago Vieira foi taxativo em afirmar que sim:

*O câmbio como fonte mais importante [...] tem dentro do sistema, uma série de codificações. A codificação que mais nos interessa é uma que define qual a finalidade daquela transação. Então o contrato [...] tem a empresa no exterior mandando dinheiro para uma pessoa física ou para uma empresa no Brasil, tem o nome das duas, tem a taxa de câmbio, tem o valor em moeda nacional, o valor na moeda original, tem uma série de caracterizações que, sob cada uma destas partes, e tem esse código de finalidade. Os códigos de finalidade a gente deve ter uns trezentos códigos mais ou menos hoje para todo tipo de operação, e tem um deles que é utilizado para pacotes turísticos. Então, em geral, essa parte aqui no Brasil, você tem uma agência, ou um receptivo, alguém que também está intermediando, e a gente vai enxergar o contrato entre as duas agências. Então o turista lá no*

*exterior entrega a moeda estrangeira, faz o pagamento, essa agência vai fazer câmbio com uma outra agência aqui no Brasil, e a agência no Brasil, aqui, de posse dos Reais, faz a distribuição para hotel, ônibus, todas as coisas que estiverem dentro do pacote. Então, neste caso, para pacotes turísticos, a gente tem um código que pega isso. Seria possível até ter alguma ideia da composição entre o que é pacote e o que é compra direta. (BACEN, 2015).*

Em relação à visão que o Banco Central do Brasil tem sobre a atual produção estatística de turismo no Brasil, a resposta do Chefe Adjunto do Departamento Econômico, Fernando Rocha foi:

*Nós precisamos de pesquisas de turismo que nos definam, entre outras coisas, o objetivo da viagem, tanto receptivo como emissivo, e os turistas de quais países que estão vindo para o Brasil, e para quais países os brasileiros estão indo para o exterior. De posse dessas duas informações, claro, idealmente anualmente, nós temos bases com as quais fazer uma desagregação a partir dos valores brutos que nós temos. Então, eu diria que as estatísticas de turismo produzidas a partir de pesquisas com os turistas que nos visitam ou com os brasileiros que estão saindo, são importantes para que o Banco Central consiga preencher plenamente o padrão estatístico internacional, que só com os dados de câmbio, que são os nossos dados, não temos condições de fazer. (BACEN, 2015).*

A despeito desse reconhecimento da necessidade de o Banco Central contar com as estatísticas do Ministério do Turismo, Fernando Rocha foi bastante enfático quanto à diferença de visão dessas duas instituições sobre a importância das estatísticas dos turismos receptivo e emissivo. Embora ele entenda as razões pelas quais o Ministério do Turismo dê prioridade às informações do turismo receptivo, do seu ponto de vista as informações do turismo emissivo são igualmente importantes, sendo necessário, portanto, que o Banco Central possa contar com a disponibilidade regular dos dois tipos de informações:

*[...] para o Ministério do Turismo, na minha opinião, eu acredito que seja muito mais importante o turismo receptivo do que o emissivo. O ministério do Turismo quer, como todo Ministério, como todo governo, promover o país, aumentar a quantidade de turistas que o Brasil recebe, aumentar os gastos que eles têm, e, com isso, estimular renda, emprego, dinamizar o setor hoteleiro, a infraestrutura, todos objetivos absolutamente legítimos [...]. Do ponto de vista da compilação das estatísticas stricto sensu, não há nenhuma diferenciação, ambas são igualmente importantes. E, inclusive, do ponto de vista da definição do manual [BPM6], o manual nunca trata isso aqui é receita de viagens e você compila assim, isso é despesa de viagens e você compila assado [...]. Então nós temos que dar estritamente a mesma importância ao turismo receptivo e emissivo, ou aos créditos e débitos dessa conta. Como conciliar, então, a visão do Banco Central de que ambas são rigorosamente iguais e a visão do Ministério do Turismo de que elas têm de ser diferentes, pela própria característica? (BACEN, 2015).*

No que se refere à avaliação do relacionamento até o momento da chamada Plataforma Interinstitucional em torno do objetivo da construção da Conta Satélite do Turismo, Fernando Rocha chama a atenção para o seguinte aspecto:

*Sendo muito franco, eu já disse isso para o José Francisco [de Salles Lopes, Diretor de Estudos e Pesquisas do MTUR], essa articulação interinstitucional tem sido muitíssima pouco eficiente aqui no Brasil. Basicamente, a determinação da EMBRATUR à época para fazer a Conta Satélite de Turismo [...] data da sequência daquela reunião [...] em Cartagena em 2005. Na reunião, o Brasil se comprometeu, digamos assim, com a OMT para fazer isso. Reconhecendo que isso era uma iniciativa que [a OMT] estava estimulando para todos os países da América Latina fazerem, que o Brasil deveria fazer também, e na chegada dessa reunião foram envolvidos EMBRATUR, Ministério do Turismo, Banco Central, IBGE, Polícia Federal, para se fazer isso [...]. Houve nesses dez anos, dez ministros do turismo, com dez secretários executivos diferentes, e cada vez que a gente avançava uma coisa, sucessivamente começava tudo do zero. Agora, já faz talvez um ano, que nós tenhamos recebido o Ministro do Turismo ao Banco Central o convite para criar esta plataforma interinstitucional visando uma conta satélite. Nós respondemos favoravelmente. Indicamos o Thiago como representante do Banco Central nisso. Mas assim, cada passo nisso parece levar um ano, entre um evento e outro, o que possivelmente indica dois problemas: o primeiro, a alta rotatividade nos escalões decisórios no Ministério do Turismo, e conjugado a esse uma possível baixa priorização desta atividade lá no Ministério do Turismo. (BACEN, 2015).*

Quanto a sua sugestão para avançar a articulação interinstitucional, ele declara:

*As sugestões do BACEN para o avanço dessa articulação seria, nós não podemos fazer nada em relação um ao outro, se vai ter rodízio de ministros ou de secretários executivos, mas que o Ministério do Turismo faça um planejamento plurianual [PPA] de suas atividades e ranqueie essa com uma elevada prioridade. Enfim, essa é a única sugestão que nós podemos ter para uma conta satélite de turismo, até onde nós imaginamos. Porque, a conta satélite, eu não vejo como fazer sem o IBGE. Por exemplo, poderiam contratar a FIPE ou a FGV com toda a expertise e vocês teriam que bater lá na porta do IBGE pedindo os dados. E o IBGE é um órgão sobrecarregado de atribuições e subalocado de servidores em relação às demandas [...] de estatísticas. Recentemente com o ajuste de recursos, algumas pesquisas anuais foram cortadas [...]. Então, tem que ter uma priorização por parte do Ministério do Turismo e uma alocação de verbas que será própria, possivelmente, dessa ação do Ministério do Turismo para dar funding, para que o IBGE possa se mover. Possivelmente o IBGE não vai fazer uma pesquisa exclusiva para isso, vai reformular questionários de pesquisas existentes, vai sair agregando, mas, possivelmente, vai funcionar com essa ação entrando no PPA do Ministério do Turismo, com essa ação sendo ranqueada com alguma prioridade, tendo verbas alocadas, e essas verbas sendo direcionadas para o IBGE para que faça a coordenação disso. Pelo o que eu conheço do setor público, parece que esse é o caminho. (BACEN, 2015).*

Para finalizar esse diagnóstico das contas externas do turismo, é pertinente destacar que a superação dos problemas identificados e analisados a partir da entrevista com os técnicos do Banco

Central do Brasil, deve ter como meta o que a OMT preconiza nas suas recomendações de 2008 quanto ao papel que as informações do balanço de pagamentos devem ter para a estruturação dos dados estatísticos de turismo de um país, a saber:

- ▣ Servir como instrumento para integrar o Sistema de Contas Nacionais, o balanço de pagamentos e as estatísticas de trocas internacionais de serviços de forma satisfatória;
- ▣ Servir como instrumento para mensurar e interligar as contas agregadas nacionais e suas estimativas gerais aproximadas, das quais derivam a credibilidade e a legitimidade para a divulgação de dados estatísticos turísticos e o desenvolvimento de programas governamentais ou não para o setor;
- ▣ Servir como metodologia para a consolidação de uma convenção-quadro para a melhor compreensão dos dados do turismo relacionados principalmente à oferta turística, correlacionando-a com as respectivas atividades características do turismo e, por outro lado, a compreensão da demanda dos visitantes e outros tipos de variáveis associadas a ela, em particular aquelas relacionadas à caracterização dos gastos dos visitantes, às viagens turísticas e ao volume de emprego relacionado a essa demanda nas atividades características do turismo;
- ▣ Servir como convenção-quadro através da qual se poderia compilar os componentes externos da economia brasileira que impactam o produto interno bruto turístico, considerado como o elemento macroeconômico básico para caracterizar o tamanho do turismo, em meio a outros agregados (OMT, 2008).



## 2.2 Diagnóstico sobre contas nacionais e conta satélite de turismo no Brasil

### 2.2.1 Introdução às contas nacionais e conta satélite de turismo

As recomendações internacionais em matéria de contas nacionais progrediram muito nos últimos 50 anos, passando gradativamente de simples compilações de agregados macroeconômicos para uma concepção mais complexa acerca do conjunto da economia.

Até o último quarto do Século XX, as estatísticas turísticas limitavam-se, predominantemente, à mensuração de dados relativos ao “número de viajantes, às características socioeconômicas, à nacionalidade, ao local de residência, ao objetivo da visita, ao tipo de alojamento, à capacidade hoteleira, dentre outros dados” (OMT, 1999: 6).

No entanto, durante este período, analistas econômicos constataram que os dados disponibilizados referentes ao impacto do turismo nas economias nacionais e internacionais não eram suficientes, tendo em vista a mensuração dos dados de tal segmento no que tange à Formação Bruta de Capital Fixo Turístico (FBCF), ao volume de remunerações pago, à receita pública oriunda de recolhimento de impostos da atividade turística, ao volume de emprego, enfim, ao crescimento econômico relacionado ao turismo.

A necessidade de mensuração dos dados turísticos de forma sistemática e padronizada fez com que as autoridades nacionais de países ao redor mundo realizassem reuniões e conferências para discutir o assunto e propor uma mesma metodologia a ser adotada.

Nesse contexto, foi na Conferência Internacional da Organização Mundial do Turismo (OMT) sobre as Estatísticas das Viagens e do Turismo (Conferência de Ottawa), realizada em Ottawa no Canadá, em 1991, que se consolidou “um plano visando instaurar um método fiável e comparável para avaliar, numa economia nacional, as atividades econômicas do turismo” (OMT, 1999: 9).

Nesta conferência, países como França e Canadá se destacaram por terem empreendido planos de trabalho relativos à mensuração de dados e ao desenvolvimento da Conta Satélite de Turismo (CST), assim como por serem pioneiros na medida do impacto econômico do turismo na economia como um todo. Ademais, na Conferência de Ottawa ficou decidida a necessidade de difundir

sistemas de informações turísticas aos países interessados, tornando o desenvolvimento da CST uma realidade a ser buscada pelos demais países.

Em 1993, a Comissão de Estatísticas da ONU adotou as recomendações propostas pela OMT naquela Conferência relativas às definições e classificações do turismo e às “Atividades Características do Turismo”.

Em 1994, a ONU e a OMT publicaram relatórios sobre a metodologia a ser adotada conforme as diretrizes da Conferência de Ottawa e, em 1997, o Comitê de Turismo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou o primeiro esboço daquilo que seria a Conta Satélite de Turismo para os seus países membros.

O Instituto de Estatística da Comunidade Europeia (EUROSTAT) desenvolveu inúmeros programas e projetos sobre as estatísticas turísticas europeias e, em 1995, lançou a “diretiva do conselho sobre o recolhimento de informações estatísticas no domínio do turismo, que visa harmonizar e melhorar os dados estatísticos produzidos pelos Estados membros e que constitui o primeiro ato jurídico com o objetivo de criar um sistema integrado de informação sobre a oferta e a procura turísticas [na Europa]” (OMT, 1999: 10).

Como já mencionado, dentre os países que já criaram suas respectivas Contas Satélite de Turismo, o Canadá merece especial atenção, tendo em vista o seu pioneirismo no lançamento dos primeiros dados tangentes à economia do turismo na forma de CST, em 1994. No entanto, países como Estados Unidos, México, Noruega e Singapura já publicaram suas respectivas CSTs e outros estão em fase de desenvolvimento e consolidação das suas CSTs.

Destaque-se que entre os modelos existentes para mensuração dos impactos econômicos do turismo, o modelo de Conta Satélite de Turismo se consolidou como mais coerente a grande parte do sistema de estatística, em suas interfaces com o lado da oferta relacionada a Contas Nacionais e ao lado da demanda vinculada ao sistema de estatística de turismo, e ao tempo a possibilidade de comparação internacional.

O setor privado também promoveu esforços para mensurar os dados econômicos relativos ao turismo, mas somente pelo lado da demanda, sob a responsabilidade do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC).

## 2.2.2 Conceitos básicos para formulação da conta satélite de turismo

Segundo o *System of National Accounts* (2008), da Organização das Nações Unidas, o objetivo da Conta Satélite de Turismo é proporcionar informações sobre:

- ▣ Os agregados macroeconômicos que descrevem a dimensão e a contribuição econômica do turismo, tais como o valor agregado direto do turismo e o produto interno bruto direto do turismo, consistentes com os agregados similares da economia total e outras atividades econômicas produtivas e âmbitos funcionais de interesse;
- ▣ Dados menos desagregados sobre o consumo turístico;
- ▣ Contas de produção detalhadas para as indústrias turísticas; e
- ▣ O vínculo entre os dados econômicos e os indicadores físicos sobre o turismo, como o número de viagens (ou visitantes); a duração das visitas; o propósito da viagem; as modalidades de transportes etc.

A metodologia ideal para a construção de uma CST e, conseqüentemente, a mensuração dos efeitos socioeconômicos do turismo deve basear-se em fontes de dados confiáveis, comparáveis e regulares. Nesse sentido, os dados referentes ao turismo sujeitos a avaliação devem ser agrupados em 4 (quatro) áreas agregadas:

- ▣ Demanda - apresenta-se pelas diferentes formas de turismo (emissor, receptivo e interno), sendo discriminadas conforme as características dos visitantes e das viagens que estão sendo realizadas;
- ▣ Oferta/produção - constitui-se pelo conjunto de bens e serviços produzidos/ofertados pelo conjunto dos setores característicos, conexos e específicos do turismo;
- ▣ Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - apresenta-se como o conjunto de investimentos realizados para a ampliação da capacidade física com vistas ao aumento da oferta de bens e serviços relacionados ao turismo, assim como para o incremento do estoque de capital dos setores ofertantes de bens e serviços relacionados ao turismo; e

- ▣ Outros indicadores - apresentam-se como indicadores físicos, de emprego, do consumo turístico nacional, do consumo turístico no exterior etc.

Cabe destacar que, segundo OMT (2008: 3), os resultados que uma Conta Satélite de Turismo pode oferecer são:

- ▣ Agregados macroeconômicos que descrevem o tamanho e a contribuição direta do turismo, tais como valor adicionado bruto do turismo e o produto interno bruto do turismo - ou seja, valor agregado e PIB turísticos;
- ▣ Consumo turístico - por fonte de suprimento, oferta interna e externa;
- ▣ Conta de produção - por ramo de atividade - relacionada com outras atividades econômicas e com a formação bruta de capital fixo; e
- ▣ Indicadores de caracterização do turismo - baseados em dados estatísticos, relacionados com o turismo direta ou indiretamente como dados econômicos e informações não monetárias do turismo (por exemplo, número de viagens e visitantes, duração da estadia, propósito da viagem, modal de transporte).

A atividade turística envolve, ainda, características singulares que devem ser consideradas em qualquer tipo de mensuração econômica, especialmente quando se quer difundir internacionalmente condutas regulares de mensuração dos dados turísticos. Mas, de um modo geral, deve ser seguida uma metodologia padrão para o desenvolvimento da Conta Satélite de Turismo entre os países, tendo em vista a possibilidade de comparabilidade dos impactos do turismo internacionalmente.

Nesse contexto, de acordo com a OMT (2008: 9), o turismo compreende as “atividades de indivíduos fora do seu entorno habitual por período menor ou igual a um ano e que a viagem tenha como propósito principal que o indivíduo não seja empregado por um residente do e no lugar visitado”, ou seja, no decurso das suas viagens e das suas estadias para/em locais situados fora do seu ambiente habitual, por período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros. Torna-se mister salientar que a estrutura da CST é baseada na relação entre a oferta e a demanda de bens e serviços, sendo necessária a especificação dos itens que compõem tanto a oferta quando a demanda turística, nas 10 subcontas que a compõem.

### 2.2.2.1 Informações da demanda

A demanda no segmento turístico apresenta alguns componentes e conceitos específicos a serem elencados, sendo os principais:

#### ▣ O Conceito de Visitante e sua classificação

De acordo com a OMT (2008: 10-11), o conceito de visitante engloba aqueles indivíduos que se deslocam a um lugar distinto de seu entorno habitual, em período máximo de 365 dias corridos, e quando a viagem não é para realizar atividade remunerada contínua. Os visitantes por duração de viagem subdividem-se em: turistas, aqueles que pernoitam uma ou mais noites em determinado local, e excursionistas, os quais não pernoitam.

Ainda de acordo com OMT (2008: 11), há ainda outras duas categorias de visitantes por destino: os nacionais, cuja residência é no próprio país visitado, e os internacionais, cuja residência é diferente do país visitado.

Cabe destacar que há os viajantes em trânsito, que são considerados como visitantes, mas que, muitas vezes, sequer saem do aeroporto/rodoviária que estão estacionados.

#### ▣ Entorno habitual

“O entorno habitual corresponde ao local onde o indivíduo se desloca na sua rotina cotidiana” (OMT, 2008: 10). Cabe destacar que o entorno habitual não é local de residência, tendo em vista que o local de trabalho remunerado pode fazer parte do entorno habitual e o local de residência pode ser distinto. Nesse contexto, as residências secundárias são consideradas, pela regularidade de visitação como ambiente natural do visitante. Mas as residências secundárias são características para estações de férias ou veraneio, por motivos de lazer, assim como para recreação.

Segundo a OMT (2008: 11-12), os países desejam, em matéria de classificação dos visitantes, desagregá-los por categorias para que, assim, se possa mensurar a tipificação

dos mercados os quais estes visitantes apresentam consumo. As classificações de visitantes, por destino e por duração, decompõem-se nas seguintes categorias:

- Visitantes internacionais (visitantes internacionais que pernoitam no local e excursionistas internacionais); e
- Turistas internos (visitantes internos que pernoitam no local e excursionistas internos).

É importante mencionar que os fatores de motivação da viagem dos turistas, de acordo com OMT (2008: 11), classificam-se em 2 (dois) grupos, com as seguintes características:

- Viagens por motivos pessoais:
    - Feriados, lazer e recreação;
    - Visitar amigos e parentes;
    - Educação e treinamento;
    - Saúde e cuidados médicos;
    - Religião e peregrinação;
    - Compras;
    - Em trânsito; e
    - Outros (tripulação de avião e de navios, utilizados para transporte de passageiros, indivíduos em trânsito e outros viajantes etc.).
  - Viagens por motivos de negócios/profissionais.
- 
- Formas de Turismo

As formas de turismo, de acordo com o documento da OMT (2008: 15), são as seguintes:

- Turismo doméstico - atividades de visitantes residentes dentro do país de referência;
- Turismo receptivo - atividades de visitantes não residentes dentro de um país de referência;
- Turismo emissivo - atividades de visitantes fora de seu país de residência;
- Turismo interno - turismo doméstico mais turismo receptivo, que são as atividades de visitantes residentes e não residentes dentro do país de referência; e

- Turismo nacional - turismo doméstico mais turismo emissivo, que são as atividades de visitantes residentes, dentro e fora do país de referência.

#### □ Tipos de Consumo Turístico

Os tipos de consumo turístico, de acordo com o documento da OMT (2008: 15), são os seguintes:

- Consumo turístico doméstico - consumo de visitantes residentes dentro do país de referência;
- Consumo turístico receptivo - consumo de visitantes não residentes dentro do país de referência;
- Consumo turístico emissivo - consumo de visitantes residentes fora de seu país de referência;
- Consumo turístico interno - consumo turístico de visitantes residentes e não residentes dentro de um país de referência; e
- Consumo turístico nacional - consumo turístico de visitantes residentes, dentro e fora do país de referência (soma do consumo turístico doméstico e consumo turístico emissivo).

Por fim, há a unidade de consumo, que é um conceito criado para identificar quais são as unidades de consumo mais importantes na economia do turismo. As unidades de consumo são 5 (cinco):

- Visitante - que é considerado a mais importante unidade de consumo;
- Família residente em local diferente do local de residência do visitante - gastos dos residentes na recepção de parentes ou amigos, por exemplo;
- Unidades produtivas - empresas, por exemplo, financiando seus funcionários em serviço;
- Administração pública - despesas do setor público com vistas a cobrir gastos com fins de saúde, educação e de áreas sociais em geral que englobem turismo (viagens, por exemplo); e

- Resto do mundo - residentes em viagens a outras economias quando se alojam gratuitamente na residência de amigos e colegas e vice-versa para não residentes em visita a outras economias.
  
- Modo de transporte
  - O modo de transporte no qual mais quilômetros foram viajados;
  - O modo de transporte no qual mais tempo foi gasto; e
  - O modo de transporte no qual tem sido mais compartilhado do total dos custos da viagem.
  
- Gastos da viagem (demanda dos turistas)
  - Pacote turístico, pacote de feriado e pacotes de *tours*;
  - Acomodação;
  - Alimentação;
  - Transporte local;
  - Transporte internacional;
  - Recreação, cultura e atividades esportivas;
  - Compras; e
  - Outros gastos (devendo ser discriminados).

### 2.2.2.2 Informações da oferta

No tocante à oferta turística, há uma infinidade de bens e serviços disponíveis para o consumo dos turistas. Nesse sentido, a proposta da Conta Satélite de Turismo facilita a identificação de tais bens e serviços, permitindo a sua comparabilidade internacional. Desta forma e de acordo com a OMT (2008: 24), tais bens e serviços turísticos ofertados podem ser classificados em três categorias:

- Bens e serviços característicos - são aqueles bens e serviços que sem o turismo deixariam de existir quantitativamente e qualitativamente, ou mesmo reduzir-se-iam consideravelmente;



- ▣ Bens e serviços conexos - são consumidos pelos turistas e visitantes em substantivas quantidades, mas não são típicos, tampouco exclusivos do turismo. Apresentam destacadas relações com a atividade turística, variando seu grau de importância em função das peculiaridades de cada localidade turística; e
- ▣ Bens e serviços específicos - conjunto agregado dos bens e serviços das categorias anteriores; objetos de valor; outros produtos não consumíveis.

Por convenção da OMT (2008: 25), segue abaixo os bens e serviços característicos do turismo:

- ▣ Serviços de acomodação de visitantes;
- ▣ Serviços de bebidas e alimentação;
- ▣ Serviços de transporte ferroviário de passageiros;
- ▣ Serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- ▣ Serviços de transporte aquaviário de passageiros;
- ▣ Serviços de transporte aéreo de passageiros;
- ▣ Serviços de aluguel de equipamentos de transporte;
- ▣ Agências de viagens e outros serviços de reservas;
- ▣ Serviços culturais;
- ▣ Serviços de esportes e recreação;
- ▣ Bens característicos do turismo específicos do país de referência; e
- ▣ Serviços característicos do turismo específicos do país de referência.

Entre os bens e serviços considerados conexos ao turismo, pode-se destacar os seguintes:

- ▣ Serviços de táxis;
- ▣ Artigos de artesanatos, *souvenirs* etc.; e
- ▣ Restaurantes.

Segundo o *System of National Accounts* (2008), a unidade estatística da oferta turística, como produtor de determinados bens e serviços, é o estabelecimento. O ramo de atividade é constituído por agrupamentos de estabelecimentos dedicados a uma mesma atividade produtiva.

No que tange à produção, o *System of National Accounts* (2008) e a OMT (2008) consideram a melhor descrição do nível de produção os seguintes agregados: a composição por produtos; a composição dos insumos por produto; e a remuneração dos fatores de produção.

Com relação ao valor agregado, pode-se dizer que, segundo OMT (2008: 28), “a importância econômica de uma atividade é melhor avaliada quando analisada no conceito de Valor Agregado (V. A.), que assegura a não duplicidade de contagem”. Para se calcular o valor agregado, deve-se seguir as seguintes equações:

$$\text{Valor Adicionado Bruto} = \text{Valor de Produção} - \text{Valor de consumo intermediário}$$

$$\text{Valor Adicionado Líquido} = \text{Valor Adicionado Bruto} - \text{Valor de Consumo do Capital Fixo (Depreciação)}$$

Outra importante variável a ser discriminada é o emprego, cujo significado social e econômico é relevante devido ao fato da atividade turística ser intensiva em mão de obra. Ademais, volume de emprego no setor turístico apresenta uma característica singular: o uso de mão de obra sazonal, ou seja, aquelas contratações decorrentes do aumento da demanda por bens e serviços turísticos durante determinado período de tempo.

O *System of National Accounts* (2008) recomenda o uso de três indicadores relacionados ao emprego:

- ▣ Números de postos de trabalho - por contrato de trabalho ou autônomo;
- ▣ Horas trabalhadas - quantidade de horas efetivamente trabalhadas em determinado posto de trabalho; e
- ▣ Equivalente a turno completo - conversibilidade da quantidade de postos trabalhados em turno completo e trabalho.

No que tange à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), pode-se dizer que este item descreve *ex ante* os resultados da oferta turística. Ou seja, a infraestrutura apresenta-se como componente primário de qualquer atividade turística, tendo em vista que é composta por aeroportos, rodovias, ferrovias, hotéis, restaurantes, bares e similares etc. Ademais, conforme OMT (2008: 17-18),

*[...] as análises de ativos e fluxos de investimentos físicos é particularmente importante para o turismo porque o turismo é impossível de se mensurar em escala relevante se não houver infraestrutura básica de transporte, acomodação, serviços de saúde e outras facilidades que determinam a natureza e a intensidade dos fluxos de visitantes.*

Nesse sentido, ainda de acordo com a OMT (2008), deve-se classificar a FBCF relacionada ao setor de turismo considerando as seguintes categorias:

- ▣ Ativos fixos específicos do turismo - hotéis, ferrovias turísticas;
- ▣ Ativos fixos não específicos - *softwares* de estabelecimentos hoteleiros;
- ▣ Infraestrutura pública - aeroportos, ferrovias, rodovias, sistemas de saneamento básico etc.; e
- ▣ Ativos não produzidos - terrenos físicos e *brands*.

### 2.2.3 Métodos de estruturação da conta satélite de turismo

De acordo com Kadota & Rabahy (2003), o método conceitual para uma Conta Satélite de Turismo engloba um conjunto de classificações e definições consubstanciadas nos aspectos econômicos da atividade do turismo. Mas, reconhecendo as características especiais do turismo, as quais vão além da descrição de viajantes, do consumo com transporte, acomodação, alimentação, entre outros, as estatísticas de turismo também têm como enfoque esclarecer que o setor turístico não está desconexo de determinada realidade socioeconômica. “Esta é a razão porque o turismo tem sido uma área ideal para uma Conta Satélite” (OMT, 2008: 69), adotando alguns conceitos, definições, classificações e agregados macroeconômicos importantes das Contas Nacionais.

Por conseguinte, uma Conta Satélite de Turismo deve apresentar os resultados desses aspectos econômicos e sociais do turismo num conjunto de 10 (dez) tabelas, as quais devem explicitá-los de forma sistemática as atividades do turismo, por tipos de produtos e formas de turismo:

- ▣ As primeiras 4 (quatro) tabelas devem envolver informações de consumo e produção de bens e serviços das atividades do turismo, por tipos de produtos e formas de turismo;
- ▣ A quinta deve abranger os dados relativos à produção e estrutura produtiva das atividades turísticas;

- ▣ A sexta deve consolidar e confrontar os dados de consumo e produção para se chegar ao valor adicionado e do PIB turísticos;
- ▣ Na sétima deve constar os dados relativos ao volume de emprego;
- ▣ Na oitava deve aparecer informações sobre a Formação Bruta de Capital Fixo;
- ▣ Na nona deve-se indicar a oferta de serviços públicos; e,
- ▣ Na décima tabela deve-se evidenciar os indicadores não monetários que possibilitam obter um panorama geral das principais características da atividade turística.

A consolidação destas 10 (dez) tabelas, além de possibilitar a construção de um sistema de informações estatisticamente complexo, fornece as informações necessárias para que se possa chegar aos dados econômicos relativos às atividades turísticas em uma economia e permite certa comparabilidade entre os países.

## 2.2.4 Conta satélite de turismo no mundo

O estabelecimento de uma Conta Satélite de Turismo no plano nacional e a elaboração de uma recomendação internacional para padronização da metodologia a ser usada para o desenvolvimento da CST são importantes fatores que levaram o OMT a divulgar seus relatórios e anuários, e os países a seguirem as metodologias propostas em tais documentos, tendo em vista a padronização dos dados com vistas à comparabilidade internacional. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, muitos países consolidaram suas respectivas Contas Satélite de Turismo.

Na Conferência de Iguazu, ocorrida em 2005, em Foz do Iguazu no Brasil, a OMT lançou um processo de consultas entre os países que iniciaram o processo de compilação dos dados da CST. Nesse sentido, até 2010, cerca de 60 países foram identificados como tendo prontamente produzido ou estarem em fase de desenvolvimento de suas respectivas Contas Satélite de Turismo, conforme o Quadro 3.

### Quadro 3 - Países com conta satélite de turismo desenvolvida ou em desenvolvimento

Alemanha*	Dinamarca*	Honduras**	Nicarágua**
Arábia Saudita**	Egito**	Hong Kong**	Nova Zelândia*
Austrália*	El Salvador**	Hungria*	Omã**
Áustria*	Equador**	Índia**	Peru**
Bahamas*	Eslováquia**	Indonésia**	Polônia**
Bélgica*	Eslovênia**	Irlanda*	Portugal*
Brasil**	Espanha*	Israel*	Reino Unido*
Canadá*	Estados Unidos*	Itália*	República da Coreia*
Cazaquistão*	Estônia**	Jamaica**	República Dominicana**
Chile**	Filipinas*	Japão*	República Tcheca*
China**	Finlândia*	Latvia*	Romênia**
Chipre*	França*	Lituânia*	Suécia*
Cingapura**	Grécia*	Malásia	Suíça*
Colômbia**	Guatemala**	Marrocos**	Taiwan*
Cuba**	Holanda*	México*	Uruguai**

(\*) Países que já desenvolveram a CST.

(\*\*) Países que estão em fase de desenvolvimento inicial, médio e/ou avançado da CST.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: TSA Data Around The World, 2010: 2. Disponível em: <[http://statistics.unwto.org/sites/all/files/pdf/tsa\\_data.pdf](http://statistics.unwto.org/sites/all/files/pdf/tsa_data.pdf)>. Acesso em: 10/10/2014.

Em meio ao processo de consolidação da CST no mundo, o primeiro país a realizar plenamente sua Conta Satélite de Turismo foi o Canadá, que a consolidou e a divulgou para os anos de 1994, 1996, 1998, 2000 e 2002. Ademais, o Canadá realizou entre 1996 e 1998 uma Conta Satélite de Turismo provincial/territorial, constante de 10 (dez províncias e 2 (dois) territórios<sup>2</sup>.

A Espanha foi outro exemplo de país que desenvolveu de forma satisfatória a CST, consolidando três bases de dados de grande dimensão estatística. A primeira tange o período entre 1995 e 2003<sup>3</sup>; a segunda o período entre 2000 e 2009<sup>4</sup>; e a terceira engloba o período entre 2008 e 2012<sup>5</sup>.

O terceiro país de grande destaque na formulação da Conta Satélite de Turismo são os Estados Unidos da América, que desde 1998 realizam anualmente a compilação dos dados referentes ao setor turístico do país<sup>6</sup>.

Por fim, ainda há muito a ser feito para que a maioria dos países compilem os dados do setor turístico nacional com base na metodologia proposta pela Organização Mundial do Turismo para a consecução de suas respectivas Contas Satélite de Turismo. A consecução da CST pelos diversos países é fundamental para que haja a comparabilidade internacional de dados e estatísticas do turismo de forma padronizada.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/subject-sujet/result-resultat?pid=3764&id=3767&lang=eng&type=OLC&sortType=2&pageNum=0>>. Acesso em: 11/10/2014.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t35/p011/9503/&file=pcaxis>>. Acesso em: 11/10/2014.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t35/p011/2009/&file=pcaxis>>. Acesso em: 11/10/2014.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t35/p011/2012/&file=pcaxis>>. Acesso em: 11/10/2014.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://travel.trade.gov/research/programs/satellite/>>. Acesso em: 12/10/2014.

## 2.2.5 Diagnóstico da situação atual - condicionantes para implementação da Conta Satélite de Turismo no Brasil

Atualmente, a Conta Satélite de Turismo (CST) no Brasil é ainda um plano a ser implementado. Tendo por base as entrevistas realizadas com o Diretor de Pesquisas do IBGE, Roberto Olinto, e com o Gerente de Modelos e Métodos na Coordenação de Contas Nacionais da mesma instituição, Ricardo Montes de Moraes, foi possível conhecer, a partir da opinião de dois dos principais dirigentes da entidade encarregada pela elaboração da CST, os problemas que têm dificultado o processo de obtenção dessas contas, bem como meios e formas de tentar superar esses obstáculos e caminhar no sentido de obter essas fundamentais estatísticas para o conhecimento e o planejamento de ações de fomento do setor de turismo no País.

De acordo com Roberto Olinto, as duas principais causas para o insucesso do IBGE obter até agora a CST são de duas ordens. A primeira, que é de natureza institucional, é a ausência de uma plataforma interinstitucional entre as principais entidades interessadas na sua elaboração, plataforma essa consubstanciada num grupo gestor que efetivamente atue no sentido de definir os principais marcos organizacionais, metodológicos e de gestão do processo de geração das estatísticas e, também crucial, de um grupo executivo encarregado pela implementação das medidas necessárias. A segunda é de natureza propriamente estatística, e se relaciona com a não disponibilidade até o momento de um conjunto de dados cruciais para a construção da CST, sendo o principal deles as informações sobre as estruturas de consumo em bens e serviços dos turistas estrangeiros e brasileiros em suas viagens pelo País. Nas próprias palavras de Roberto Olinto, isso foi sintetizado da seguinte forma:

*[...] o processo parou exatamente pela falta da... [não concluiu a frase], não foi nem por falta de pessoal do IBGE, porque você tinha uma pessoa trabalhando nisso e poderia avançar, ele parou, por um lado, pela mudança do sistema de contas das recomendações de 2008. Então não valia a pena avançar em nenhuma conta satélite, porque você iria mudar o conceito. Então parou o turismo, parou a saúde, parou a cultura, mas o fator mais importante era a falta exatamente das estatísticas de consumo, isso era o ponto que a gente precisava para avançar para ter uma Conta [Satélite de Turismo], além da plataforma institucional e a definição do grupo gestor funcionando, um grupo executivo e uma equipe para trabalhar junto. Ou seja, esses fatores todos vão se somando, mas eu diria, o mais importante, em termo institucional, é ter a plataforma [institucional] e, em termos estatísticos, é a parte de consumo. Se a gente tivesse consumo, [...] poderia ter avançado um pouco mais, e ter uma pequena equipe aí. Hoje em dia é uma pessoa que cuida. (IBGE, 2015(a)).*

Em relação ao problema institucional, Roberto Olinto explicitou em mais de um momento da entrevista a sua visão sobre o problema. No trecho a seguir, ele coloca a sua visão geral do problema:

*Quando se pensa uma Conta Satélite, pra começar a Conta, você tem que construir uma equipe multissetorial ou multiagências, no sentido de que tem que ser uma equipe de um grupo do IBGE, que entende de determinada coisa, um grupo do Ministério [do Turismo] ou outros parceiros envolvidos nesse projeto, pra trabalhar junto. Nenhuma Conta Satélite funciona sem esse tipo de organização. Aí a velha ideia da plataforma institucional, que o José Francisco [de Salles Lopes, Diretor de Estudos e Pesquisas do MTUR] tenta há anos, de forma que você tem que fazer um acordo, e botar gente para trabalhar e tem que ter um grupo fazendo a gestão, que é um grupo que tem uma importância inicial muito grande, mas que depois, com o desenvolver do trabalho, esse grupo perde. Então, um grupo executivo. Um grupo de trabalho, e esse grupo tem que juntar uma série de competências e conhecimentos. Isso pra começar a pensar a Conta Satélite. E sobre isso, quer dizer, estabelecendo um marco, começar [...] a desenvolver as estatísticas. (IBGE, 2015(a)).*

Nesta outra parte da entrevista, Roberto Olinto explica melhor a importância do grupo executivo:

*Tem que ter uma plataforma, e tem que fazer um esforço de fazer uma gestão, e ter um grupo que trabalha, você tem que ter alguém que bote a mão na massa, e esse grupo tem que ser bem escolhido, tem que ser encontrado. O Ministério do Turismo tem esse problema, ele não tem gente. Agora, é uma maneira de pensar, a gente vai ter que ter, mesmo que seja um grupo, pessoas da FIPE, pessoas do IBGE, pessoas de sei lá, de formação, que seja, ou consultores, mas tem que ter gente do Ministério [do Turismo]. Tem que ter essas coisas, não pode ser independente. E não é só no gestor não, no executivo. Isso é fundamental, em vários momentos. (IBGE, 2015(a)).*

Em duas outras partes da entrevista, a importância do grupo executivo é reafirmada a partir da experiência bem-sucedida da construção da Conta Satélite da Saúde:

*É fundamental ter uma equipe envolvida, ou seja, a equipe de saúde tem umas três ou quatro pessoas lá dentro que trabalham pra fazer isso. Isso é importante, ou seja, você tem um compromisso. Então eu acho que isso é fundamental. (IBGE, 2015(a)).*

*A ideia de uma Conta Satélite, [...] se inicia da Conta Nacional para fora. Quer dizer, o núcleo é a Conta Nacional e você vai para fora. Quando a coisa se solidifica, inverte-se, no sentido de que, se tem um grupo, e aí a diferença da saúde funcionou bem, se tem um grupo funcionando e começa a entender daquela área específica, você começa a alimentar as Contas Nacionais. Isso [começa] ali. Por exemplo, começou a entender que era o medicamento, qual tipo de medicamento, pra que que servia, até usava determinadas coisas nas pesquisas que o pessoal dizia, olha, não, espera aí: o destino não é esse, o destino é aquele. Como é que funciona o SUS? Eles começaram. E com o tempo, hoje a Conta [Satélite de Saúde] ela serve, os estudos do pessoal de saúde servem de base para você elaborar um núcleo*

*primordial do sistema de contas, dos eventos a partir dos dados mais detalhados, e ajuda as contas. Num primeiro momento é o contrário, é só você pegar o sistema de contas e detalhar para produzir alguma coisa. Mas se a coisa funciona, esse grupo vai começar, por exemplo, a poder passar para um grupo de contas alguns detalhes que ajudam a elaboração de contas. Então essa, vamos dizer assim, seria o ideal, vamos dizer, como é que você funcionaria idealmente. Você teria um grupo, chamado grupo de turismo, que colabora com as Contas Nacionais, e não vice-versa (IBGE, 2015(a)).*

No que se refere ao segundo tipo de problema básico para a construção da CST, esse relativo à não disponibilidade de informações adequadas sobre as estruturas de consumo em termos de bens e serviços dos turistas brasileiros e estrangeiros em viagens pelo País, Roberto Olinto externou a seguinte opinião:

*O que você tem em falta? Fundamentalmente, pra fazer a conta [Conta Satélite de Turismo], você precisa ter o consumo e todo o detalhamento de consumo. E essa pesquisa é uma pesquisa que a gente tem discutido com o Ministério [do Turismo] há anos, que, assim, é de responsabilidade do Ministério [do Turismo] tocar, porque o IBGE não tem a expertise, ou seja, pegar a pesquisa de fronteira, ou a pesquisa de aeroporto, quanto é que gasta [...] então isso é fundamental para você detalhar o consumo das famílias por item. (IBGE, 2015(a)).*

*Um dos pontos-chave dessa história sempre foi a questão do detalhamento, como a conta exige o detalhamento do consumo, a gente necessitava de pesquisa de consumo, isso era o principal. Com essa pesquisa de consumo, independente do marco que precisa, poder-se-ia ter avançado para uma Conta Satélite, mesmo que fosse incompleta, mas ela teria cara. (IBGE, 2015(a)).*

*Agora, basicamente, é o seguinte: Hoje olhando a Conta [Satélite de Turismo], todas as tabelas de produção, de relação entre atividades, de consumo agregado, são possíveis, o que não acontece são meras tabelas de detalhamento do consumo, esse é o grande problema, essa é a chave. O resto nada foi produzido porque você não avançou nesse trabalho de conta. Mas estudos têm. Era possível fazer. A gente chegou a trabalhar, a economia do turismo faz mais ou menos alguns ensaios sobre isso, o problema maior é de fechamento. Se você não fornece o núcleo da conta de turismo, não tem sentido você trabalhar em coisas capengas. (IBGE, 2015(a)).*

Esse aspecto da essencialidade das informações de consumo também foi enfatizado por Ricardo de Moraes, nos seguintes dois trechos da sua entrevista:

*Olha, o principal é o consumo. Se a gente tivesse uma boa informação de tipos de consumo, a gente poderia produzir os primeiros quadros da [Conta] Satélite [de Turismo], que são quadros sobre o consumo final, e que talvez por si só já garantissem uma publicação. (IBGE, 2015(b)).*

*Hoje, a gente sente muito a falta da informação de consumo, de um dado de consumo um pouco mais direto de produtos, porque isso [...] para a área de Contas, seria uma informação que a gente usaria para o sistema de contas. Detalhar melhor o dado de importação e exportação. Por exemplo, o que a gente tem do Banco*



*Central (do Brasil) hoje, que é o dado do Balanço de Pagamentos, é um “agregação” que é a despesa de aquisição de câmbio em casa de câmbio, despesa com cartão de crédito internacional. Quanto disso é com hotel, quanto disso é com transporte aéreo, quanto disso é com transporte rodoviário. Essa abertura seria uma coisa bastante interessante para a gente, porque a gente teria uma ideia melhor de importação de serviços e exportação de serviços, por produto. Então, uma coisa que a gente sente de falta, é essa informação de volume de consumo por produto, porque, para o sistema de Contas, para uma eventual (Conta) Satélite, seria uma informação boa, e que a gente, hoje, o que foi publicado, é bastante agregado, assim, a gente olhou microdado, a gente não ficou muito confortável com ele. (IBGE, 2015(b)).*

Ambos os entrevistados também mencionaram que a lacuna de informações de consumo não se refere apenas aos gastos realizados pelas famílias, mas é extensivo aos gastos realizados pelas empresas e pelo setor público, nas viagens de negócios e trabalho dos seus funcionários. Para Roberto Olinto, essa lacuna de informações dificilmente poderá ser resolvida através de pesquisas do próprio IBGE junto às empresas:

*Então você teria que saber o seguinte: o que as empresas gastam, em termos de padrão de viagens etc., que geralmente entra na conta de débito da empresa como gasto da empresa. Para conta de turismo isso seria somado aos itens de serviços, então tem esse detalhe metodológico importante aí. Eu não imagino chegar numa empresa, uma pesquisa da gente, e perguntar o seguinte: quanto é que vocês gastam de viagens, quanto é que foi pra negócio ou não, se você tem a rubrica negócios. (IBGE, 2015(a)).*

Ricardo de Moraes também reconhece que os gastos das empresas e do setor público com viagens de seus funcionários é uma lacuna importante, e que não há ainda nenhuma ideia de como solucionar esse problema:

*É uma coisa que também é bem complicada. O ideal seria a gente ter algum método para separar nas estatísticas das empresas, o que é despesa com viagem de funcionários. Tanto das empresas, quanto do governo. Isso é uma coisa que também a gente não tem pronto, e que é uma das dificuldades que a gente vê pela frente. (IBGE, 2015(b)).*

Perguntados sobre o conhecimento da natureza e da qualidade das informações das pesquisas atualmente disponíveis no âmbito do Ministério do Turismo, envolvendo informações de estruturas de consumo de turistas brasileiros e estrangeiros no País, apenas Ricardo de Moraes respondeu afirmativamente. Na sua avaliação, um dos grandes problemas que tem limitado a utilização das informações dessas pesquisas é de natureza técnica:

*Quando a gente olhou, a gente já trabalhou com os microdados uma vez, e a gente teve um pouco de dificuldade, porque a maneira como os pesos estavam definidos, a gente olhava que linhas diferentes de um mesmo questionário tinham pesos diferentes. Que não é muito o que a gente faz habitualmente. A gente atribui um peso para o questionário com expansão, na probabilidade de seleção, depois faz uma averiguação de cada resposta, depois, de um modo geral, para a gente, cada questionário tem o seu peso, sempre aplicado a cada uma das variáveis.*

*No dado que a gente analisou, que o Ministério do Turismo usa, despesas de turismo, a gente tinha a variável total de despesa, quando era expandida pelo peso dela, dava bem menos do que cada um dos itens de despesas quando expandido pelo seu peso, e a gente tentava somar e estava muito longe de fechar. Então, a primeira coisa é esse tipo de consistência interna, a gente tem que ter totais para a pesquisa que fechem, e ter um pouco mais de clareza sobre como que foi feita a seleção da amostra, como é que a gente pode trabalhar com o tipo de peso que está sendo usado na pesquisa. Eu acho que uma das coisas que talvez façam muita diferença é ter tamanho de amostra, uma amostra que seja razoável para conseguir ter dentro dela uma quantidade significativa de pessoas que teve despesas fora do entorno habitual. Então, são essas duas coisas: é ter um desenho de amostra que a gente consiga depois entender como que se conseguiu aquilo de amostra para a expansão da pesquisa, como é que se chegou naqueles pesos, e isso deve levar a dados que sejam, enfim, consistentes entre si, e a gente possa somar os itens e chegar a um cômputo declarado no total. E ter uma ideia de representatividade, quer dizer, ter um tamanho de amostra que permita que a gente tenha um coeficiente de variação baixo para os resultados. (IBGE, 2015(b)).*

Frente a essa questão da existência de divergências de métodos e formas de levantamentos de dados entre as pesquisas próprias do IBGE e de outras instituições, foram perguntadas as opiniões dos entrevistados sobre o uso de dados externos para a construção da CST. Para Roberto Olinto, o uso de informações de pesquisas não realizadas pelo IBGE é absolutamente natural, uma vez que esta instituição não é capaz de gerar todas as informações necessárias. Em suas próprias palavras:

*Uma coisa que a gente estabelece sempre é a seguinte: Conta Satélite e Conta Nacional, a coordenação é do IBGE. O núcleo, o grande núcleo, é. Agora [...], eu não vejo nenhum impedimento, de que dentro, estabelecida uma plataforma institucional, então você trabalhe com informação de várias fontes. Não tem o menor problema, desde que se esteja organizado, dentro deste grupo gestor, e se estabeleça exatamente o que se vai fazer. O grupo da Conta [Satélite de Turismo], a gente usa isso em Contas Nacionais, informações de todo mundo. Em Contas Nacionais, passou na rua a gente pega para perguntar alguma coisa, a gente não tem como. Fazer Contas Nacionais é isso. (IBGE, 2015(a)).*

*Agora são três níveis. O grosso a gente já produz. O detalhe, por exemplo, as operadoras de turismo, a gente nunca vai produzir. É um trabalho que o grupo de turismo vai ter que desenvolver, a gente nunca vai chegar nesse detalhe, pela quantidade de informação, pela quantidade de pesquisas que o IBGE tem. A outra é a grande pesquisa sobre consumo, que não é de pesquisas do IBGE, que vai ter que ser realizada por uma outra instituição, FIPE, por exemplo, [...] mas aí olhando as informações necessárias para a expansão do vetor de consumo. (IBGE, 2015(a)).*

E justamente para minimizar os problemas de aproveitamento das informações externas, decorrentes de divergências metodológicas e de formas de realização das pesquisas, Roberto Olinto entende que é um dos papéis essenciais da plataforma institucional.

*Definindo um marco e a organização do trabalho, você define mais ou menos, quer dizer, atribuições, tarefas, quer dizer, na verdade a única questão do IBGE é que a FIPE [ou outra instituição] teria que produzir uma pesquisa de acordo com a necessidade da Conta [Satélite de Turismo], ou seja, teria a variável de pesquisas observando mais ou menos um padrão estável à necessidade da Conta [Satélite de Turismo]. Essa organização do trabalho, tendo um grupo gestor e um grupo executivo sendo um norte desse negócio. (IBGE, 2015(a)).*

Informados de que o objetivo central do projeto atual de discussão e análises em torno do Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas, com proposição de planos de pesquisas dos turismos interno e internacional consistentes com as metodologias da OMT e também harmonizadas no âmbito dos países do PROJETO CONESUL, os entrevistados se mostraram cientes desses fatos e os consideraram muito positivos. Especificamente, quando informados de que uma das propostas que estava sendo pensada para a realização da pesquisa quinzenal do turismo interno envolvia a ideia de estabelecimento de convênio entre o Ministério do Turismo e o IBGE, para realizá-la como um suplemento da PNAD-C, Roberto Olinto fez o seguinte comentário:

*Isso dá para pensar. Tem que propor às pessoas da PNAD-C. Eu sempre disse, se o Ministério [do Turismo] botar dinheiro. (IBGE, 2015(a)).*

No caso de Ricardo de Moraes, o seu comentário foi:

*Perfeito. Como eu estou falando para vocês, eu sou muito mais usuário de informação do que produtor de estatísticas básicas. Então, como usuário, como um sistema de contas, eu acho ótimo. A PNAD-C tem um desenho de amostra bem mais espalhado, bem maior que a PNAD antiga, então ela tem bem mais chances de pegar, de produzir uma medida boa para este tipo de coisa. Tem que conversar com o pessoal da coordenação de emprego e renda que é quem produz a PNAD-C, o Roberto mesmo, abaixo dele tem tanto Contas quanto as pesquisas básicas. O ideal, quando vocês forem falar com eles, é que o desenho da PNAD-C [...] veio com dois tipos de suplementos, tem um suplemento que vai ser aplicado, por exemplo, na primeira entrevista em cada domicílio. O desenho da PNAD-C é um painel rotatório, cada domicílio é entrevistado cinco vezes, então o mesmo pesquisador vai no mesmo domicílio cinco vezes, com intervalo de três meses, e, a cada três meses, 1/5 do painel é substituído, você descarta a parte mais antiga, e acrescenta novos domicílios, então você vai substituindo ele aos poucos. Tem dois tipos de suplemento que a PNAD-C vai incorporar: tem um suplemento que pode ser aplicado num determinado trimestre com toda a amostra que está sendo pesquisada naquele trimestre. Então, no primeiro trimestre do ano, todos os domicílios entrevistados, independente se é a primeira ou a quinta entrevista, vão*

*responder a uma determinada pergunta; e tem um tipo de suplemento que vai ser aplicado a cada terceira ou a cada quinta entrevista de cada domicílio, então, esse, eu acho que seria o formato ideal para uma pesquisa de turismo porque esse não tem problema de sazonalidade, ele vai ser aplicado durante o ano inteiro, já que ele vai ser, sempre que estiver na segunda ou na terceira entrevista de cada um dos domicílios apurados. Quando vocês forem conversar com eles, com o pessoal da coordenação e emprego, esse eu acho que talvez seja o melhor caminho. Um suplemento que seja apurado para todos os domicílios na terceira ou na quarta, em algumas das entrevistas que eles distribuem ao longo do ano. (IBGE, 2015(b)).*

Perguntado sobre a questão da periodicidade ideal da futura CST, o diretor do IBGE a definiu como sendo anual ou no máximo a cada três anos. Isso não tanto pelo aspecto da demanda sobre esse tipo de informação, mas principalmente por propiciar uma dinâmica favorável à manutenção da equipe de trabalho e do esforço desta. Em suas palavras:

*Olha, tem dois fatores: um é a necessidade da pesquisa. Quer dizer, a gente sabe como é a Conta Satélite [de Turismo], ela não tem demanda enorme. A Conta [Satélite de] Saúde a gente definiu [...] de dois em dois anos. A gente criou no meio, só para ter uma ideia, mas isso é específico da saúde, uma conta, mas é de governo, gastos de governo, que o pessoal do IPEA está fazendo, num ano que não tenha saúde, sai publicação basicamente olhando os gastos dos governos em saúde, pelo IPEA. Que é uma pré-conta de saúde. Só para você ter. Agora, é aquela avaliação, pode ser dois, na minha cabeça no máximo de três em três anos. E aí tem uma razão fundamental, porque você perde equipe. Você perde fôlego. Eu acho, para iniciar um projeto, a Conta tem que sair anualmente, não pra necessidade da Conta, mas pela necessidade pra você manter uma equipe funcionando, pra não perder equipe. Depois quando você chegar satisfeito da vida, aí dá para fazer de dois em dois anos. E aí também é importante porque você faz o seu objeto, e te dá até a ideia de que se efetivamente você vai fazer de dois ou três anos, até para os usuários. Isso é um problema de aprendizado importante. Eu não vejo a Conta Satélite [de Turismo] de cinco em cinco anos. Porque aí a equipe morreu. Aí você recupera tudo novamente. Essa ideia da gente trabalhar a Conta [Satélite] de Saúde com essa publicação intermediária, é pra não deixar a equipe dispersar, já é difícil segurar. Até porque precisam de vários órgãos. Então você tem que criar alguma coisa que junte essa equipe, num determinado momento, fazer um produto, para continuar. Isso é fundamental. (IBGE, 2015(a)).*

No que se refere à questão da regionalização da CST, ambos os entrevistados se mostraram céticos quanto à possibilidade de ser alcançada sem antes se consolidar a construção da CST em nível nacional. Nas palavras de Roberto Olinto:

*Eu acho inviável por uma razão básica. Você poderia até montar, usar a conta regional do IBGE como referência. Mas a questão é que eu não tenho informação turística sobre isso. Talvez [...] eu possa ter a produção de algumas atividades regionalmente. Pode ser, mas eu não tenho condições. Tanto é que a conta regional até hoje não tem o lado da demanda, regionalmente eu não tenho consumo nem investimento. Você não consegue ter isso. (IBGE, 2015(a)).*

*Agora eu não vi nenhum projeto desses avançar nesses últimos anos, não sei o que está acontecendo, mas é que sempre a questão que você não tem informação regional mesmo, e eu acho que começar um projeto desse tipo já querendo regionalizar, é dar um tiro no pé. Em primeiro lugar aprende a fazer direito no Brasil, e depois você vai ver o que você pode fazer. Até porque, necessariamente, em nenhuma conta regional vai ser simplesmente sete unidades, não vai ter. Você nunca vai fechar uma matriz de fluxos direto. Então, talvez com o tempo você possa ter. (IBGE, 2015(a)).*

A opinião de Ricardo Moraes é similar e basicamente envolve a mesma justificativa da indisponibilidade de informações:

*A pesquisa teria que ser desenhada de um jeito que colocasse onde que foi feita a despesa, para você ter a demanda naquele lugar, a demanda em outro estado, a demanda no exterior. Então, na verdade, a gente vai depender muito de como é o dado básico, para pensar, assim. Hoje, eu acho que é mais fácil a gente pensar primeiro em uma conta Brasil, do que pensar direto em regionalização de dados. Assim, é mais complicado ter uma informação regional estável, uma informação de mais qualidade, aberta por UF. Talvez, seria mais fácil começar por Brasil, que a gente tem uma delimitação de fronteira, tem Balanço de Pagamentos, tem a ideia de fluxo Brasil-externo, muito melhor do que a gente consegue ter hoje e fluxo interno no país, de recursos que estiveram presentes em um estado e outro, acrescenta complicação à conta regional. A conta Brasil, pelo menos, a gente tem um dado do Balanço de Pagamentos, de quanto entrou e saiu de recursos, junto com cartão de crédito, com operação de câmbio, que dá uma maior ordem de grandeza mais tranquila de trabalhar, do que essa parte de circulação interna, que, enfim, vai ser um pouco mais complicado de medir. (IBGE, 2015(b)). (IBGE, 2015(a)).*

Como último aspecto desse diagnóstico sobre a situação da CST no Brasil, é pertinente destacar que, conforme as recomendações da OMT para as estatísticas turísticas (OMT, 2008), dois tipos de aspectos podem ser extraídos da Conta. O primeiro refere-se à relação entre a mensuração do turismo de uma perspectiva dos visitantes através dos seus respectivos consumos nas suas atividades, e os bens e serviços fornecidos pelas indústrias do setor de turismo. Tal aspecto remonta à importância que as contas de consumo expressam para a formulação da futura CST no Brasil, conforme destacado pelos entrevistados do IBGE e pelo manual da OMT (2008).

Por outro lado, a OMT (2008) destaca ainda a necessidade de relacionar o uso geral (demanda) e a oferta de todos os produtos e todos os agentes na economia e a demanda dos visitantes na mesma. Conforme já mencionado no parágrafo anterior – destaque as informações dos entrevistados do IBGE – as contas de consumo apresentam-se como parte central e estruturante da futura CST. Como ainda há deficiência desta conta de consumo, é fundamental sua realização num futuro próximo.

A OMT (2008) recomenda que a qualidade da produção das estatísticas constantes na CST deve ser relativamente elevada, tanto do ponto de vista da coleta das informações, quanto do marco estrutural da metodologia das pesquisas e do processamento das informações. Como exemplo, segue transcrição:

*[...] a qualidade de mensuração das estatísticas turísticas é interessante para fornecer ao usuário as mesmas informações para julgar se, ou não, são de adequada qualidade para suas intenções de uso[...]. Por exemplo, usuários devem verificar que o marco conceitual e as definições empregadas na coleta e processamento das informações básicas, os métodos usados para coleta dos dados e a eficácia dos dados resultantes satisfazem suas necessidades (OMT, 2008: 88).*

Nesse caso, pode-se inferir que as recomendações da OMT (2008) deixam claro que um marco estrutural para se chegar à CST é necessário. Tal marco vai ao encontro daquilo que os entrevistados do IBGE afirmam quanto a necessidade de se constituir um grupo executivo para se pensar em como fazer a gestão e definir as diretrizes do plano de trabalho interinstitucional da futura CST.

### 3. Conclusões e recomendações

---

A elaboração deste relatório envolveu a análise de documentos de referência sobre o Balanço de Pagamentos e a Conta Satélite de Turismo, além de entrevistas diretas com representantes do Banco Central do Brasil e do IBGE, instituições fundamentais no desenvolvimento daquelas duas operações. O seu objetivo foi no sentido de, em primeiro lugar, diagnosticar o estado atual das estatísticas do Balanço de Pagamento do País em relação às operações em moeda estrangeiras ocorridas por conta das viagens de turistas brasileiros ao exterior e de estrangeiros que visitam o País. A referência básica utilizada para realizar esse diagnóstico foram as normas e recomendações estabelecidas no Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional - BMP6. O segundo objetivo foi levantar e detalhar os principais problemas que têm impedido até o momento a obtenção da CST para o País, de forma a identificar possíveis formas e caminhos para superar essas dificuldades.

Em relação ao Balanço de Pagamentos Brasileiro foi possível constatar que recentemente o Banco Central do Brasil passou a divulgar as suas estatísticas em conformidade com as recomendações do BPM6. No entanto, no que se refere às Contas Viagens Internacionais e Transportes, foi constatado que a importância da renovação das pesquisas de turismo interno e externo, de responsabilidade do Ministério do Turismo para captura com maior precisão tanto os valores totais das receitas e despesas cambiais associadas ao turismo internacional receptivo e emissivo no Brasil quanto o detalhamento desses valores.

O principal problema identificado nas contas: Viagens Internacionais e Transportes está associado à primeira, na qual atualmente são computadas todas as operações com moeda estrangeira realizadas pelas pessoas físicas com cartões de crédito. E é sabido que nestas estão incluídas as operações de pagamentos de importações diretas de bens e serviços feitas por brasileiros sem sair do Brasil, bem como de estrangeiros que sem viajarem ao País importam bens e serviços aqui produzidos. Os técnicos do Banco Central entrevistados reconhecem que esse problema tem provocado superestimação das despesas e receitas de moeda estrangeira associadas ao turismo e que tentativas de sanar essa distorção estão atualmente sendo encaminhadas através de contatos com as operadoras dos cartões de crédito.

Outro problema identificado relacionado à Conta Viagens Internacionais diz respeito à necessidade de um maior refinamento da desagregação dessa conta pelos motivos de viagem dos turistas. Para esse problema, a expectativa dos técnicos do Banco Central é de que as melhorias que estão sendo propostas nas metodologias das pesquisas do turismo internacional, bem como do turismo interno – que deve incluir as viagens internacionais dos brasileiros – no âmbito do presente Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas, possam futuramente contribuir para o aprimoramento dessas estatísticas do Balanço de Pagamentos do País.

Em relação à conta Transportes, também foram identificados alguns problemas relacionados aos seus valores totais e desagregação. Para o cômputo dos valores totais dessa conta, os técnicos do Banco Central indicaram a existência de um problema de cobertura das estatísticas, dado que, no caso de representantes das empresas de transportes estrangeiras sediadas no país, é comum elas utilizarem recursos arrecadados em moeda nacional na venda de passagens, para pagamentos de despesas e de tarifas de operação no país, convertendo em moeda dos seus respectivos países apenas os saldos líquidos dessas operações. Com isso, subestima-se tanto a despesa quanto a receita de divisas estrangeiras com transportes. O mesmo problema ocorre com as receitas e despesas dos operadores das empresas brasileiras de transportes sediadas no exterior. Outro problema na conta Transporte, é que ainda não é feita a sua desagregação das receitas e despesas de acordo com os vários tipos dos modais de transporte, como recomenda o BPM6. Segundo informação dos técnicos do Banco Central, esforços no sentido de correção desses problemas da conta Transportes estão sendo atualmente empreendidos, para obter junto às empresas de transportes melhores e mais detalhadas informações sobre as suas operações.

No que se refere ao desenvolvimento da CST no Brasil, a conclusão geral é que se terá ainda um longo percurso a percorrer para que seja alcançada de forma satisfatória a sua consecução e divulgação, ainda que parcialmente. O diagnóstico realizado aponta como impeditivos principais a carência de dados sobre o consumo turístico, que em grande parte estão relacionados a efetiva execução das operações de turismo internacional e de turismo interno, ao lado da necessidade imperiosa da existência de uma estrutura institucional com recursos humanos e financeiros apropriados para o desenvolvimento da CST. Esses foram os dois pontos que se destacaram nas entrevistas com dois dos principais dirigentes do IBGE, a instituição responsável pela elaboração da CST.



Tanto o Diretor de Pesquisa quanto o Gerente de Modelos e Métodos da área das Contas Nacionais do IBGE foram muito claros em afirmar que caso existissem dados adequados que permitissem estimar os valores e os tipos de bens e serviços consumidos pelos turistas residentes no Brasil e no exterior nas suas viagens pelo País, essa instituição já teria tido condições de elaborar pelo menos uma versão preliminar da CST, com grande parte das 10 tabelas que as compõem. Segundo esses entrevistados, o IBGE não dispõe atualmente desses dados e nem tem perspectiva de desenvolver pesquisas futuras para obtê-los, uma vez que especificamente no caso das informações de consumo relativas aos turistas residentes no exterior e dos residentes no Brasil que viajam ao exterior, a instituição nem teria o conhecimento e a experiência acumulada na realização de pesquisas nas fronteiras terrestre, aérea e marítima do país. Assim, eles entendem que as informações cruciais de consumo dos turistas necessitam, com parceria ou não do IBGE, serem supridas por instituições externas ao IBGE, e nesse processo é fundamental que o MTUR exerça papel de liderança, articulando e coordenando não só os esforços de suprimento das informações necessárias, mas de toda a estrutura necessária à elaboração da CST.

Para isso, o Diretor de Pesquisa do IBGE entende que é básico que a plataforma interinstitucional atualmente existente inicie efetivamente seus trabalhos e um grupo executivo permanente possa implementar as diretrizes e as decisões emanadas da instância gestora do projeto da CST. Segundo esse entrevistado, foi um tipo de estrutura institucional montada nesses moldes que resultou na experiência bem-sucedida da obtenção da Conta Satélite da Saúde.

Destaque-se que o pleno funcionamento dessa reunião interinstitucional de entes de governo, como fórum para discussão legítimo para as questões afetas ao fortalecimento do sistema nacional de informação e estatísticas de turismo e para consequente implementação da Conta Satélite de Turismo, sendo recomendação expressa da OMT e também do PROJETO CONESUL.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN. Entrevistas com analistas do Banco Central do Brasil. 2015.

BACEN. Série histórica do Balanço de Pagamentos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 09/10/2014.

BACEN. Série histórica do Balanço de Pagamentos – BPM6. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/balpagm.zip>>. Acesso em: 10/06/2015.

CANADA. *Statistics Canada. Economic Account: Publications.* Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/subject-sujet/result-resultat?pid=3764&id=3767&lang=eng&type=OLC&sortType=2&pageNum=0>>. Acesso em: 28/05/2015.

ESPAÑA. *Instituto Nacional de Estadística. Cuentas económicas: Cuenta Satélite de Turismo de España. Base 2008 e anos anteriores.* Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t35/p011&file=inebase>>. Acesso em: 27/05/2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. *Office of travel and tourism industries. Travel and Tourism Satellite Account (TTSA) Program: Annual Travel and Tourism Data.* Disponível em: <<http://travel.trade.gov/research/programs/satellite/>>. Acesso em: 08/06/2015.

IBGE. Entrevista com Roberto Olinto, 2015(a).

IBGE. Entrevista com Ricardo Montes de Moraes, 2015(b).

IBGE. *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica – 2000-2005.* Rio de Janeiro, RJ: 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia\\_turismo/2000\\_2005/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_turismo/2000_2005/)>. Acesso em: 15/12/2015.

IBGE. *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica – 2003-2006.* Rio de Janeiro, RJ: 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia\\_tur\\_20032006/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032006/)>. Acesso em: 15/12/2014.

IBGE. Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica – 2003-2007. Rio de Janeiro, RJ: 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia\\_tur\\_20032007/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/)>. Acesso em: 15/12/2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Quinto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5)*, 1993. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>>.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Sexto Manual sobre Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)*, 2009. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>>.

KADOTA, D. K. & RABAHY, W. A. Conta Satélite de Turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo. *In: Turismo em análise*, v. 14, n. 1, p. 65-84, maio de 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *System of National Accounts*. New York, NY, 2008. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>>. Acesso: 13/09/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Tourism Satellite Account. Recommended Methodological Framework (2008)*. Luxemburgo, Madrid, Nova Iorque, Paris, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *International Recommendations for tourism statistics (2008)*. Nova Iorque, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *International Recommendations for Tourism Statistics. 2008*. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/seriesm\\_83rev1e.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/seriesm_83rev1e.pdf)>. Acesso em: 11/12/2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Conta Satélite de Turismo (CST) – Quadro conceitual*. Madrid, Espanha 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *TSA Data Around The World: worldwide summary, 2010*. Disponível em: <[http://statistics.unwto.org/sites/all/files/pdf/tsa\\_data.pdf](http://statistics.unwto.org/sites/all/files/pdf/tsa_data.pdf)>. Acesso em: 10/10/2014.

## GLOSSÁRIO

**Agentes de câmbio** - Instituições autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio, sejam bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, bancos de câmbio, agências de fomento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio (BACEN, Mercado de câmbio – definições. Acesso em: 22/05/2015). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?merccamfaq>>.

**Atividades características do turismo** - As atividades características do turismo são as que normalmente produzem e ofertam produtos característicos do turismo (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Balanço de pagamentos** - O balanço de pagamentos é uma declaração estatística que sintetiza transações entre residentes e não residentes durante determinado período. Tais transações classificadas de acordo com as contas de bens e serviços, conta capital e conta financeira (OMT, 2014: 237).

**Categorias de visitantes** - Tipos de pessoas que viajam a um local que não seja seu ambiente normal por menos de 12 meses consecutivos e cujo propósito é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado (OMT, 2008: 248).

**Chegadas** - Entradas de turistas estrangeiros em um destino turístico (OMT, 2008: 241).

**Consumo coletivo turístico** - Responsabilidades das administrações públicas em proporcionar à comunidade bens e serviços selecionados, sobre uma base de não mercado (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Consumo turístico interior** - É a soma paga pelos turistas moradores de um país pela aquisição de bens e serviços de consumo e de objetos valiosos para uso próprio ou para presentear, antes e durante as viagens turísticas, nos destinos visitados dentro do próprio país (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Contas de produção** - Conjunto de informações sobre a produção da oferta turística compreendido pelo “valor adicionado bruto das indústrias turísticas”, “valor adicionado bruto direto turístico” e “produto interno bruto direto turístico” (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Conta satélite** - Há dois tipos de conta satélite, servindo em diferentes funções. O primeiro tipo, algumas vezes chamado de conta satélite interna, engloba as regras e convenções do Sistema de Contas Nacionais da ONU, porém foca sobre aspectos particulares de interesse por estarem-se distante, em alguns casos, das classificações e hierarquia padrão. Exemplos disso são o turismo, produção de café e gastos para proteção do meio ambiente (OMT, 2008: 247). O segundo tipo, algumas vezes chamado de conta satélite externa, pode adicionar dados não econômicos ou variar algumas das convenções de contabilidade, ou ambas. Este é um modo particularmente apropriado em explorar novas áreas em um contexto de pesquisa (OMT, 2014:245).

**Conta satélite do turismo** - Termo utilizado para designar práticas estatísticas em âmbitos horizontais específicos relacionados com o Sistema de Contas Nacionais (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Contas transportes** - Nas transações correntes do Balanço de Pagamentos, a conta de transportes é apresentada com maior detalhamento por tipo de transporte, e, em cada um dos tipos, por natureza de transação econômica (BACEN, 2007: 2).

**Estatísticas de turismo** - Estatísticas turísticas que apresentam os dados elementares para um tempo específico, para lugares e outras características que permitem realizar significativas comparações do setor turístico (OMT, 2008: 246). Tais estatísticas expõem conceitos, definições, classificações e indicadores, tornando-se referência para coordenação, reconciliação e interpretação de informações na área do turismo (OMT, 2015: 37).

**Formas de turismo** - Diferentes formas de se praticar o turismo que levam a diferentes categorias de consumo turístico (turismo interno, turismo receptivo, turismo emissivo, turismo interior, turismo nacional) (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Formação bruta de capital fixo turístico** - A formação bruta de capital fixo turística se define como o valor total das aquisições, menos as vendas, de ativos fixos efetuadas pelo produtor durante o período contábil, mais certas adições ao valor dos ativos não produzidos realizadas pela atividade produtiva das unidades institucionais (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Fontes de informações** - Por fontes de informações para selecionar estatísticas que envolvam o setor de turismo em suas múltiplas dimensões, entende-se os manuais e relatórios de instituições como o *6º Manual de Balanço de Pagamentos do FMI*; as *Recomendações Internacionais para Estatísticas Turísticas*, de 2008, da Organização Mundial do Turismo; os relatórios envolvendo informações sobre o setor turístico e as indústrias características do turismo divulgados pelo IBGE (Economia do Turismo, PAS, CEMPRE, PNAD-C, CAGED). Ademais, consiste no processo e procedimentos para imputação e tratamento de dados (OMT, 2008: 239).

**Gasto turístico emissivo** - É a soma paga pelos turistas moradores de um país pela aquisição de bens e serviços de consumo e de objetos valiosos para uso próprio ou para presentear, antes e durante as viagens turísticas, nos destinos de outros países visitados (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Gasto turístico interno** - É a soma paga pelos turistas moradores de um país pela aquisição de bens e serviços de consumo e de objetos valiosos para uso próprio ou para presentear, antes e durante as viagens turísticas, nos destinos de seus próprios países visitados (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Gasto turístico receptivo** - É a soma paga pelos turistas vindos de outras localidades pela aquisição de bens e serviços de consumo e de objetos valiosos, para uso próprio ou para presentear, durante as viagens turísticas, nos destinos visitados (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Instituições financeiras cadastradas pelo BACEN** - São instituições financeiras habilitadas a operarem no sistema financeiro brasileiro, inclusive podendo realizar operações financeiras com o setor externo da economia. Tais instituições podem ser caracterizadas como conglomerados financeiros, bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica, cooperativas de crédito,

bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades corretoras de TVM e câmbio, sociedade distribuidoras de TVM, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e APE, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de investimento, sociedades de crédito ao microempreendedor, agências de fomento, companhias de seguro e administradoras de consórcio (BACEN, Relação de instituições em funcionamento no país. Acesso em: 25/05/2015). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELINST>>.

**Natureza dos itens transportados** (passageiros e cargas) - Engloba a natureza das unidades transportadas de uma localidade para outra. No caso de pessoas, pode ser via aérea, terrestre ou aquática; no caso de mercadorias, o mesmo. O que diferencia um do outro são os serviços inseridos em cada tipo de serviço: no transporte de passageiros há serviços de alimentação e traslado incluído, enquanto no transporte de cargas há a incidência de frete e outras taxas referentes a entregas, montagem e desmontagem da carga (FMI, 2009: 164).

**Níveis das administrações públicas** - Caracterizado por se tratar de uma unidade econômica primária que conduz decisões caracterizadas pela autonomia no exercício de sua função, em nível municipal, regional, estadual e federal (OMT, 2015: 17).

**Oferta interna** - É a oferta total de bens e serviços na economia de referência por produtos, que compreende a produção interna (a produção dos agentes econômicos residentes) e as importações (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Operadora de turismo** - Operadoras de turismo fornecem informações quantitativas sobre o número e valor dos produtos, categorias de destinos, tipos de pacotes turísticos etc. Suas funções basicamente consistem em vender direitos de uso de serviços fornecidos por outros ofertantes de serviços, durante determinado período de tempo, e com certas condições (OMT, 2008: 61/63).

**Pacotes turísticos** - Em estatísticas turísticas, pacotes de turismo são a soma dos componentes de uma viagem, incluindo-se no valor do pacote o lucro bruto do operador de turismo que o vende. Todos os componentes de uma viagem podem ser comprados como pacote turístico (OMT, 2008: 65).

**Preços básicos** - Os preços básicos não incluem margens de comércio e de transporte por produto ou impostos sobre produtos (IBGE, 2006). Acesso em: 26/05/2015.

Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/matrizinsumo\\_produto/notastecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/matrizinsumo_produto/notastecnicas.pdf)>.

**Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD-C)** - Pesquisa que investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas (IBGE). Acesso: 01/06/2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>.

**Setor turístico** - O setor turístico é um grupo de unidades de produção em diferentes indústrias que fornecem bens e serviços de consumo demandados pelos visitantes. Tais indústrias são chamadas de indústrias do turismo, porque as aquisições dos visitantes representam uma parcela significativa da sua oferta no mercado e que, em observância com a demanda destes visitantes, sua produção de bens e serviços poderia parar de existir em quantidade considerável (OMT, 2014: 248).

**Subsetores que compõem o setor turístico** - Conjunto de prestadores de serviços que atendem às necessidades do turista representado por: serviços de alimentação, serviços de hospedagem, serviços de transportes de passageiros, serviços de agenciamento turístico, serviços de locação de veículos, serviços culturais, serviços desportivos e recreacionais (OMT, 2008: 241).

**Terceiros** - Órgãos geradores de informações primárias ou secundárias relativas direta ou indiretamente ao fenômeno turístico que não o IBGE ou o Ministério do Turismo (OMT, 2008: 245).

**Tipos de alojamentos** - Diferentes meios de recepção de visitantes para pernoite (OMT, 2008: 36).

**Tipos de modais** - Os modais de transporte consistem nos principais tipos de transporte utilizado pelo visitante na viagem. Os principais tipos de modais são o aéreo, terrestre e aquático (OMT, 2008: 31-32).



**Turismo receptivo internacional** - Turismo receptivo internacional compreende as atividades de visitantes não residentes dentro de um país de referência em uma viagem turística (OMT, 2014: 241).

**Turismo emissivo internacional** - Turismo emissivo internacional compreende as atividades de um visitante residente fora de seu país de referência (OMT, 2014: 243).

**Viagens internas** - Viagens realizadas por um visitante residente no país de referência, como parte de uma viagem turística interna ou de uma viagem turística emissiva (ONU, 2008). Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF\\_80rev1s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1s.pdf)>.

**Viagens internacionais** - Consiste em viagens receptivas e emissivas, e referem-se a situações em que o país de residência do viajante é diferente do país, ou países, visitados (OMT, 2008: 17).

**Visitante** - Visitante é um viajante realizando viagem para um destino exterior ao seu local de residência usual, por menos de um ano, por diversos motivos (negócios, ócio ou questões pessoais) que não o de ser empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado. Um visitante é classificado como um turista se sua viagem incluir um pernoite ou se for excursionista (OMT, 2014: 249).

## ANEXOS

## Anexo 1 - Roteiro da entrevista com o Banco Central do Brasil

---

### Objetivos

- Conhecer as necessidades de informação do BACEN em relação ao turismo, com foco na elaboração do Balanço de Pagamentos;
- Identificar o atual uso de informações relacionadas ao turismo e suas demandas futuras;
- Detectar os problemas identificados pelo BACEN nas informações relacionadas com o turismo, em especial, as de competência do Ministério do Turismo;
- Obter informações técnicas sobre a elaboração do Balanço de Pagamentos, particularmente em relação às contas Viagens Internacionais e Transporte;
- Conhecer a opinião da Instituição sobre a governança da produção de informações relacionadas ao setor turístico.

### Aspectos gerais

- 1) Como o BACEN vê a atual produção de estatísticas de turismo no Brasil, considerando os usos que o Banco faz ou poderia fazer de tais informações?
  - a. Qual a experiência do BACEN na utilização de estatísticas sobre turismo produzidas por outras instituições?
  - b. Quais foram as fontes de informações avaliadas ou utilizadas?
  - c. Como tais informações são ou foram utilizadas?
  - d. Quais os principais entraves e restrições encontrados para sua utilização?
  - e. Quais seriam as sugestões de melhoria e aprimoramento desejáveis?
  
- 2) Quais informações o BACEN necessita sobre o turismo receptivo e emissivo internacional no Brasil?
  - a) Quais as melhores práticas recomendadas pelas instituições financeiras internacionais que envolvam a adequada produção destas informações sobre o turismo receptivo e emissivo?
  - b) O BACEN poderia indicar exemplos de boas práticas de outras instituições congêneres sobre a geração destas informações?
  
- 3) O BACEN conhece a pesquisa de turismo internacional (turismo receptivo e emissivo) realizada pelo Ministério do Turismo?
  - a) Em caso afirmativo, qual é o atual uso do BACEN dos dados da pesquisa de turismo internacional realizada pelo Ministério do Turismo?
  - b) Em caso negativo, porque não a utiliza ou não a conhece? Como ela poderia contribuir mais?
  - c) Quais usos pretendidos?
  - d) Que problemas ou restrições dificultam o seu aproveitamento para a elaboração do Balanço de Pagamentos e estatísticas nacionais?
  - e) Quais seriam as sugestões do BACEN para o aprimoramento da pesquisa?

### **Contas viagens internacionais e transportes**

- 4) Como tem sido a experiência do BACEN na apuração das contas Viagens Internacionais e Transportes do Balanço de Pagamentos? Como o Ministério do Turismo e o setor turístico brasileiro poderiam contribuir com a melhoria das informações disponíveis para a apuração de tais contas?
- 5) Qual a metodologia utilizada atualmente para a apuração das contas Viagens Internacionais e Transportes do Balanço de Pagamentos?
- 6) As operações de compra e venda de moeda estrangeira, realizadas em território nacional, em agentes de câmbio ou em instituições financeiras cadastradas pelo BACEN, são identificadas como fazendo parte da conta Viagens Internacionais? Quais são os critérios para essa classificação?
- 7) Nos gastos com cartões de crédito para aquisição de bens e serviços no exterior por residentes no Brasil, de que forma o BACEN consegue capturar os valores de tais gastos?
- 8) Quando um indivíduo brasileiro realiza compras no Brasil em sites de e-commerce do exterior ou realiza compras diretamente em viagens ao exterior, o BACEN tem condições de diferenciar esses dois tipos de gastos e computa-los em contas diferentes? Como é feito este processo? Há possibilidade de estimar a magnitude destas transações?
- 9) Quando uma operadora de turismo no exterior contrata no Brasil vários serviços para compor os seus pacotes turísticos vendidos aos seus clientes que viajam ao Brasil, como os respectivos pagamentos aparecem nas contas do Balanço de Pagamentos? E quanto ao sentido inverso da operação (operadora brasileira contrata serviços no exterior)?
- 10) No que tange à conta Transportes, é possível desagregar os dados de receitas e despesas pelos tipos de modais utilizados e de natureza dos itens transportados (passageiros e cargas)? O que poderia ser aprimorado neste sentido?

### **Articulação institucional**

- 11) O BACEN possui algum tipo de parceria com outras instituições congêneres para compartilhar boas práticas em relação ao cômputo das estatísticas das contas Viagens Internacionais e Transportes?
- 12) Quais boas práticas em outras instituições congêneres o BACEN indica para o cômputo das estatísticas das contas Viagens Internacionais e Transportes?
- 13) Que instituições públicas ou privadas brasileiras colaboram com o BACEN para fornecer informações para a elaboração das contas Viagens Internacionais e Transportes?
- 14) Quais as sugestões do BACEN para o avanço na articulação e cooperação interinstitucional necessária para o aprimoramento das estatísticas das Contas Nacionais, melhoria das estatísticas gerais de turismo e elaboração da Conta Satélite de Turismo?

### **Outras sugestões e observações**

- 15) Há outras sugestões ou observações que queira apresentar? Em caso positivo, quais seriam?

## Anexo 2 - Roteiro da entrevista com o IBGE

---

### Objetivos

- Conhecer as necessidades de informação do IBGE em relação ao turismo, com vistas à produção de estatísticas em geral e, particularmente, à elaboração da Conta Satélite de Turismo (CST);
- Identificar o atual uso e demandas futuras do IBGE de informações vinculadas ao turismo;
- Detectar os problemas identificados pelo IBGE na produção de estatísticas turísticas; em especial, as de competência do Ministério do Turismo - turismo internacional e interno;
- Conhecer os planos do IBGE para a produção de informações sobre turismo;
- Conhecer a opinião da IBGE sobre a governança da produção de informações turísticas.

### Aspectos gerais

- 1) Como o IBGE vê a atual produção de estatísticas de turismo no Brasil?
- 2) Quais são as principais experiências do IBGE na produção ou utilização de estatísticas turísticas e os condicionantes para elaboração da CST?
  - a. Quais os principais entraves e restrições encontrados?
  - b. Quais as necessidades de melhoria e aprimoramento desejáveis?
  - c. Quais os planos de curto e médio prazo do IBGE em relação à produção de informações turísticas?
  - d. O IBGE tem planos para o uso de informações sobre turismo produzidas por terceiros? Se não, por qual motivo?
- 3) Considerando as pesquisas produzidas pelo IBGE, como a instituição avalia a possibilidade de disponibilizar estatísticas de turismo que sejam:
  - a. Representativas dos subsetores que compõem a atividade?
  - b. Representativas das Unidades da Federação?
- 4) O IBGE conhece as recomendações feitas às autoridades nacionais de turismo e em particular ao Brasil para renovação de metodologia das pesquisas de turismo internacional e interno, no âmbito do *Projeto de Harmonização de Sistemas de Estatísticas de Turismo para os países do PROJETO CONESUL*? Em caso positivo, o IBGE entende que as recomendações de ajuste metodológico são suficientes para avançar na estruturação e fortalecimento do Sistema de Informações e Estatísticas Turísticas com indicadores nacionais e regionais do setor?

### Conta Satélite de Turismo (CST)

- 1) Como a publicação “Economia do Turismo: Uma perspectiva Macroeconômica 2003-2009” se relaciona ao projeto da CST?
- 2) Em que estágio se encontra o processo de elaboração e desenvolvimento da CST no Brasil?
- 3) Em relação a cada uma das tabelas integrantes da Conta Satélite de Turismo (*listadas a seguir e apresentadas na íntegra pelo entrevistador*), pergunta-se:

- a. Existem dados suficientes para produzir adequadamente a tabela?
- b. Em caso positivo, quais as fontes atualmente disponíveis ou utilizadas para produção desta tabela?
- c. Em caso negativo, quais são os problemas e restrições encontrados?
- d. Considerando os estudos e pesquisas de responsabilidade do IBGE, existem planos a curto e médio prazo para obtenção das informações necessárias para a elaboração da tabela?
- e. As informações sob responsabilidade de terceiros, em especial do Ministério do Turismo, são produzidas com critérios metodológicos que o IBGE considera adequados e suficientes?
- f. Em caso contrário, quais seriam suas sugestões para o aperfeiçoamento da produção dos dados necessários para a tabela?
- g. O IBGE considera que as informações existentes permitiriam a desagregação dos resultados da CST para as Unidades da Federação? Em caso contrário, o que precisaria ser feito para alcançar este objetivo?

**As tabelas são:**

- Tabela 1 - Gasto turístico receptivo, por produtos e categorias de visitantes
  - Tabela 2 - Gasto turístico interno, por produtos, categorias de visitantes e tipos de viagens
  - Tabela 3 - Gasto turístico emissivo, por produtos e categorias de visitantes
  - Tabela 4 - Consumo turístico interior, por produtos
  - Tabela 5 - Contas de produção das atividades características do turismo e outras atividades (a preços básicos)
  - Tabela 6 - Oferta interna e consumo turístico interior, por produtos (a preços correntes)
  - Tabela 7 - Emprego nas atividades características do turismo
  - Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo turística das atividades características do turismo e outras atividades
  - Tabela 9 - Consumo coletivo turístico, por produtos e níveis das administrações públicas
  - Tabela 10 - Indicadores não monetários
    - A. Número de viagens e pernoites, por formas de turismo e categorias de visitantes
    - B. Turismo receptivo: número de chegadas e pernoites, por meios de transporte
    - C. Número de estabelecimentos e capacidade por tipos de alojamento
    - D. Número de estabelecimentos nas atividades características do turismo, classificados segundo o número médio de empregos.
- 4) Caso as exigências metodológicas sejam atendidas, em particular das pesquisas de demanda internacional e interna, o IBGE teria perspectiva de médio ou longo prazo para obtenção de uma primeira versão da CST?



## **Pesquisas de demanda**

### **Pesquisa de turismo interno**

- 1) O IBGE conhece a pesquisa de turismo interno realizada pelo Ministério do Turismo?
- 2) Em caso afirmativo, como ela contribui para o trabalho ou elaboração das publicações do IBGE relativas ao turismo? Qual o uso atual que o IBGE faz dos dados da pesquisa?
- 3) Em caso negativo, porque não a utiliza ou não a conhece? Como ela poderia contribuir mais?
- 4) Que problemas ou restrições dificultam o seu aproveitamento para as estatísticas nacionais e, principalmente, para a elaboração da CST?
- 5) Quais os usos futuros pretendidos? Por quê?
- 6) Quais as sugestões de aprimoramento para a pesquisa?
- 7) Quais os requisitos metodológicos mínimos são exigidos para que os resultados sejam utilizados, particularmente no contexto da elaboração da Conta Satélite de Turismo no Brasil? E das Contas Regionais? Incluem-se aí todos os aspectos fundamentais para a concepção da pesquisa. Entre eles definição do universo de pesquisa, cobertura geográfica, planejamento amostral, periodicidade de realização dos levantamentos, métodos de coleta de dados, expansão de resultados amostrais para o universo de pesquisa, formatos de divulgação dos resultados.
- 8) Do ponto de vista da elaboração da CST, é indispensável que a pesquisa do turismo interno seja executada pelo IBGE (ou em parceria com o IBGE)? Ou há possibilidade dela ser desenvolvida pelo Ministério do Turismo, desde que atendidos os requisitos metodológicos exigidos e com o acompanhamento do IBGE? Qual a periodicidade desejada?
- 9) Há possibilidade da pesquisa do turismo interno ser realizada como um apêndice ou módulo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C)? Caso seja viável, com qual extensão de conteúdo que poderia ser adicionada?

### **Pesquisa de turismo internacional**

- 1) O IBGE conhece a pesquisa de turismo internacional realizada pelo Ministério do Turismo?
- 2) Em caso afirmativo, como ela contribui para o trabalho ou elaboração das publicações do IBGE relativas ao turismo? Qual o uso atual de dados da pesquisa pelo IBGE?
- 3) Em caso negativo, porque não a utiliza ou não a conhece? Como ela poderia contribuir mais?
- 4) Que problemas ou restrições dificultam o seu aproveitamento para as estatísticas nacionais e, principalmente, para a elaboração da CST?
- 5) Quais os usos futuros pretendidos? Por quê?
- 6) Quais as sugestões de aprimoramento da pesquisa?
- 7) Quais informações o IBGE necessita sobre o turismo receptivo e emissor internacional no Brasil?
- 8) Quais os requisitos metodológicos mínimos são exigidos para que os resultados sejam utilizados pelo particularmente, no contexto da elaboração da Conta Satélite de Turismo no Brasil? E das Contas

Regionais? Incluem-se aí todos os aspectos fundamentais para a concepção da pesquisa, definição do universo de pesquisa, cobertura geográfica, planejamento amostral, periodicidade de realização dos levantamentos, métodos de coleta de dados, expansão de resultados amostrais para o universo de pesquisa, formatos de divulgação dos resultados.

#### **Articulação institucional**

- 1) O IBGE possui algum tipo de parceria com outras instituições estatísticas no Brasil e exterior para compartilhar boas práticas de metodologia na área de estatísticas de turismo?
- 2) Que instituições públicas ou privadas brasileiras colaboram com o IBGE para obtenção de informações necessárias à elaboração de publicações sobre turismo?
- 3) Quais as sugestões do IBGE para o avanço na articulação e cooperação interinstitucional necessária para o aprimoramento das estatísticas das Contas Nacionais, melhoria das estatísticas gerais de turismo e elaboração da CST?

#### **Outras sugestões e observações**

- 1) Há outras sugestões ou observações que queira apresentar? Em caso positivo, quais seriam?

## Anexo 3 - Entrevista com analistas do Banco Central do Brasil

---

**Entrevistadores da FIPE: Décio Kadota, Ewerton Monti e Luiz Fernando Mocelin.**

**Entrevistados do BACEN: Fernando Rocha, Thiago Vieira e Rafael Monastier.**

**Ewerton Monti (FIPE):** Bom dia! O Décio e o Luiz Fernando vão contribuir. Eu vou cuidar mais da parte formal da realização da entrevista, e eles a parte mais técnica.

Eu só pediria a vocês, por solicitação do Ministério do Turismo, que a gente precisa gravar a entrevista.

**Fernando Rocha:** Fiquem à vontade.

Dando uma olhada no questionário, eu acho que o primeiro comentário que eu teria a fazer, é a seguinte: O Banco Central publica as estatísticas do Balanço de Pagamentos, e publica, dentro do Balanço de Pagamentos, as estatísticas de viagens internacionais e de transportes, que, na metodologia de balanço de pagamentos, são duas rubricas separadas, mas transporte têm passagens aéreas incluída, e, na metodologia da Organização Mundial de Turismo, o turismo envolve o deslocamento pro passageiro chegar no seu destino. Então essas duas contas estão dentro do balanço de pagamentos, e elas têm, com algumas diferenças, a mesma regra geral de que o balanço de pagamentos do Brasil tem como fonte principal de dados os contratos de câmbio. Ou seja, no Brasil, as trocas de moedas são obrigatórias, então nós, pra cada transação em moeda estrangeira, temos a realização do contrato de câmbio. Essa base de dados está toda no Banco Central. Ela não tem limite mínimo. Qualquer transação de câmbio deve ser registrada aqui no Banco Central. Nós temos um conjunto de “fatos natureza” bastante detalhado. Então esta é a fonte de dados.

Mas nós sempre dissemos isso pros nossos parceiros, seja Ministério do Desenvolvimento, Ministério do Turismo, Ministério de Ciência e Tecnologia, Forças Armadas, Itamaraty, nós sempre dizemos que os contratos de câmbio são uma fonte de dados, e a compilação do balanço de pagamentos não está limitada a isso. Se nós tivermos uma melhor fonte de dados pra cada uma das rubricas específicas, nós vamos alocar a melhor fonte de dados disponível. Isso é tanto verdade para o caso de serviços, de viagens internacionais, como, por exemplo, nos outros ramos da conta de serviços para os dados que o MDIC tem começado a calcular agora como SISCOSERV. Nós temos feito uma série de reuniões bilaterais com o MDIC tentando entender melhor o SISCOSERV, para ver qual a finalidade que ele foi criado, portanto qual a metodologia que ele desenvolveu, e como nós vamos adaptar isso pra nossa metodologia. E nós temos um promissor caminho *aí*.

Mas no caso do turismo, como a gente já tem diversos anos de pesquisas realizadas pela FIPE sobre turismo emissor e receptor, sobre quantidade de dias que o turista fica aqui, gasto médio, quantidade de turista, multiplica todas essas coisas, eu tenho um gasto de turista no Brasil. Consegue começar a ver um perfil entre as nacionalidades que nos visitam, pra onde os brasileiros vão e as diferenças nisso *aí*, inclusive pesquisando o interesse, nós depositamos muitíssima expectativa em que a continuidade, um processo ininterrupto, de pesquisas anuais, preferencialmente sobre demanda turística, sobre turismo receptor e emissor, feitas pelo Ministério do Turismo, em parceria com FIPE, com FGV, mas feitas pelo Ministério do Turismo, possam ser fontes de dados para essa conta do Balanço de Pagamentos. E isso não é apenas uma expectativa, *assim*, em abstrato. É um fato concreto. Nós, os mais novos não se lembram, mas nós nos lembramos, que no

balanço de pagamentos do Brasil na década de 1980 nós tínhamos uma série de restrições na compra para dólar. Você tinha que mostrar a passagem, tinha que mostrar a caixinha do remédio para poder importar. Então, com isso, a legislação cambial foi criando uma série de “fatos natureza diferentes”. Tinham “fatos natureza” para viagens a turismo, que você poderia comprar 500 dólares, tinha o “fato natureza” de turismo a negócios, num valor mais alto, tinha o “fato natureza” pra se você iria de avião, comprava mais, se você fosse de barco por aqui nos nossos vizinhos, você só poderia comprar 300 em vez de 500 dólares. E foi criando uma série desses fatores que, por coincidência, refletiam o que as instruções do manual de balanço de pagamentos diziam. Na conta turismo, dividia o que é turismo de negócios, de turismo de lazer, para finalidade de acompanhar eventos esportivos, ou para tratamento de saúde. Só que com o fim das legislações cambiais, aqueles diversos “fatos natureza” não serviam para absolutamente nada. Todo mundo fechada o turismo a negócios mais simples, não tínhamos porque nem como obrigar todos a manter uma regulamentação que não mais existia, e nós abandonamos essa distribuição. Ao abandonar essa distribuição, nós não mais estávamos seguindo plenamente o [manual de] balanço de pagamentos. Nós tínhamos um valor total, que é de boa qualidade, e começamos a usar as estatísticas das pesquisas do Ministério do Turismo para fazer a proporção dos gastos das diversas modalidades de viagens, bem como, sempre que necessário, fazer uma referência às estatísticas bilaterais. Donde tem turismo, com quais países.

O contrato de câmbio é uma troca de moedas, como  $\frac{3}{4}$  das transações envolvem dólares, o pessoal que faz registro de câmbio, ou não registra o país, ou então põe o país que emite o dólar. Não interessa se o *cara* vem da Argentina, ou se o *cara* veio de Angola, trouxe dólares, põe lá o país Estados Unidos. Então essa estatística bilateral também, neste caso, não funciona a partir da base de dados que nós temos. Nós precisamos de uma outra base de dados para agregar em termos estatísticos.

E quando nós estávamos no procedimento para migração para o BPM6, que é a nova metodologia do balanço de pagamentos que nós começamos a divulgar a dois meses, nós, num processo prévio disso, revisamos todos os “fatos natureza” existentes no país para alinhá-los com as rubricas do balanço de pagamentos. E nisso, nós simplificamos brutalmente aquele monte de “fatos natureza” de viagens internacionais que existia em decorrência das crises cambiais dos anos 1980. Então agora estamos numa codificação bem mais enxuta, bem mais simplificada, mas, neste caso específico, inteiramente na mão de vocês. Então, quando se pergunta *como o BACEN vê a atual produção de estatísticas de turismo do Brasil, considerando os usos que o Banco Central faz ou poderia fazer?* É a seguinte: nós precisamos de pesquisas de turismo que nos definam, entre outras coisas, o objetivo da viagem, tanto receptivo como emissivo, e os turistas de quais países que estão vindo para o Brasil, e para quais países os brasileiros estão indo para o exterior. De posse dessas duas informações, claro, idealmente anualmente, nós temos bases com as quais fazer uma desagregação a partir dos valores brutos que nós temos. Então, eu diria que as estatísticas de turismo produzidas a partir de pesquisas com os turistas que nos visitam ou com os brasileiros que estão saindo, são importantes para que o Banco Central consiga preencher plenamente o padrão estatístico internacional, que só com os dados de câmbio, que são os nossos dados, nós não temos condições de fazer.

Então, qual a experiência do Banco Central na utilização das estatísticas de turismo, quais foram as fontes de informações avaliadas ou utilizadas, quais informações foram ou são utilizadas, esse conjunto de perguntas são basicamente, nós olhamos também até para a verificação de consistência com os nossos dados, as informações que estão disponíveis sobre quantidade de turistas, o tempo médio, gasto médio diário, mas também o finalmente é o objetivo da viagem e os dados bilaterais. Então, nós já usamos isso, usamos a serie que existe. Paramos os nossos dados nas proporções da última pesquisa. Claro, o fato de não haver todos os anos, ou haver uma certa defasagem, faz com que a gente use parâmetros, percentuais, que podem estar um pouco defasados, mas, com a crise da Argentina, da magnitude que ela está tendo, se você usar um parâmetro de turistas argentinos que vieram ao Brasil, ou o quanto eles gastaram, de 2012, isso vai me dar problema em 2014, porque houve uma redução muito brusca. Mas fora estes eventos mais específicos, nós temos a possibilidade de continuar usando isso com segurança. De novo, o ideal é que se tenha anualmente, que essa pesquisa seja feita, naquele formato compilado na alta temporada, na baixa temporada, na média-baixa, na média-alta, duas a três vezes por ano, nos principais locais de saída. O problema é o mesmo que nós todos temos no setor público, que é orçamento, necessidade arranjar fontes orçamentárias ano após ano, ou então você consegue por um período de dois, três, mas depois estes dois, três acabam e você tem que fazer outro. Então eu acho que essa é uma visão inicial da coisa.

**Ewerton Monti (FIPE):** Já entrando com perguntas, se o senhor permite, pelo o que eu estou entendendo, o uso de dados anuais é suficiente para o Banco Central, eu ter uma vez por ano, por exemplo, agora na metade de 2015, a entrega dos resultados relativos à 2014? É suficiente para o Banco Central? Pergunta dois: É desejável? É do interesse do Banco Central ter esse dado com uma recorrência, uma frequência mais comum do que esses três meses, mensalmente?

**Fernando Rocha:** Aí nós começamos a ter as diferenças. Eu vou sair daqui um pouco e eles vão me desmentir. Eu diria que a frequência anual é satisfatória, mas se você usar a palavra mágica, o que é desejável, eles publicam os dados de balanço de pagamentos mensalmente com vinte dias de defasagem, então eles pegam os dados do mês no dia 15 do mês seguinte. Difícilmente isso será viável. Eu acho que eles (outros técnicos do Banco Central que estavam participando da entrevista) podem dar mais detalhes, eu acho que considerando as condições reais, a quantidade de pessoas que se deslocam, esta é uma pesquisa de campo, quantos milhares de pessoas têm que ser entrevistados, quantas dezenas, talvez centenas, de entrevistadores vocês têm que ter, o tempo de compilar esta resposta, a necessidade de não fazer esta pesquisa receptiva em janeiro e fevereiro, que é alta temporada, mas fazer também ao longo das outras, coletar três vezes por ano em diversos locais, eu acho que anual é satisfatória, do ponto de vista do Banco Central. Mas, como você ofereceu, nós podemos discutir possibilidades de, a EMBRATUR faz uma pesquisa anual, ela divulga anualmente os resultados, mas como ela coleta em três períodos diferentes, nós poderíamos ter uma espécie de convênio para receber dados quadrimestralmente, que não vão ser publicados pelo Banco Central enquanto tal, vão ser citadas as fontes, mas esses dados vão ser trabalhados aqui. Esse é um caminho que se pode trabalhar nesse sentido. E, *aí*, teria que ver a viabilidade com vocês e a viabilidade com o Ministério [do Turismo].

**Rafael Monastier:** Mesmo que os dados sejam anuais, se a frequência de medição for mensal ou quadrimestral, isso já nos ajuda bastante porque nos permite calcular um padrão de sazonalidade, o que a gente faz hoje com a pesquisa da EMBRATUR é aplicar a proporção da pesquisa entre viagens a negócios e viagens pessoais ao longo de todo o ano, indistintamente, então a gente está supondo que não existe sazonalidade nessa proporção, mas é bastante razoável supor que existe. A gente sabe que existe sazonalidade no turismo pessoal, de viagens pessoais, então a proporção entre viagens pessoais e a negócios deve variar ao longo do ano. Seria interessante para a gente poder calcular esta proporção e fazer a estimativa para poder incluir no balanço.

**Ewerton Monti (FIPE):** A metodologia que está sendo proposta vai nesse sentido, de fazer coletas em maior periodicidade e também de fornecer resultados finais com maior periodicidade.

**Thiago Vieira:** O Fernando mencionou a questão da construção de novos códigos que a gente fez nos últimos anos antes da implementação do BPM6, e nessa tarefa, em geral, a gente está diante de um *trade off* que é a informação do nível de detalhamento requerido pelo padrão estatístico, contra o custo de observância de um banco que está fazendo contratos de câmbio, ou mesmo. Os quadros são para todos os tipos de transação, não só de turismo, então a gente, ao se defrontar com este tipo de questão, em alguns momentos a gente optou por fazer códigos mais detalhados e transferir este custo para o sistema financeiro, para o banco, para o cliente, e em outros, como foi o caso de viagens, a opção foi diferente de ter algo mais simplificado na nossa fonte de informação e complementar com uma outra fonte, que no caso era a pesquisa da qual a gente está conversando. Então, isso é uma aposta. No momento lá da discussão, aqui a gente pode contar com uma fonte de qualidade, que já está bem estabelecida, e pode abrir mão do detalhamento. Isso não aconteceu não aconteceu em todos os quadros exatamente bem dividido.

**Fernando Rocha:** Podemos naquele sentido ir indo e voltando, a cada momento, depois que eu estava fazendo um *check* aqui, as três primeiras questões, mais ou menos, já abordamos, nós podemos voltar para cá, 3.a, 3.b, e tudo, mas uma coisa eu esqueci que é importante para a gente, eu, *aí*, talvez nós tenhamos uma ligeira diferença em relação ao Ministério do Turismo. E como o ministério do Turismo vai passar a informação para vocês, é claro que ele vai passar as diretrizes, as informações, a partir do enfoque que ele tem. Isso foi um pouco minorado, mas, assim, o ponto é: para o Ministério do Turismo, na minha opinião, eu acredito que seja muito mais importante o turismo receptivo do que o emissivo. O ministério do Turismo quer, como todo Ministério, como todo governo, promover o país, aumentar a quantidade de turistas que o Brasil recebe, aumentar os gastos que eles têm, e, com isso, estimular renda, emprego, dinamizar o setor hoteleiro, a infraestrutura, todos objetivos absolutamente legítimos. Isso pode fazer com que, ao mesmo tempo que ele tenha ações de promoção do Brasil no mercado internacional, ele queira verificar a efetividade destes gastos, destas ações, mediante uma pesquisa que fique, portanto, desbalanceada em relação ao do turismo emissivo, ou seja, o nosso foco é maior aqui, e nós temos um foco muito menor lá.

É claro que pode ser assim, ou que é assim, e vai ser. Do ponto de vista da compilação das estatísticas *stricto sensu*, não há nenhuma diferenciação, ambas são igualmente importantes. E, inclusive, do ponto de vista da definição do manual [BPM6], o manual nunca trata *isso aqui é receita de viagens e você compila assim, isso*

*é despesa de viagens e você compila assado. Você tem uma única conta de viagens internacionais, com definições, requisitos, parâmetros, que, se estiver com a seta para cá, você classifica de um lado, se estiver para lá, você classifica de outro. Mas a metodologia é exatamente a mesma, a importância é exatamente a mesma. O principal produto que nós vamos fazendo agregações sucessivas, a viagens está dentro da conta de serviços e os serviços dentro da conta corrente. A conta corrente é, de longe, o principal indicador do balanço de pagamentos, para diversos fins econômicos e de análise, e ele é um valor líquido, o que entra menos o que sai.*

Então nós temos estritamente a mesma importância a ser dada ao turismo receptivo e emissivo, ou aos créditos e débitos dessa conta. Como conciliar, então, a visão do Banco Central de que ambas são rigorosamente iguais e a visão do Ministério do Turismo de que elas têm de ser diferentes, pela própria característica? Em termos de requisitos mínimos, por que, é claro que a pesquisa de turismo receptivo pode ser muito maior do que a do emissivo, mas se ela tiver, para fins estatísticos, um núcleo, pode ser até que o Ministério do Turismo não considere o que nós achamos como núcleo a questão central, mas se ela tiver um núcleo estatístico que tenha sido bem definido por vocês, ou nestas interações, e esse núcleo estiver presente nas duas pesquisas, nós vamos ter todas as informações necessárias para compilar os dois lados da conta, independente que a pesquisa do turismo receptivo seja muito maior e tenha muitas outras agregações. Então, eu acho que essa diferença de perspectivas, nós queremos deixar claro para vocês para que vocês possam transmitir isso para o Ministério do Turismo. Não estamos dizendo que eles estão errados, que eles tenham que mudar, apenas dizer que esses aspectos que a gente abordou, do ponto de vista do Banco Central, idealmente eles têm que estar nas duas pesquisas, para que a gente tenha esses quantitativos, essa discriminação por objetivos de viagens e essa relação bilateral com países de destinos e países de origem, para ambas as estatísticas.

Eu iria, então, pular esta parte específica de contas, viagens e transportes, que perguntam o detalhe da compilação, para esta última de articulação internacional, para dizer o seguinte: Aproveitando a experiência que nós fizemos para a compilação do BPM6, as recomendações que nós seguimos, a partir de recomendações internacionais, não só do manual metodológico, mas também do manual de compilação, era que a relação entre o compilador de estatística e os fornecedores de dados, as fontes de dados, as instituições que fornecem os dados, tenham um nível de formalização necessária, ela vai variar em cada caso, para que se garanta um recebimento de informações periódico, tempestivo e de qualidade. É claro, o balanço de pagamentos sai mensalmente, com vinte dias de defasagem, mas a gente tem uma fonte de informações que é trimestral, não vamos exigir essa fonte de informação os dados mensais, mas se ela tem os dados trimestrais, colaborativamente, vamos nos acordar entre si e pedir que a instituição lá aceite nos mandar os dados trimestralmente, na periodicidade que ela puder. Não aquém, uma coisa que seja impossível, mas também não além. E, nós temos diversos níveis de experiências com isso, nós temos informações que nós usamos como fontes de dados, a CVM, o nosso acesso é periodicamente, quando nós precisamos, a cada mês de compilação, vamos no site da CVM, capitamos as informações e trazemos, são informações, por exemplo, de preços de mercado, de investimentos em portfólio, outras coisas de investimentos estrangeiros



na BOVESPA, nós pegamos direto da BOVESPA, vamos lá, pegamos a cotação, variou tanto, eu quero saber só a transação, não quero saber a variação de preços nessa minha estatística de fluxo, e a informação está lá. Nível de formalidade é zero. Nós temos, por outro lado, instituições nas quais nós propusemos um convênio, o convênio foi aprovado pela diretoria do Banco Central, e foi assinada pelo chefe do departamento econômico e à instituição lá para o fornecimento de informações. Entre estes dois extremos, temos uma série de medidas intermediárias. Com o Ministério do Turismo nós tivemos um relacionamento informal, que ao contrário de outros ministérios, o departamento de pesquisas lá tem uma estabilidade absolutamente impressionante, o José Francisco está lá há mais de dez anos, desde antes de 2005, daquela viagem que nós fizemos juntos. E a equipe também, a Neiva continua com ele, vários outros. Então esse relacionamento tem funcionado bem, de ambos os lados, de troca de informação, mas o nível de formalização dele é nenhum. Então, ele é bastante colaborativo e informal. Quando você diz, então, se o BACEN possui parceria com outras instituições congêneres, possivelmente você está focando quais boas práticas nós podemos fazer para a pesquisa que vocês vão realizar, mas eu queria mencionar isso, nós temos diversos níveis de formalização e, se eventualmente nós avançarmos para um cenário em que, embora a pesquisa do turismo nacional seja publicada anualmente, num relatório, em que a gente vá ter acesso a esse relatório, baixa na internet, pega os dados e tudo, mas, se vocês tiverem resultados parciais da média e baixa temporadas e tudo e agente avançar nesse sentido de trocar os dados ou receber os dados com uma série de restrições para o Banco Central, *não publique assim não publique assado*, nós temos várias formas de formalizar isso. Uma troca simples de correspondências, ofícios, e-mails, entre o chefe do departamento econômico ou o diretor do Banco Central com o congênere chefe do departamento de pesquisas ou o secretário executivo do Ministério do Turismo. Diversas forma que deixe confortável o Ministério do Turismo e até na relação com vocês de como fazer isso. Então eu acho que esse é um ponto importante, nós somos *flex* nesse caso, nós aceitamos diversos tipos de soluções. Enfim, eu sei que a pergunta onze, nesse aspecto não era exatamente essa, o Banco Central possui algum tipo de parceria com outras instituições congêneres para compartilhar boas práticas sobre essas estatísticas? Quais as recomendações de boas práticas em outras recomendações o Banco Central indica? Que instituições, públicas ou privadas, colaboram com o BACEN no transporte internacional e viagens? Isso está mais dentro de compilação do dia a dia, deixa o auxiliar falar. E quais as sugestões que o Banco Central tem no avanço da articulação e cooperação interinstitucional? Sendo muito franco, eu já disse isso para o José Francisco, essa articulação interinstitucional tem sido muitíssima pouco eficiente aqui no Brasil. Basicamente, a determinação da EMBRATUR à época para fazer a Conta Satélite de Turismo ela data da sequência daquela reunião que eu mencionei em Cartagena em 2005. Na reunião, o Brasil se comprometeu, digamos assim, com a OMT e com o SEMOLA para fazer isso. Reconhecendo que isso era uma iniciativa que o SEMOLA estava estimulando para todos os países da América Latina fazerem, que o Brasil deveria fazer também, e na chegada dessa reunião foram envolvidos EMBRATUR, Ministério do Turismo, Banco Central, IBGE, Polícia Federal, para se fazer isso. Tinha tanto recomendações metodológicas, quanto recomendações de procedimentos. Nas recomendações metodológicas, o primeiro era levantar os dados existentes, e, aí efetivamente, se andou um pouco em relação a isso. O Ministério do Turismo, a partir

de uma metodologia elaborada pelo SEMOLA, que não era a conta de turismo do balanço de pagamentos, nem era a conta satélite de turismo, que é contas nacionais do setor de turismo, mas algo intermediário, que eles chamavam mesoindicadores de turismo, a partir do balanço de pagamentos, do turismo internacional e de outras fontes, isso foi feito e foi feito de diversos anos. Nós recebíamos as planilhas, preparávamos, devolvíamos ao EMBRATUR, ele organizava e tudo. Foram dados alguns passos para tentar passar disso para uma conta satélite de turismo, envolvendo o IBGE, o IBGE iria centralizar essa parte. O IBGE em seguida chegou a publicar um volume com as informações do turismo disponíveis que eles tinham nas diversas pesquisas deles, mas não se chegou a elaborar uma conta satélite de turismo. Que para o IBGE não seria a primeira conta satélite de turismo, não seria uma surpresa fazer. Eles têm contas satélites para outras áreas, para a saúde, por inclusive. Então, eles tinham uma metodologia. Então, ou seja, existiam dados disponíveis no Banco Central, existiam dados disponíveis em outras pesquisas do IBGE, existiam dados disponíveis pela própria EMBRATUR, Ministério do Turismo, mas nunca se conseguiu uma conta satélite de fato, com conta de produção e tudo, porque a parte de procedimentos praticamente nunca avançou. Houve nesses dez anos, dez ministros do turismo, com dez secretários executivos diferentes, e cada vez que a gente avançava uma coisa, sucessivamente começava tudo do zero. Agora, já faz talvez um ano, que nós tenhamos recebido o Ministro do Turismo ao Banco Central o convite para criar esta plataforma interinstitucional visando uma conta satélite. Nós respondemos favoravelmente. Indicamos o Thiago como representante do Banco Central nisso. Mas assim, cada passo nisso parece levar um ano, entre um evento e outro, o que possivelmente indica dois problemas: o primeiro a alta rotatividade nos escalões decisórios no Ministério do Turismo, e conjugado a esse uma possível baixa priorização desta atividade lá no Ministério do Turismo. As sugestões do BACEN para o avanço dessa articulação seria, nós não podemos fazer nada em relação um ao outro, se vai ter rodízio de ministros ou de secretários executivos, mas que o Ministério do Turismo faça um planejamento plurianual de suas atividades e ranqueie essa com uma elevada prioridade. Enfim, essa é a única sugestão que nós podemos ter para uma conta satélite de turismo, até onde nós imaginamos. Porque, a conta satélite, eu não vejo como fazer sem o IBGE. Por exemplo, poderiam contratar a FIPE ou a FGV com toda a *expertise* e vocês teriam que bater lá na porta do IBGE pedindo os dados. E o IBGE é um órgão sobrecarregado de atribuições e subalocado de servidores em relação às demandas que ele tem de estatísticas. Recentemente com o ajuste de recursos, algumas pesquisas anuais foram cortadas e tal. Então, tem que ter uma priorização por parte do Ministério do Turismo e tem que ter uma alocação de verbas que será própria, possivelmente, dessa ação do Ministério do Turismo para dar *funding*, para que o IBGE possa se mover. Possivelmente o IBGE não vai fazer uma pesquisa exclusiva para isso, vai reformular questionários de pesquisas existentes, vai sair agregando, mas, possivelmente, vai funcionar com essa ação entrando no PPA do Ministério do Turismo, com essa ação sendo ranqueada com alguma prioridade, tendo verbas alocadas, e essas verbas sendo direcionadas para o IBGE para que faça a coordenação disso. Pelo o que eu conheço do setor público, parece que esse é o caminho.

**Ewerton Monti (FIPE):** Há outras instituições privadas que contribuem com dados para o balanço de pagamentos, para as contas viagens internacionais e transportes? Além disso, o Ministério do Turismo pode

fazer alguma coisa para melhorar esse relacionamento, melhorar o fornecimento e obtenção de dados que sejam úteis para vocês?

**Fernando Rocha:** Nós temos na conta de turismo a conta de viagens e de transportes, e dentro da conta de transporte passagens. Para viagens internacionais, nós temos como fonte de dados basicamente os contratos de câmbio e temos as informações que nos são enviadas por empresas. A principal delas é a Dufry. E a razão disso é bastante simples. Você, quando você está voltando dos Estados Unidos, passa lá no *freeshop* e compra tal coisa com os dólares que sobraram. A Dufry vai ter que fazer um contrato de câmbio com isso e vai nos informar, olha: Esses gastos de *freeshop* são associados a viagem internacional, então eles são gastos de viagens internacionais, e estão no contrato de câmbio e vão para o balanço de pagamentos. Mas nós precisamos que ela nos indique, com base nos passaportes, que você é um residente no país que gastou no *freeshop* de São Paulo. Então a Dufry é uma empresa residente e você é uma empresa residente. Não há transação do balanço de pagamentos envolvida, então eu teria que descontar estas despesas de dólares das viagens internacionais. A Dufry é uma fonte de dados para isso. Em dados de passagens, é um problema um pouco mais complicado, e eles podem detalhar, mas é basicamente a mesma coisa. Se você pega um avião de TAM e for para Paris, você é um residente e a TAM é uma empresa residente. Não há transação do balanço de pagamentos envolvida. Da mesma forma, se um francês pegar um voo da AIRFRANCE chegando aqui, também não é uma transação envolvida. Então, em alguns desses casos, podem gerar transações econômicas que tem origem a fluxos de câmbio e que tem de ser adequadamente classificados. Ou eliminados, ou acrescentados, ou tirados de uma conta e colocados na outra, porque com todos os aperfeiçoamentos a legislação cambial é uma e as regras de balanço de pagamentos são outras. O critério de quem vai fazer a coisa no balanço de pagamentos é residente/não residente. Na legislação cambial é qualquer um que tenha dólares e queira reais ou tenha reais e queira dólares.

Então, as empresas aéreas, tem um contato, uma frente de trabalho do Banco Central com elas para informar as suas desagregações. Tem uma pergunta específica sobre cartão de crédito aqui, vinculado com *e-commerce*, empresas administradoras de cartões de crédito seriam outras fontes dessa desagregação. A compra de um livro na AMAZON é uma importação, e não um gasto de viagens como é pagar um hotel no Booking.com. Então, antes de entrar em detalhes da compilação, você tem pelo menos, o Rafael Monastier pode dar mais detalhes, a empresa de *freeshop*, essa Dufry, as companhias aéreas e as companhias de cartão de crédito. Isso funciona em diversos níveis. Alguma funciona bem, outra está sendo implementada, outra já está mais consolidada e tudo. Mas, você tem essas três pernas, pelo menos.

**Thiago Vieira:** Há um detalhe na questão da companhia aérea. É importante naquela transação em que as companhias estão sediadas no país, mas tem uma série de escritórios em países diferentes, isso acontece para a TAM e para a GOL no exterior, mas também acontece para a DELTA e AMERICAN AIRLINES. Olhando a fonte de informações do câmbio, é necessário que você troque moeda de um país para outro. No momento em que isso não acontece, a empresa pode estar pleiteando receita com despesa lá fora, então tem que pagar uma taxa para o aeroporto em que eu estou operando, mas eu também vendo passagem para um não residente lá. Então, assim como na Dufry, o foco da informação, nessa questão, é do comprador, olhar o

passaporte e a residência dele. As empresas aéreas o foco é a quantidade de moeda que não está sendo enviada para o país de origem.

**Fernando Rocha:** Como as duas contas são importantes, tanto os créditos como os débitos, a gente não pode fazer a compilação pelo líquido. Contabiliza o líquido e põe tudo na saída, que o resultado da conta corrente vai dar no mesmo. Nas apurações estatísticas não pode fazer. Tem que apurar os valores brutos para cada lado. Um último comentário então, eu vi lá com o José Francisco e com vocês a partir do comentário, eu acho que os comentários mais gerais e institucionais que o Banco Central tinha são esses, e agora tanto continuando nesse primeiro questionário quanto no segundo, eu iria deixar vocês com o Thiago e o Rafael Monastier, para avançar nas questões de compilação específicas. Desse questionário inicial, aparentemente, a gente tratou desses aspectos gerais e dessa articulação institucional. É claro que, se vocês quiserem podemos voltar para mais um detalhe, você não falou desse item tal e tal. Mas, eu iria então deixá-los com os dois para detalhar essa parte conta de viagens e transportes do balanço de pagamentos e passar o outro questionário. OK?

Então, vocês estão aí. Obrigado. Mais uma vez, se precisar de alguma coisa, se hoje não for o suficiente, e quiser fazer uma outra *conference call* ou alguma dúvida por e-mail, estamos às ordens, aí. Muito obrigado.

**Ewerton Monti (FIPE):** Há alguns assuntos que ainda estão pendentes e poderíamos aproveitar o gancho. Além de entrar em algumas perguntas, tem algumas perguntas que eu queria confirmar, além da pesquisa de turismo internacional, da demanda internacional, a gente já falou bastante dele, tem alguma outra pesquisa, algum setor do turismo do qual o Banco Central gostaria de ter mais informações? Por exemplo, é interessante, por qualquer motivo, os resultados de gastos de brasileiros em viagens internas, em termos da oferta turística, a movimentação nos hotéis brasileiros, em meios de hospedagem? Tenho a impressão que não, mas eu gostaria de confirmar com vocês se vocês têm a necessidade de informação de outros setores do turismo além do turismo internacional?

**Thiago Vieira:** Não sei se nós somos os interlocutores corretos para dar uma resposta completa para esta pergunta, porque a estrutura aqui do departamento, tem uma área que cuida só das contas externas, tem uma área que cuida de crédito e bancos, tem uma área que cuida de fiscal e tem uma área que cuida do setor real. Pode ser que o pessoal do setor real, ao olhar a produção e o emprego, consumidores de várias pesquisas de serviços, por exemplo, tenha algum outro tipo de interesse. Mas seria necessário conversar com eles para ampliar.

**Rafael Monastier:** Até porque esse pessoal do setor real, eles têm interesse em, por exemplo, calcular o IBC-BR, e para isso eles têm que replicar, na medida do possível, a metodologia de cálculo do PIB. E para eles essas informações de turismo interno podem ser interessantes, por conta disso. Eles também acompanham preços, IPCA etc. Não sei a pesquisa de vocês vão contemplar alguma coisa em relação a isso, mas pode ser um interesse deles também.

**Thiago Vieira:** Posso adiantar que passagens aéreas é de longe um dos itens que é mais difícil de acertar, lá, o que está acontecendo no preço.

**Thiago Vieira:** Volatilidade muito grande.

**Ewerton Monti (FIPE):** Voltando para a metodologia do turismo internacional, uma das perguntas que faço a vocês é se vocês conhecem a metodologia atualmente empregada na pesquisa? E mais do que isso, mais importante, se vocês teriam sugestões de melhoria da metodologia dessa pesquisa. Eu sei que o trabalho de vocês é o uso dos dados e não em análise metodológica dessa pesquisa, mas talvez vocês tenham opiniões que vocês queiram compartilhar, para a melhoria dessa fonte de informação.

**Thiago Vieira:** Só um esclarecimento. A gente começou a usar, a partir do ano passado, como o Fernando Rocha mencionou, a pesquisa da EMBRATUR, a pesquisa do Ministério do Turismo é a mesma? É uma pesquisa diferente? É um foco diferente?

**Ewerton Monti (FIPE):** É uma única. O produtor dela [pesquisa da EMBRATUR] é o Ministério do Turismo, não é mais a EMBRATUR. Em 2006, talvez, 2008, o departamento de estudos e pesquisas que era do José Francisco e da Neiva, que atualmente são o diretor e a gerente, se transferiu da EMBRATUR para o Ministério do Turismo. Então, *aí*, a pesquisa saiu da EMBRATUR e foi para o Ministério do Turismo. Então é a mesma pesquisa.

**Rafael Monastier:** Os nossos contatos eram com o Ministério do Turismo, mas em alguns documentos que a gente recebeu via EMBRATUR, por isso a confusão.

**Thiago Vieira:** Mas olha só, a gente não conhece a metodologia. Acho que sim, seria interessante conhecer. Pensando no uso que a gente faz das informações. A gente que está do lado, nesse momento específico, está do lado de cá dos números, consumindo, mas o nosso trabalho em geral é de produzir informação. Dependendo da quantidade, da complexidade dos dados, é razoavelmente comum você se deparar com uma situação em que é possível perceber que o consumidor, na verdade, está consumindo uma coisa um pouco diferente daquilo que ele acredita. Eu não sei se pode ser o nosso caso, e, *aí*, o interesse é para ver se a aplicação que a gente está dando para essas informações, ela bate com o conceito que a gente precisa. Pode ser um pouco complicado, pois se eu tiver uma necessidade diferente, de um conceito diferente, dificilmente a informação está sendo consumida só por nós, ela está sendo consumida por diferentes usuários. *Aí* seria necessário que uma parte significativa tivesse um interesse comum ao nosso. Mas de qualquer forma, eu acho que seria uma experiência interessante.

**Décio Kadota (FIPE):** Talvez uma coisa que ajudasse, só para gente ter uma ideia do tipo de dados que vocês estão usando, em que tipo de situação, ou seja, relativamente às contas de vocês, só para a gente ter uma ideia, até que nível de...

**Thiago Vieira:** Acho que é uma informação simples. A que a gente está consumindo são os percentuais que indicam a motivação da viagem, a finalidade da viagem. Então, nós temos uma informação, pelo menos um número agregado, que não dá qualquer indicação se aquele gasto foi feito por um viajante a negócios, a turismo, alguma coisa desse tipo, então a gente usa os percentuais da pesquisa para promover e para construir essa abertura, que é uma abertura obrigatória para a gente informar. O Fernando comentou a questão dos anos 1980, durante um bom tempo nas nossas séries você tinha algo que, ao bater os olhos chamava a atenção, uma concentração em turismo pessoal, turismo mesmo, em detrimento das viagens de

negócios. Claramente aquilo não fazia sentido e foi nesse instante que a gente decidiu utilizar uma fonte para complementar.

**Rafael Monastier:** A hipótese implícita que a gente tem é que, como o Thiago mencionou, o universo de gastos em viagens internacionais que a gente considera é aquele que vem das nossas fontes de informação, cambio, basicamente, cartões de crédito etc., e a gente usa a pesquisa para dividir em relação às motivações. Então a hipótese implícita é de que a pesquisa nos dá uma amostra não enviesada desse universo total. Ela nos dá proporções que correspondem às proporções globais do turismo, em relação à motivação da viagem.

**Décio Kadota (FIPE):** Uma possível informação que os dados que o Ministério do Turismo poderia gerar e que eventualmente seria utilizada seria para algum ajuste a nível do volume total, inclusive. O Ministério do Turismo gera a informação do número de turistas, mais especificamente do lado do receptivo, para ter uma estimativa total de turistas estrangeiros no país, e também tenho a informação do gasto médio, que a princípio daria para gerar o volume de gasto total dos estrangeiros no país durante um determinado período do ano. Só estou dizendo se vocês usam este tipo de informação, porque é conhecido o fato de que, por exemplo, há uma série de limitações atípicas das estimativas que o Ministério do Turismo, ela tem consciência disso. Por exemplo, o fluxo de terrestre é uma coisa muito malfeita. Há uma dificuldade imensa de fazer este tipo de levantamento, da própria pesquisa. O gasto dos países vizinhos que geram, tem uma massa grande que [são] os argentinos, o próprio número de argentinos e os gastos médio etc, é uma das limitações da pesquisa. Por exemplo, uma das discussões que estão sendo feitas na reformulação de metodologia e etc, é exatamente melhorar esse lado ruim dos dados. De fato, tem uma limitação grande. E essa seria exatamente, por exemplo, se vocês usam, de alguma forma, essa informação para fazer algum tipo de ajuste, alguma coisa, teria impacto, teria impacto no sentido, obviamente, de que se a coisa funcionar, essas coisas que estão sendo analisadas, passariam a gerar qualidade das informações muito [melhor] do que são hoje.

**Ewerton Monti (FIPE):** Vocês usam essas informações de gasto. Imagino que não sejam usados.

**Thiago Vieira:** Não, a gente não usa diretamente. Elas servem como uma referência. Para gente ver se as series estão caminhando mais ou menos da mesma forma.

**Décio Kadota (FIPE):** Então no fundo seria basicamente via informação de câmbio, contrato de câmbio?

**Thiago Vieira:** Sim, porque a informação de câmbio, ela tem uma abrangência muito grande, essa é uma vantagem. Tem uma granularidade, em geral, muito boa, tirando o cartão de crédito, porque você enxerga transação-transação, cada um. E é tempestiva. De manhã, olha o movimento do dia anterior. Então isso traz uma série de vantagens. Olhando especificamente para a conta de viagens, os pontos que a gente tem para avançar, e, *aí*, talvez seja o caso de pensar se a pesquisa pode dar uma contribuição nesse sentido, estão relacionados com a questão do cartão de crédito, mas que, eu imagino que, num mercado concentrado, e com grandes empresas, um contato direto com as empresas seja um caminho mais promissor. A segunda [bebedeira], cresceu um pouco nos últimos anos, a gente tem dificuldade de estimar o canal de representatividade, o peso nisso, a partir do instante em que o Real passa a ser aceito como moeda em outros lugares. Especificamente, Argentina isso acontece. No Paraguai, também, que é uma situação bastante localizada, isso é relevante. Quando a gente olha o peso na própria pesquisa de vocês como um plano desses

países dá para ter alguma ideia do quanto isso pode estar afetando. E é uma coisa relativamente nova, não foi sempre assim. A crise cambial argentina ajudou muito você ter aceitação, você chegar lá e conseguir pagar com uma nota de Real no próprio país. A gente chegou até a conversar com o Banco Central da Argentina, mas a conjuntura não ajudou a evoluir positivamente uma troca de informações, porque esse Real, depois, em algum momento, pode ser dentro da Argentina ou fora, vai ser vendido.

**Rafael Monastier:** Nesse caso a gente pode perder os fluxos brutos. Brasileiro pode gastar em Real na Argentina, o Real está sendo aceito lá, isso é uma transação de balanço de pagamentos, nós não capturamos, porque não foi feito contrato de câmbio. E existe um mercado de Real na Argentina, incipiente, e em algum momento algum turista argentino vai comprar esse Real lá e vir para o Brasil e gastar aqui. Então nós estamos perdendo despesas de viagens e receitas de viagens, nesse exemplo. E a gente tem visto um certo aumento de alguns fluxos de cambio que são de um código, um “fato natureza”, de Reais em espécie. Então você faz uma transferência de dólares, em troca de Reais em espécie. Então isso é um indicativo de, por exemplo, Reais que saíram do país, foram aceitos no exterior, e estão voltando.

**Thiago Vieira:** Se fizesse assim uma aproximação inicial, eu acho que é importante reprisar aquilo que o Fernando mencionou que é, a gente, ao fazer estatística, a gente não tem compromisso formal com nenhuma fonte. Não tem que reproduzir um documento, não tem que reproduzir aquilo que está no câmbio. A gente é livre para escolher e combinar aquelas fontes mais adequadas. Nesse sentido, está sempre aberta a possibilidade de a gente introduzir alguma melhoria.

**Ewerton Monti (FIPE):** O que o Ministério do Turismo mais quer é saber o que vocês precisam para tentar viabilizar toda a estrutura de turismo.

**Thiago Vieira:** A gente tem uma abertura obrigatória que essa motivação da viagem. Tem níveis de criticidade na informação. Então, uma informação suplementar, que seria se você tiver [...] está muito ligada à conta de turismo, que é abrir os gastos, sejam dos brasileiros no exterior, quanto dos turistas estrangeiros aqui no Brasil, por tipo de gasto, acomodação, alimentação, que para a gente é uma coisa de forma suplementar, mas que para o Ministério do Turismo seja algo essencial para construir, e que a gente, até o momento, optou por não mandar a informação e não construir alguma estimativa. Então essa eu não sei se seria um outro ponto que a pesquisa é capaz de endereçar. A gente tem uma fonte potencial para essa informação, que é a empresa de cartão de crédito, faz parte do negócio deles saber qual é o lojista, quem é que está ali, então eles conhecem bastante detalhes onde esse gasto é realizado, e em que tipo de setor. A gente está em conversações, não fechou nenhum acordo para obter essa informação. Esse é um ponto. O segundo é que a proporção desse canal, cartão de crédito como instrumento de gasto do turista, dos estrangeiros aqui, ela oscila entre 45% e 60%. Quando eu mudei o IOF, você sente algum impacto. E eu não sei se seria correto assumir que o padrão de gasto que você tem no cartão é o mesmo padrão que você tem na espécie. Como você tem um volume de gasto mais alto, é mais razoável, você vai pagar dez dias de hotel em Nova Iorque, você vai usar um cartão, mas a proporção deve ser diferente, não é a mesma que você utiliza para comprar um bilhete de metrô para andar na cidade. Então são essas as nossas...

**Rafael Monastier:** Em relação à granularidade dessa abertura por tipo de gasto, o manual de balanço de pagamentos [BPM6], ele pede que a gente abra, se a gente for fazer, porque é uma abertura suplementar, que a gente abra em bens, transportes locais (ônibus, táxi etc.), serviços de acomodação (hotel etc.), comida e outros serviços, dos quais saúde e educação, se a gente puder abrir também é interessante. Ou seja, não é uma abertura muito detalhada. É bastante resumida.

**Ewerton Monti (FIPE):** O questionário que está sendo proposto para a metodologia renovada desta pesquisa de turismo internacional baseia-se, nos aspectos, nas orientações do BPM6. Então essas necessidades do Banco Central, de Bancos Centrais no mundo, estão contempladas para o que se trata de adaptações locais, mas eu acho que isso é até interessante passar para vocês essa preocupação que o Ministério do Turismo tem de seu o questionário desta pesquisa já esteja partindo do início com alguma adaptação às necessidades dos Bancos Centrais, do Banco Central do Brasil. Outras adaptações, para atender outras necessidades que surjam agora ou no futuro, são possíveis.

Tocando na questão das empresas de cartão de crédito, é uma dúvida recorrente no setor, que o Fernando já comentou um pouquinho, mas eu queria voltar ao assunto, se for possível. A questão de compras na AMAZON, pelo que eu estou entendendo na conversa, hoje, vocês têm a informação para separar isso da viagem, essa importação de bens da viagem internacional. Está correto este entendimento, ou não? Como é que isso tem funcionado?

**Thiago Vieira:** A gente tem uma informação bastante preliminar ainda, diretamente junto às administradoras de cartão [de crédito]. Alguns, talvez muitos anos atrás, nós conversamos já com eles, e a informação obtida naquela época é de que esse negócio ainda era pouquíssimo representativo no total gerado entre os cartões [de crédito]. Eu imagino que essa situação possa ter se modificado. Qualquer indicador que você olha, *aí*, de número de cartões internacionais emitidos, percentual da população que acessa este tipo de serviço financeiro, acessa internet, banda larga etc., todos eles são crescentes. É possível, talvez provável, que esse panorama tenha se modificado. A gente conseguir fazer essa separação com alguma qualidade requer uma informação razoavelmente elaborada, porque você pode ter compras presenciais e não presenciais. E nas compras não presenciais você pode ter gastos relacionados ao turismo ou gastos sem nenhuma relação com o turismo. Eu posso comprar um hotel, ou aluguel de um carro, ticket de um espetáculo, uma enormidade de coisas de forma não presencial. Então depois de separar estes dois blocos a gente precisa avançar a nossa estratégia para conseguir separar essa informação é olhar para o lojista. Alguma caracterização desse lojista permitiria inferir se aquilo está relacionado [...]. Está longe de ser perfeito, ou de ser muito preciso, porque mesmo isso ainda não te garante, você pode entrar na AMAZON, pedir para entregar o livro lá no seu hotel, e, no momento em que você viajou, qualquer bem que foi adquirido lá, um livro da AMAZON, estaria computado como um gasto de turista. Para eletrônicos, isso é especialmente comum. A gente sempre tem anedóticos a esse respeito. O pessoal vai fazer um curso lá no FMI sobre estatísticas, vai ficar seis semanas, cada ano que passa a quantidade de encomendas, que já estão lá quando a pessoa chega no hotel, é maior.

**Rafael Monastier:** Ou aquela encomenda, enquanto está lá, recebe no hotel, e, *aí*, nesse caso nós teríamos uma compra não presencial que se qualificaria como viagens.



**Thiago Vieira:** De qualquer forma, essa é claramente a questão mais importante das nossas estatísticas de viagens hoje. A gente tem uma solução que está em curso, que depende muito dessa conversa com as administradoras do cartão [de crédito]. Quando você endereçou a pergunta ao Fernando, tinha um contexto, alguma forma de auxílio, ou de relação entre as instituições. A gente, no ano passado, se não estou enganado, mudou um pouco os normativos, ou a questão legal que envolve a supervisão deste ente bastante específico, que é a administradora de cartão. A impressão que tem até um outro nome, não é administradora, tem outra expressão, lá, para falar de quem é a bandeira, porque é um mercado que você tem diversos atores. Tem o possuidor do cartão, tem o lojista, tem o cara da bandeira, tem o cara do banco, e, às vezes, tem mais um ainda no meio desses todos. Então você pode ter um cartão da VISA de qualquer banco. E havia alguma, alguma névoa sobre quem era a entidade supervisora, quem regulamentava de forma única. Então isso mudou um pouco. Algumas atribuições estão definidas já na parte do Banco Central, e a gente está se apoiando nisso, já conversamos com outro departamento, aqui, interno ao Banco [Central], porque essa nossa conversa com a administradora de cartão, vamos chamar assim, ela ocorre muito mais em bases cooperativas do que em bases formais. Porque a gente, enquanto Banco Central, não tem mandato legal para exigir qualquer tipo de informação. Se surgir essa oportunidade de formalizar a requisição de informação por parte desse outro departamento, é algo que nos ajuda bastante e a gente pode transitar para uma informação mais elaborada e ter mais segurança quanto à frequência e tempestividade desse dado. Mas, é uma coisa que está em processo. Eu acho que eu não conversei com o José Francisco diretamente ainda, mas em algum momento a gente vai sentar para ouvir um pouco mais de informação desse cronograma, e como a gente está vendo a possibilidade de obter essa informação. Uma vez de posse dela, uma outra questão é saber de que forma a gente vai tratar o passado e incorporar para o futuro certamente isso vai ocorrer. Nós acabamos de implementar o BPM6, mas ainda não retroagimos, retroagimos muito pouco na série. Essa é uma série desde 1947, e nós publicamos quinze meses, só.

**Décio Kadota (FIPE):** As contas atuais já estão dentro do padrão do BPM6?

**Thiago Vieira:** Já estão no BPM6, mas a gente tem dados só de 2014 e 2015. Segunda-feira (22/06/2015) a gente vai publicar maio de 2015, com dezessete observações. Mas na hora que a gente retornar nada nos impede de fazer uma revisão também para esses valores. É algo que vai ter que ser tratado, demore um pouco mais ou demore um pouco menos, porque o peso desses instrumentos de pagamento também é crescente. Não só cartão de crédito, mas cartão de débito, saque em terminal eletrônico etc., tudo isso, e o comércio eletrônico também vai seguir a mesma linha. Então esse é o panorama, agora nos dados que estão publicados hoje, inclusive os do BPM6, a gente está com a totalidade dos gastos de cartões de crédito ali dentro. A revisão certamente vai implicar redução dos fluxos, diríamos, nos dois lados. Mas, [eu] arriscaria dizer que na despesa do brasileiro gastando lá fora ela deve ser maior.

**Rafael Monastier:** Os brasileiros compram mais lá fora do que estrangeiros compram aqui dentro.

**Thiago Vieira:** Comércio eletrônico, por exemplo, você não tem empresas brasileiras importantes que façam vendas ao exterior.

**Rafael Monastier:** Só para dar uma noção do panorama de porquê que esta questão existe, essa névoa em relação ao detalhamento dos gastos de cartão de crédito, no sistema câmbio existem alguns códigos que são específicos para as administradoras de cartão. São códigos lá, gastos em cartão de crédito no exterior, saques em cartão de crédito no exterior. Basicamente são dois ou três códigos. E, aí, as operadoras, VISA, MASTER etc., usam essas naturezas para remeter o dinheiro relativo a compras no exterior feitas por residentes ou vice-versa. E sempre pelos fluxos brutos. Então, como o Thiago falou, nós temos a informação do que circulou, mas a gente não tem o detalhamento, porque esse código é um código coringa, e a gente não tem essas informações sobre se a compra foi presencial ou não, qual é o setor do lojista, qual a motivação daquele gasto. Por isso que a gente tem essa dificuldade, e precisa das informações adicionais.

**Thiago Vieira:** O contrato de câmbio, ele tem a parte no Brasil e a parte no exterior. Quem está comprando moeda de quem, e o banco que está intermediando. Então no caso do cartão, é um fluxo muito diferente de outras transações. Você viajou lá para os Estados Unidos e pagou seu hotel com cartão de crédito, você volta e paga a sua fatura aqui em Reais. A VISA vai juntar pagamento de “N” fatores em Reais, colocar tudo num “bolo”, e ela faz um contrato [de câmbio] de cinquenta milhões, cem milhões, duzentos milhões de dólares, e que você enxerga VISA Brasil com VISA Estados Unidos. Provavelmente, eles têm algum grau de centralização financeira, pode ser até que esse recurso que foi para a VISA Estados Unidos, a VISA Estados Unidos mande para outros países que não apenas Estados Unidos, e, *aí*, ela lá na operação local vai fazer a moeda estrangeira chegar na mão de cada lojista. Então, o nosso grau de detalhamento é muito menor para essas operações de cartão de crédito, pode ser que a gente acesse uma fonte complementar também. Mas quando você compra dinheiro em espécie, *aí* a gente consegue enxergar quantas compras foram feitas. Ou quantos CPF, quantas pessoas diferentes realizaram uma compra. E isso não é verdade para o cartão de crédito.

**Décio Kadota (FIPE):** Só me deixe complementar, o nível de relacionamento que vocês têm também com o *freeshop* e as companhias aéreas também é nesse esquema de cooperação informal?

**Thiago Vieira:** Até agora tem sido. A gente já redigiu e está assinando convênios formais. Formalizando alguns convênios.

**Décio Kadota (FIPE):** Então vocês estão caminhando exatamente para a formalização?

**Thiago Vieira:** Estamos caminhando para isso. Por três motivos já citados. Tem o relacionamento em parte pessoal. Funcionário muda, vai para outra empresa e fala: *E aí? O pessoal que chega no lugar fala assim: Mas, eu vou te mandar essa informação, aqui, apoiado no que? Não, é porque eu conhecia outro lá.* Então, de fato, eu acho que tem um ganho expressivo em formalizar isso. Nós, enquanto país, temos uma situação geralmente distinta de outros lugares, é ainda mais comum uma estrutura em que você tem um IBGE, um instituto nacional de estatísticas, trabalhando conjuntamente na maioria dos casos com o Banco Central na produção das informações. Mas esse Banco Central, em geral, tem um mandato para exigir informações, uma lei estatística também para empresas não financeiras, fora do sistema financeiro nacional. E a gente não tem. As duas maiores pesquisas que a gente tem formais, que é o Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil e o de Capitais Brasileiros no Exterior, elas têm normativos próprio que dão esse mandato, mas dão mandato

para fazer aquela pesquisa, com aquela pergunta, para aquele público alvo. Não é uma lei genérica que te [lhe] permita fazer um questionário qualquer para uma empresa. Então, o melhor que a gente tem feito até o momento é tentar utilizar o instrumento do convênio, para reduzir a informalidade.

**Ewerton Monti (FIPE):** Vocês conhecem, nesse sentido, alguma experiência de outro país que vocês incluiriam como boas práticas em toda essa questão de produção de informação de contas de viagens internacionais e transporte em alguns países que vocês têm como referência de que as coisas estão funcionando bem?

**Thiago Vieira:** A gente tem alguma referência, *assim*, mais geral enquanto produtor de estatísticas do setor externo do balanço de pagamentos como um todo. Nesse sentido, poderia citar o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, são países importantes. Para alguma conta em particular, a Espanha é citada algumas vezes, teve na Itália, eles têm uma pesquisa enorme, com muita gente, uma estrutura grande. Mas, *aí*, eu não sei se são experiências pessoais nossas que encontram respaldo no mundo como um todo, mas eu citaria esses cinco.

**Ewerton Monti (FIPE):** Perfeito! Eu tenho algumas perguntinhas específicas e, *aí*, vocês, me ajudem se a pergunta não ficar muito clara. Um cenário: quando uma operadora de turismo no exterior contrata no Brasil serviços para compor seu pacote turístico, ela vai vender o Brasil para os turistas estrangeiros. Como esses pagamentos feitos pelo turista estrangeiro aparecem, são tratados no balanço de pagamentos?

**Thiago Vieira:** O câmbio como fonte mais importante, ele tem, ali dentro do sistema, uma série de codificações. A codificação que mais nos interessa é uma que define qual a finalidade daquela transação. Então o contrato, *lá*, tem a empresa no exterior mandando dinheiro para uma pessoa física ou para uma empresa no Brasil, tem o nome das duas, tem a taxa de câmbio, tem o valor em moeda nacional, o valor na moeda original, tem uma série de caracterizações que, sob cada uma destas partes, e tem esse código de finalidade. Os códigos de finalidade a gente deve ter uns trezentos códigos mais ou menos hoje para todo tipo de operação, e tem uma delas que é utilizada para pacotes turísticos. Então, em geral, essa parte aqui no Brasil, você tem uma agência, ou um receptivo, alguém que também está intermediando, e a gente vai enxergar o contrato entre as duas agências. Então o turista lá no exterior entrega a moeda estrangeira, faz o pagamento, essa agência vai fazer câmbio com uma outra agência aqui no Brasil, e a agência no Brasil, *aqui*, de posse dos Reais, faz a distribuição para hotel, ônibus, todas as coisas que estiverem dentro do pacote. Então, neste caso, para pacotes turísticos, a gente tem um código que pega isso, seria possível até ter alguma ideia da composição entre o que é pacote e o que é compra direta. A partir disso, gente não divulga porque não tem nenhuma abertura, ou algo padrão lá na estatística que peça isso, apesar dessa informação estar lá disponível. Algum comentário, Rafael Monastier?

**Rafael Monastier:** Não, nós temos uma série de notas explicativas para os operadores de câmbio poderem utilizar corretamente esses códigos que o Thiago mencionou, que a gente chama no nosso jargão de “fatos natureza”, e esse código de serviços turísticos, a definição dele nessas notas explicativas, é bastante clara em relação a isso: “pagamento ou recebimento por serviço turístico prestado por agência de turismo e demais prestadores de serviço relacionados ao turismo, incluindo, entre outros, compra e venda de pacotes turísticos”. Então é bastante específico.

**Thiago Vieira:** E essa nota é uma nota que está aberta ao público, mas que o consumidor em geral disso seria o cara que está lá na corretora ou no banco que está recebendo a operação e tem que atribuir um código.

**Rafael Monastier:** E, *aí*, nós utilizamos a informação dos valores transacionados através desse código para compor as estatísticas de viagens internacionais. Ele entra diretamente nas estatísticas.

**Thiago Vieira:** Esses quadros tem uma equipe do Banco Central que hoje fica em Porto Alegre encarregada de monitorar esse mercado. Então uma das atribuições deles é verificar se o preenchimento é feito de forma correta. Eles, de tempos em tempos, extraem amostras aleatórias, visitam as instituições para verem se aquilo está OK. E é passível de sanção, de multa em dinheiro mesmo, o preenchimento incorreto. Claro que isso não é, em geral, não é imediato, mas é relativamente comum, se você identifica um banco ou um operador que está um pouco fora do padrão, a informação vem todo dia lá, se aquele cara dá um pico, ou os outros, às vezes o monitoramento entra em contato para saber se está tudo correto. Então a gente tem uma confiança razoável, a qualidade da informação é boa.

**Ewerton Monti (FIPE):** Todas as operações de compra e venda moeda estrangeira em corretoras de câmbio, agentes de câmbio, instituições financeiras (como pessoa física fazendo essa compra de câmbio) elas são consideradas como viagens internacionais ou são distribuídas em outras contas do balanço de pagamentos?

**Thiago Vieira:** A pessoa física, quando chega para comprar dinheiro, se você estiver em um banco, o banco pergunta se você está querendo comprar porque você é viajante, isso é de longe o gasto mais comum. Não tem nada que te impeça na legislação cambial de dizer: “vou visitar minha família e vou levar dez mil dólares em *cash*”. Você pode fazer isso. Mas, *aí*, nesse caso, você é perguntado e escolheria um código diferente. No caso dos quiosques, que é uma coisa que apareceu muito, em shopping, corretoras que tem pontos, ou mesmo hotéis, isso em geral é considerado como turismo. A diferença em relação a outras operações é que você não tem um contrato de câmbio de forma imediata. Esses representantes, ou esses pontos de distribuição, que capilarizam muito mais a venda de moeda ou a compra, eles são autorizados a registrar um boleto e, *aí*, de tempos em tempos eles juntam todos aqueles boletos, levam ao banco autorizado e, *aí*, o banco faz um contrato em que coloca, que une tudo. No final das contas, a gente não pede informação granularizada, a gente recebe uma lista dos CPFs que fizeram aquela aquisição. Então, não temos outro tipo de informação, mas não acredito que a gente esteja perdendo algum tipo de informação a partir disso. A proporção que a gente tem hoje nesse canal, é um canal limitado por valor, *aí*, esse para fazer os boletos. São três mil dólares por operação. Qual que deve ser a proporção entre viagens e transferências? Uns 90/10? 85/15? Mais ou menos isso. Porque, *aí*, você pode ter um fluxo em espécie para você mandar para a família. Então o cara quer mandar para alguém que está lá no exterior, ele vai junta com dinheiro, e depois na ponta entrega dinheiro do país onde você está também. Então o canal utilizado para estes dois pontos. Mas a proporção é uma proporção que não varia muito. Então, também dá alguma confiança para aquilo que a gente [quer].

**Rafael Monastier:** Então, eu diria assim, grosso modo, sempre que o residente no Brasil faz uma compra em *cash* ou num cartão pré-pago, que hoje em dia não está sendo tão utilizado, mas [que] ainda está no mercado,

isso vai cair em viagens internacionais. Se ele chega no quiosque, e pede para, como o Thiago falou, depositar dinheiro no exterior, para um parente, ou uma outra pessoa física, ou para fazer o pagamento de um serviço, *aí* a corretora vai perguntar a motivação daquilo e não vai colocar em viagens internacionais, vai colocar, provavelmente, em transferências ou mesmo em serviços, se for um outro tipo de serviço, *lá*, que estiver sendo pago. Então, dessa forma, vai dizer assim, a gente não...

**Décio Kadota (FIPE):** Essa operação pode-se fazer naqueles quiosques, em geral?

**Rafael Monastier:** É uma operação que pode ser feita em corretoras de câmbio. Você entrega Reais para a corretora, e, ao invés da corretora entregar dólares em *cash* para você, ela deposita em uma conta lá fora.

**Thiago Vieira:** É que é mais comum o contrário. A nossa receita nisso é muito maior, de brasileiros trabalhando no exterior e mandando recursos para suas famílias. Agora, a gente tem fluxos de latino-americanos principalmente, bolivianos, tal, que é crescente, trabalhando aqui no Brasil e com recursos para ir à viagem longa.

**Rafael Monastier:** Sim. Existem, inclusive, *né*, a gente vê notícia sobre corretoras que estão criando produtos, agências no centro de São Paulo para esses bolivianos enviarem o dinheiro para suas famílias, e essas agências, por trás delas existe sempre uma corretora, a figura de um banco talvez. Então a gente capta essa informação, mas a gente não mistura esses fluxos com os fluxos de viagem justamente por esta questão da motivação econômica que é perguntada no momento da compra. E a própria forma de entrega da moeda também já é um indicativo. Então, se o boliviano chega nessa corretora e pede que se seja depositado para um parente dele uma determinada quantia lá na Bolívia, a corretora vai fazer essa operação na natureza de transferências unilaterais, e a gente não vai sujar a estatística de viagens com esses fluxos.

**Ewerton Monti (FIPE):** Acredito que seja, agora, a minha última pergunta. É sobre a conta de transportes. É possível desagregar os dados de receitas e despesas pelos tipos de modais utilizados, de modais de transporte, e da natureza, passageiro, carga? É possível, com os dados que hoje vocês têm?

**Thiago Vieira:** Bom, esse é um quesito obrigatório, no padrão. A gente tem essa série disponível no manual anterior, no BPM5, ela está no ar ainda, a gente pode mostrar para vocês onde está disponível. A conta de transportes tem uma peculiaridade, *né*, em relação às outras, que é o fato de você ter empresas, em geral, com representações em diversos lugares. Isso deve ser muito mais importante para fretes e para transporte de bens do que para passagens. Mas para passagens isso acaba acontecendo também. A possibilidade, é um comentário que eu acho que eu fiz no começo da conversa, é a possibilidade de você liquidar transações diretamente a partir de contas do exterior ou com contas brasileiras. A DELTA AIRLINES tem lá o seu guichê de vendas e está embarcando gente, fazendo voos a partir de Guarulhos, tem que pagar uma série de tarifas, que são cobradas pelo aeroporto de Guarulhos. Se você, residente aqui no Brasil, for comprar um bilhete da DELTA, isso varia muito de companhia para companhia. Pode ser que ela, que se ao exigir um cartão internacional, pode ser que você esteja pagando para o escritório dela lá na origem, lá no exterior, mas pode ser que você esteja pagando diretamente em Reais aqui. Às vezes aparece em Reais porque alguém assumiu aquele risco e travou a operação e jogou, na verdade está aparecendo em Reais, mas no fundo você está pagando em dólar. Mas, enfim, isso faz diferença, porque, *aí*, eu posso ter, no caso, nesse exemplo, uma

despesa, porque o conceito central do balanço de pagamentos é uma transação entre um residente e um não residente. Se eu disser que a DELTA AIRLINES é uma companhia não residente, esse escritório aqui dela é uma mera representação, não chega a ser uma empresa, *aí* eu teria uma transação que eu estou deixando de computar, que é um gasto de um brasileiro que adquiriu um serviço prestado por um não residente, essa empresa de transporte. Em uma outra conta que, *aí*, deve ser de interesse menor ou talvez nenhum para vocês, mas que figura no balanço de pagamentos como contrapartida dessa operação, eu também não capto os Reais que ela pagou para o aeroporto de Guarulhos e que também deveria ser, agora, uma receita, do ponto de vista do Brasil. De forma análoga, se a TAM estiver vendendo passagem em Nova Iorque utilizando essa receita [noutra], ingressar de volta para o Brasil, mas para pagar uma série de taxas lá, *aí* eu poderia estar subestimando, talvez, a receita de turismo brasileiro nessas contas.

Na época da Copa do Mundo, a gente observou um pico no primeiro semestre de 2014 nessa conta e atribuiu isso a uma série de passageiros estrangeiros que estariam comprando passagens para voar por companhias brasileiras, para ir e voltar depois da Copa. Então, essa explicação toda é para dizer que, no caso de transportes, é bastante razoável imaginar que o grau de cobertura que talvez seja cem por cento para outras contas (que o câmbio te dá), seja menor. A gente [talvez] não esteja trabalhando com todo esse grau de cobertura porque têm transações que estão sendo realizadas por fora do sistema, por fora do câmbio. E a nossa solução para isso é, de novo, um contato direto com as empresas. A gente já conversou com eles, já definiu um questionário, um formulário, para eles nos informarem, e estamos aguardando, *aí*, e deve ser concluído em breve, para obter. Então, a resposta é sim, as informações podem ser produzidas. A gente tem uma questão hoje envolvendo cobertura, mas o caminho já traçado para melhorar isso.

**Ewerton Monti (FIPE):** Entre as duas contas, de viagens internacionais e transportes, quais vocês consideram que está numa situação mais próxima do ideal?

**Thiago Vieira:** Viagens estão muito mais, porque este problema de cobertura para o viajante não existe, porque, poderia existir, *sei lá*, se você abrir uma conta nos Estados Unidos, tiver alguma outra fonte de receita, lá, depositar lá na sua conta, vender uma aplicação que você tenha, e viajar até lá e usar a conta para pagar seus gastos. Mas, totalmente negligenciável pelas estatísticas.

Mesmo com toda a internacionalização a gente já está muito distante de ter isso. No máximo você deve ter, talvez, pessoas que tenham mais de uma residência, que passem tempo em cada um dos países, isso poderia acontecer.

**Rafael Monastier:** As condições econômicas do Brasil, elas fazem com que a cobertura do sistema câmbio para viagens sejam muito boas. O fato do Real, em geral, salvo aquelas exceções que a gente já comentou, o fato do Real não ser aceito no exterior e o fato de moeda estrangeira, mesmo o dólar, não ser aceita no Brasil, mesmo para pagamentos pequenos, não é uma moeda que tem livre circulação no país, faz com que gastos de não residentes no Brasil e gastos de residentes no exterior, em algum momento tenham que passar pelo sistema câmbio. Então, apesar de nós termos esses problemas de abertura, de não conseguir, pelo sistema câmbio, gerar uma abertura por motivação de viagens, tipos de gasto e etc, a cobertura do sistema

para o universo daquilo que é viagens internacionais é muito bom. E, *aí*, para passagens a gente não tem tanto.

**Thiago Vieira:** *Assim*, esse é o ponto fundamental. A observação do Rafael Monastier foi muito pertinente. O Brasil é absolutamente específico com relação a outros países. O mais comum é o contrário, que você tenha uma moeda estrangeira forte, dólar, EURO, com uma circulação muito maior. No Brasil você não pode ter conta em moeda estrangeira. Não pode fixar um contrato, liquidar nenhuma transação utilizando moeda estrangeira. Há, mas eu conheço um tio meu que pagou um táxi em Copacabana. Tudo bem! Talvez tenha um mercado, *aí*, entre os taxistas. Mas, não é representativo em termos estatísticos. Se você for na Argentina e andar lá pela, como que chama a avenida, florida, pode pagar em Real, pode pagar em dólar, pode pagar em Peso, pode pagar em diferentes moedas, *né*. Então...

**Rafael Monastier:** Até em Pesos...

**Thiago Vieira:** Mas, então, quando a gente conversa com os nossos pares internacionais, *aí*, às vezes têm alguma dificuldade em compreender isso, *né*. Você olha para a Europa, tem uma moeda só. Não faz nenhum sentido você ter um sistema como o nosso para apurar as informações, porque não existe troca de moeda.

**Décio Kadota (FIPE):** Nem controle de fronteira.

**Thiago Vieira:** Nenhum!

**Rafael Monastier:** É, exatamente. Nessa visita que nós fizemos, que o Thiago mencionou antes, à *Banca d'Italia*, o Banco Central Italiano, eles nos apresentaram a transição que eles tiveram que fazer no sistema de produção de estatísticas, de um sistema que era baseado em câmbio para um sistema baseado em pesquisas, e que ocorreu por conta disso, introdução do EURO, introdução de [trash-olds], limiares no sistema câmbio, então você só precisa registrar transações a partir de um determinado nível. Então você mata a conta de viagens inteira por conta disso, se o limiar for um pouquinho mais alto, porque as compras são de pequeno valor, de moeda estrangeira, enfim. Mas, no Brasil a gente não tem este tipo de limite, qualquer transação tem que ser registrada, embora algumas vezes por canais mais simplificados, agregados, mas todas são registradas. A gente não tem essa questão.

Um detalhe que eu gostaria de comentar, em relação ao que o Thiago já explicou, da conta de transportes, é que, bom, a pergunta era se a gente conseguiria desagregar receita e despesa de transporte por tipos de modais, aéreo, marítimo ou terrestre, e a natureza dos itens transportados, passageiros e cargas. Em termos de detalhamentos no sistema câmbio, a gente consegue, porque a gente tem fatos natureza, códigos de câmbio, específicos, por modal e por tipos de item transportado. Então a gente tem, e com algumas aberturas adicionais ainda, então, por exemplo, a gente tem, no caso do marítimo, frete sobre exportação marítima, frete sobre importação marítima, outros fretes, passageiros, códigos de câmbio específicos para cada um desses itens. A questão, como o Thiago falou, é de cobertura. E, *aí*, a gente pode, em alguns casos, perder a transação, ou a gente pode incluir ela no item errado. Então, no exemplo que o Thiago deu, se um passageiro, residente no Brasil, compra uma passagem da DELTA, usando um cartão de crédito internacional e paga em dólares nos Estados Unidos, a gente vai pegar, pelo sistema câmbio, essa transação embutida dentro daquele fato natureza de cartões de crédito internacionais, e hoje a gente vai colocar isso em viagens,

porque a gente não tem todos aqueles detalhamentos ainda, as informações enviadas pelas empresas de cartão. Se o pagamento for feito em Reais no Brasil e a operadora de cartão depositar esses Reais na conta da DELTA, e a DELTA fizer uso desses recursos para pagar as taxas lá do aeroporto de Guarulhos, então, *aí*, a gente vai perder a transação, a despesa de passagens, de um residente pago à DELTA, que é um não residente, e vai perder a receita de serviços que a DELTA pagou para o aeroporto (serviços auxiliares de transportes, alguma coisa assim, a gente vai perder também). O exemplo simétrico vale para o caso das companhias aéreas brasileiras no exterior. Então a gente tem esses dois tipos de problema. Ou perder de todas as formas, ou colocar a transação no lugar errado, dependendo do meio de pagamento.

**Thiago Vieira:** Eu acabei de ser informado que o diretor antecipou uma reunião que estava marcada para mais tarde, então tenho que subir, era em dez minutos, agora em 8. Mas, o Rafael Monastier vai ficar à disposição, aqui, para conversar com vocês. Se quiserem adiantar alguma pergunta...

**Ewerton Monti (FIPE):** Eu acho que da minha parte, a gente acabou.



## Anexo 4 - Entrevista com Roberto Olinto, diretor de pesquisas do IBGE

---

**Entrevistadores da FIPE: Décio Kadota, Maurício de Vasconcellos e Luiz Fernando Mocelin****Entrevistado do IBGE: Roberto Olinto.**

**Luiz Fernando (FIPE):** Bom, só deixando gravado, o Roberto [Olinto] aceitou a gravação.

**Roberto Olinto (IBGE):** Claro. Bom, meio que colocar essa discussão pra gente há um tempão, até, historicamente a gente publicou alguma coisa chamada estatística do turismo, economia do turismo, porque era, na verdade, uma condição, a partir da base de dados das contas, mas que não tinha o fechamento que faltava, basicamente os quadros de emissão e recepção. O modo e detalhamento de consumo. Qual era a estrutura que a gente precisava? As Contas Nacionais, as nossas pesquisas econômicas mais, uma POF, que é pontual, e, eventualmente, olhando a PNAD-C, segundo informação sobre atividades, você consegue mais ou menos montar uma tal economia do turismo, que é um detalhamento das Contas Nacionais. O que você tem em falta? Fundamentalmente, para fazer a conta (Conta Satélite de Turismo), você precisa ter o consumo e todo o detalhamento de consumo. E essa pesquisa é uma pesquisa que a gente tem discutido com o Ministério [do Turismo] há anos, que, assim, é de responsabilidade do Ministério [do Turismo] tocar, porque o IBGE não tem a *expertise*, ou seja, pegar a pesquisa de fronteira, ou a pesquisa de aeroporto, quanto é que gasta, quanto é que...então isso é fundamental para você detalhar o consumo das famílias por item. Isso é a primeira parte.

A outra parte, e, *aí*, teria que ser uma discussão mais detalhada, como é que você consegue, que você (Maurício) falou, sair daquele limite superior, dos três por cento, e consegue limpar aquilo ali. E, *aí*, isso é uma discussão importante e antiga, tipo assim, atividade por atividade, o que você vai considerar turístico ou não, ou se vai considerar tudo ou não vai. E, *aí*, é uma discussão que o pessoal tinha. Alimentação fora de casa, é turismo ou não é turismo? Você considera toda? Então, essas primeiras questões, de detalhamento metodológico, é que seria necessário continuar essa discussão de custo e ir especificando. Mais não é uma questão de levantamento básico de dados, é [são] pontos metodológicos que você tem de identificar, e, em cima disso, você fazer uma investigação.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Por exemplo, se você tem o gasto das famílias quando elas viajam em turismo, e se você conseguisse detalhar, por exemplo, o que gastou em hotel, alimentação etc., a gente poderia ter um elemento para desagregar o setor de alimentação fora, por exemplo.

**Roberto Olinto (IBGE):** É essa a ideia, quer dizer, se você tem o consumo das famílias, você ter pelo menos um indicador de que pode fechar uma conta limpando essa questão turística ou não. *Aí* tem umas questões complicadas, quer dizer, que uma parte, o turismo de negócios, você vai colocar ou não vai colocar. O PIB turístico ele, vamos diminuir assim ímpar, no sentido de que ele incorpora, no turismo, uma parte do que é gasto pelas atividades de consumo intermediário, ele considera que, ele transfere para o consumo, então ele amplia o PIB, em parte dessa história. Então, quer dizer, essa é uma questão metodológica. Então você teria que saber o seguinte: o que as empresas gastam, em termos de padrão de viagens etc., que geralmente entra na conta de débito da empresa como gasto da empresa. Pra conta de turismo isso seria somado aos itens de serviços, então tem esse detalhe metodológico importante *aí*. Eu não imagino chegar numa empresa,

uma pesquisa da gente, e perguntar o seguinte: quanto é que vocês gastam de viagens, quanto é que foi para negócio ou não, se você tem a rubrica negócios.

Então, essa fronteira da Conta Satélite de Turismo tem uma série de pequenos detalhes que a gente tem de discutir, pensar junto Ministério [do Turismo] e IBGE, ou alguém, de forma que você vai gradativamente completando esses detalhes e outros. Agora, o núcleo mesmo é as contas e detalhamentos das contas, mais, fundamentalmente, essa pesquisa de consumo emissor e receptor. Isso já teria um enorme avanço, já permitiria ter uma conta de turismo. E, a partir daí, as discussões sobre se você vai trabalhar o turismo de negócios, se não vai? Faz parte do contexto da conta [satélite de turismo], mas de repente não é uma coisa que interessa pra você levantar numa conta num primeiro momento sem ter todos os detalhes pedidos. É melhor assim do que não ter nada.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** A indicação da conta é que ainda são fracas. Você pode ter despesas de viagens, mas, é fraca, e depois esses conceitos de viagens, é também é um conceito complicado, porque tem os excursionistas, que sequer pernoita, então é aquele cara que se acomuna na fronteira, aquele cara que está na cidade brasileira...

**Décio Kadota (FIPE):** Inclusive muitas das viagens a negócios são tipicamente o cara que vai e volta no mesmo dia, mas é considerado um gasto, na medida em que ele sai do que se chama de o entorno habitual.

**Roberto Olinto (IBGE):** Isso é mais uma, entorno habitual até hoje...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** É, isso é complicado. Por exemplo, o cara é de Caxias e vem ao Rio de Janeiro para visitar o Pão de Açúcar, é turismo. Mas se ele vem todo dia pra trabalhar é o entorno habitual. Então não é turismo. Isso é um problema que começa na definição da pesquisa. O que se imaginava eram duas pesquisas, uma internacional, que seria essa das fronteiras (rodoviárias, aeroportos, portos), que seria para saber, classificar quem entra, quem sai, mas essa pesquisa tem uns problemas muito complicados, por exemplo, eu agora fui a um congresso em Miami, eu voltei destruído, no avião, com a minha hérnia, se alguém me para no aeroporto, na chegada, para saber quanto que eu gastei em Miami, eu acho que eu *trucido* a pessoa. Quer dizer, então, ela tem que ser uma pesquisa muito rápida. Então, *aí*, a gente pensa na pesquisa domiciliar, uma pesquisa que capte também informação sobre viagem internacional. Porque *aí* você está no ambiente, no domicílio da pessoa, tem mais tranquilidade. Então, *aí*, tem o problema da sazonalidade. Então, na proposta que a FIPE fez ao Ministério [do Turismo], existem duas alternativas para resolver essa questão da pesquisa: uma é atrelar ela à PNAD-C ao longo de um ano. Então, ao longo de um ano, a PNAD-C vai sair no questionário. Mas, *aí*, tem um problema: dois terços dos municípios brasileiros não viajam. Tem que usar uma técnica de amostragem inversa, como a gente usa em outras pesquisas, como nas de síntese, na economia informal urbana, que a gente, primeiro, faz a pesquisa para saber se o cara estava ou não estava, pra depois fazer a pesquisa com quem estava na economia informal. Mas, é uma coisa que me assusta, porque pegar um ano de PNAD-C, são oitocentos e tantos mil domicílios...

**Roberto Olinto (IBGE):** *Aí*, eu não sei não. Por exemplo, a gente da PNAD-C, eventualmente, você poderia ter, não em um ano, um suplemento, a PNAD-C tem os suplementos dela, mas de que maneira você inseria durante um período, um trimestre fazendo levantamentos, um trimestre segundo expansão para um ano...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Então a ideia seria...

**Roberto Olinto (IBGE):** Um suplemento simples...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Como uma POF, a poderia adicionar como um suplemento.

**Roberto Olinto (IBGE):** Porque, na verdade, você tem uma POF contínua, quando a POF contínua deslanchar, no próximo ano, já fica mais viável, porque você tem a pesquisa de consumo continuamente. Mas...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** A ideia básica era o seguinte: assim, fazer uma coisa que, num ano base você faria em pesquisa grande, ou seja, ou PNAD-C ou o Ministério [do Turismo] pagaria uma pesquisa maior, e, *aí*, uma subamostra desta pesquisa seria acompanhada por quatro anos, tem outra pesquisa à parte. Então a ideia é assim, por exemplo, se trabalha com o período de referência do mês anterior, você começa em fevereiro e pergunta janeiro, *aí* vai até janeiro do ano seguinte pra perguntar dezembro, fechou um ano, você tem todos [os meses], dá pra lidar com a sazonalidade. *Aí* você pegaria, por exemplo, quem foi pesquisado em fevereiro, faria uma subamostra e esse cara responderia por quatro anos, só fevereiro. Só em fevereiro, uma vez no ano. E, *aí*, essa pesquisa, não me parece uma pesquisa para pensar em colocar o IBGE, porque seria uma pesquisa que você faria em *websurvey*, se o cara não respondesse quando recebesse um e-mail, faria um aplicativo, faria um *telephone interview*, e, em último caso, se o cara não tivesse nada, *íá* lá. Mas uma subamostra bem menor, e *aí* teria para avaliar fluxos, o que está acontecendo, o que está mudando. E *aí* depois viria uma outra pesquisa grande. O projeto foi desenhado desse jeito. E, na hipótese das pesquisas grandes, seria, O José Francisco sonha, eu já faria a primeira, *aí*, provavelmente, o Ministério [do Turismo] contrataria, faria esses quatro anos seguidos etc. E, obviamente, como ninguém podia falar pelo IBGE, a gente deu uma alternativa de uma outra pesquisa contratada pelo Ministério [do Turismo]. Então, óbvio que na pesquisa contratada pelo Ministério [do Turismo] o tamanho da amostra é menor, mas, *aí*, a gente pode usar essa técnica de amostragem inversa, que habilitando os domicílios, quer dizer, em vez como mês simples, quer dizer, a gente quer o setor, descobriram quais os domicílios tinham economia informal. *Aí* pegou os subconjuntos e selecionou, a gente pode fazer isso com uma técnica de amostragem sequencial e que a gente vai, simultaneamente, fazendo *streaming*, vai incluir um levantamento pertencional da população de interesse e se pertence se já é previsto. E, *aí*, seria uma pesquisa que teria que ser mais modesta. A gente fez umas simulações com alguma coisa em torno de quarenta mil domicílios com viagem. E a matriz que a gente conseguiria fazer, seria uma matriz de origem/destino, somando basicamente entre os estados. Porque tem um problema, se eu quero saber o turismo receptor no Acre, eu preciso de uma amostra bem maior em todo o resto do Brasil, sem falar o número de pessoas que vão ao Acre né, quer dizer, então, mas, de qualquer maneira, teria margem, não de influenciar, mas de pelos de dar uma ideia de um lado e do outro, e essa pesquisa incluiria a informação mais detalhada sobre a viagem internacional. E a gente pensava também que aqueles, minha filha trabalha numa construtora e os caras saem, ela trabalhava na OAS, ela foi mandada embora por causa da Lava-Jato, a OAS fechou, praticamente tudo fechou só continuou a construtora, mas o chefe dela, por exemplo, cuidava da OAS-empresendimentos, então ele cuidava do Rio de Janeiro, São Paulo, ele *íá* até o Sul, ele vivia viajando. Então, num momento que você pegasse esse cara na amostra, você

pegaria ele também, agora quem pagou a viagem? A empresa! Então através de uma [pesquisa] domiciliar você conseguiria uma estimativa do que foi turismo comercial também, pra tentar separar essa informação. Agora o sonho de todo mundo seria fazer isso dentro da PNAD-C, porque, *aí*, você teria uma amostra suficientemente grande pra poder abrir tudo isso com margem de erro bem baixinho...

**Roberto Olinto (IBGE):** Isso dá para pensar. Tem que propor. As pessoas da PNAD-C. Eu sempre disse, se o Ministério [do Turismo] botar dinheiro...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** É, que não é barato...

**Roberto Olinto (IBGE):** É, não é. O IBGE não pode. O problema da pesquisa, o IBGE tem um problema de orçamento hoje, provavelmente terá ano que vem, para sustentar qualquer encargo extra. A própria POF mesmo já foi adiada, em função de contenção.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** A POF, o Censo Agro, contagem de população...

**Roberto Olinto (IBGE):** Não, a contagem foi morta...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O que é pior ainda...

**Roberto Olinto (IBGE):** Não faz sentido. Você vai fazer uma contagem de 2017 para fazer o censo de 2020. Não faz sentido. O gasto é monstruoso. Mas o Censo Agro, pelo que eu li no texto, pelo que saiu numa nota do Ministério [do Planejamento, Orçamento e Gestão], saiu uma nota, e está lá, o Censo Agro será mantido, e eu acredito no Censo Agro, foi, foi mantido. E a POF, esta está certa, e a gente fez, o que foi acertado com o Ministro foi que a POF só pode ir a campo se ele liberar o concurso que nós pedimos. E, *aí*, como o concurso só vai sair no ano que vem, não tem como. Mas a POF sai. Sai a partir de março.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O Edilson se aposentou?

**Roberto Olinto (IBGE):** Quem?

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O Edilson.

**Roberto Olinto (IBGE):** O Edilson se aposentou.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O pessoal da POF estão todos aposentados, tirando o André Martins que é novo.

**Roberto Olinto (IBGE):** O resto, tudo. O Edilson tem sido visto na Fundação Getulio Vargas, que pega todo mundo do IBGE que aposenta. Mas, é...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Eu também já recebi proposta da FGV-Pesquisas...

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu acho que a ideia dá para discutir. É uma discussão junto com o pessoal, dizer, olha, as contas, a conta é uma opinião, com a saída da Andreia, que foi cobrir um buraco no comercio, a parte da Conta Satélite de Turismo ficou...mas isso por concurso pode-se dar uma...e com o pessoal da POF também para, da POF e da PNAD-C para ver quais são as possibilidades pra se inserir isso.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** A PME aproveitou a amostra da POF, da PNAD-C, agora o do Ministério [da Saúde] entrou com tudo, pagou tudo.

**Roberto Olinto (IBGE):** Pagou tudo. Pagou tudo, entrou em cima da PNAD-C, e só a parte de exame laboratorial é que ficou com o Hospital Sírio-libanês de São Paulo, complicadíssimo. Não foi muito simples de fazer.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Mas também há uma coisa muito engraçada aqui, o IBGE entrou como IBGE para fazer pesquisa para o Ministério da Saúde, e o pessoal do Sírio-libanês entrou como Ministério da Saúde e as famílias entrevistadas não associavam a pesquisa do IBGE com essa do Ministério [da Saúde]. Eu me lembro que eu até conversei isso num seminário de metodologia do IBGE que na realidade a gente deveria ter orçado não a entrevista simplesmente, mas o acompanhamento do entrevistador para coleta de material. O cara teria que ir lá duas vezes porque já conhece o local, já conhece o setor, já conhece o domicílio, e ele iria [novamente]. E eu falei para o chefe lá da PNAD-C que a ideia mesmo eu não gostava, que era treinar o pessoal do IBGE para tirar sangue, sem pensar nisso, maluquice.

**Roberto Olinto (IBGE):** A gente não pode botar a mão em ninguém, pra começo de conversa. Alguém da área que possa botar a mão...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Treinados para fazer isso, exatamente...a minha frase foi: eu jamais darei meu braço pra um *morceguinho* do IBGE, um *morceguinho* profissional...

**Roberto Olinto (IBGE):** [...] O cara do IBGE vai começar a te apertar? A probabilidade é altíssima, você tem vários casos de pessoas reclamando.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** É verdade, a instituição não pode entrar nisso. Mas, por exemplo, acompanhar e dizer: ó, ele agora veio aqui fazer os exames e continuação de tudo que a gente já conversou etc, e deixar o cara entrar.

**Roberto Olinto (IBGE):** A ideia é ir um cara do IBGE identificando um cara da Saúde, já avisado, então chegava lá e acompanhava.

**Luiz Fernando (FIPE):** Para você acompanhar o roteiro [de questões].

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Desculpe, eu estou conversando aqui. Parece que tem um roteiro aqui...mas *ai* já pensou em conduzir né...

**Luiz Fernando (FIPE):** É só para você acompanhar, Maurício [o roteiro de questões entregue ao Maurício]..primeiramente nós aqui, muito obrigado à vocês, ao IBGE, principalmente...

**Luiz Fernando (FIPE):** Podemos começar? Bom Roberto [Olinto], o roteiro, ele busca a visão do IBGE com relação à Conta Satélite de Turismo que o Ministério do Turismo vem tentando desenvolver. O Maurício com as pesquisas de turismo internacional e interno fará as intervenções que achar necessárias, pois ele está mais a par disso. O Décio com relação ao roteiro inteiro. E eu vou acompanhar eles *ai* também e tal, porque eu estou preparando [preliminarmente] este relatório e pra mim é de extrema importância. O senhor quer fazer [Décio Kadota]? Posso fazer? Então, a primeira parte do roteiro é esses aspectos mais gerais, e a primeira pergunta é como o IBGE vê a atual produção de estatísticas de turismo no Brasil?

**Roberto Olinto (IBGE):** Como o IBGE vê, está certo...a sensação é de que você não tem estatísticas de turísticas no Brasil isso é mais ou menos um marco, quer dizer, o que existiu até hoje foram algumas pesquisas, ou como as pesquisas de hospedagem que o IBGE fez no passado, ou variáveis dentre pesquisas, que tinham colocação dentro da POF. Mas, quando você pensa exatamente em fazer estatísticas turísticas você teria que ter um marco de referência, ou seja, eu quero fazer estatísticas turísticas para quê, exatamente? Isso é mais ou menos o que a gente estava conversando aqui. Hoje, cada vez mais, você tenta

fazer estatísticas tendo qual é o marco de referência para você orientar suas estatísticas para atender este marco. Quer dizer, os marcos. Seria as Contas Nacionais, especificamente a Conta Satélite de Turismo, que te orienta basicamente no que você precisa, basicamente, para fazer uma Conta Satélite. Não quer dizer que não tenha outros marcos possíveis para turismo, mas, se isso foi feito, ou alguém quer, ou alguém pensou, mas não tem uma lógica permanente e continua de produção de estatística de turismo.

**Luiz Fernando (FIPE):** Mais alguma observação?

**Roberto Olinto (IBGE):** Não.

**Luiz Fernando (FIPE):** Maurício?

**Luiz Fernando (FIPE):** Então, podemos passar para a segunda?

**Roberto Olinto (IBGE):** Sim.

**Luiz Fernando (FIPE):** Quais são as principais experiências do IBGE na produção ou utilização de estatísticas turísticas e os condicionantes para a elaboração da Conta Satélite de Turismo? Os principais entraves? As principais necessidades de melhorias? Seriam só aspectos metodológicos? O marco referencial para produzir?

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu vou falar de Conta Satélite, a minha concepção de Conta que eu acho que é importante. Quando se pensa uma Conta Satélite, pra começar a Conta, você tem que construir uma equipe multissetorial ou multiagências, no sentido de que tem que ser uma equipe dum grupo do IBGE, que entende de determinada coisa, um grupo do Ministério [do Turismo] ou outros parceiros envolvidos nesse projeto, pra trabalhar junto. Nenhuma Conta Satélite funciona sem esse tipo de organização. *Aí* a velha ideia da plataforma institucional, que o José Francisco tenta há anos, de forma que você tem que fazer um acordo, e botar gente para trabalhar e tem que ter um grupo fazendo a gestão, que é um grupo que tem uma importância inicial muito grande, mas que depois, com o desenvolver do trabalho, esse grupo perde. Então, um grupo executivo. Um grupo de trabalho, e esse grupo tem que juntar uma série de competências e conhecimentos. Isso pra começar a pensar a Conta Satélite. E sobre isso, quer dizer, estabelecendo um marco, começar você a desenvolver as estatísticas. Então, quer dizer, a diferença do IBGE clara é a seguinte: a gente tentou fazer a Conta. Por uma questão de pruridos, não ia chamar de Conta Satélite, até tem vários países que chamam de Conta Satélite mas, na verdade, mal chegam a estatísticas *vagabundas*. E, *aí*, a gente chamava de economia do turismo. A lógica da gente é sempre começar com economia do. A gente fez isso com a Conta [Satélite] de Saúde, era economia da saúde, até que passou para Conta Satélite. E a gente nunca passou de economia do turismo para Conta [Satélite] do Turismo.

Um dos pontos-chave dessa história sempre foi a questão do detalhamento, como a conta exige o detalhamento do consumo, a gente necessitava de pesquisa de consumo, isso era o principal. Com essa pesquisa de consumo, independente do marco que precisa, poder-se-ia ter avançado para uma Conta Satélite, mesmo que fosse incompleta, mas ela teria cara. Poderia ter, *aí*, como o Maurício já comentou, não é do turismo de negócios, mas entra depois. O núcleo era esse, então esse era o grande entrave. *Aí* onde é que entraria esse grupo. Exatamente para avançar nos detalhes, em alguns momentos se você tiver algum tipo de rateio, em alguma pesquisa específica, um dado que não é do sistema estatístico, mas que vai usar

para fazer algum tipo de aproximação. Esse tipo de análise é que esse tipo de grupo tem que estar trabalhando junto.

Com o aumento do conhecimento, você começa a sugerir melhoramentos ao sistema estatístico. Então eu acho que o grande entrave foi esse. A necessidade de melhoria é ter um marco e você ter uma lógica de desenvolvimento estatístico de médio e longo prazo. Não adianta, sabe, pensar lá, vamos fazer pesquisa, eu tenho na minha mesa uma pesquisa de hotelaria, ótimo. Vai servir pra quê? Na verdade, vai servir pra ser mais uma estatística. Pode ajudar? Pode. Mas só que se não for contínua, se não for dentro de uma lógica de perenidade, não serve pra nada. Sabe, é uma informação no tempo.

**Luiz Fernando (FIPE):** E no curto a médio prazo, o que vocês pensam? No médio e longo prazo teria essa plataforma interinstitucional...

**Roberto Olinto (IBGE):** Na verdade, para incorporar no programa de estatísticas do IBGE algum tipo de pesquisa, isso teria que já ter esse grupo formado, e uma discussão conosco de exatamente aonde poder-se-ia colocar. Ou, as pesquisas de hospedagem, vão ser feitas sistematicamente, ou na PNAD-C vão ser, essas questões vão ter que ser pesadas, mas no tempo inteiro tendo um norte.

A pesquisa de hospedagem que está na minha mesa até pra discutir com a presidência [do IBGE], a gente pode fazer. É uma pesquisa rápida, pequena. Mas, atende ao Ministério [do Turismo]? Atende, mas a grande questão é: o que a gente vai fazer depois? Não faz. A gente já fez uma vez, vai fazer novamente? Vai fazer daqui a três anos? Qual é a periodicidade? Ela vai servir para a Conta [Satélite de Turismo], então, estabelece, na verdade, um vínculo de um sistema onde você tem a pesquisa com uma determinada lógica, que serve para alguma coisa, senão morre. Certo?

**Luiz Fernando (FIPE):** Roberto, com relação à pesquisa de terceiros, o IBGE teria planos de uso de informações, por exemplo, da FIPE, da própria FGV?

**Roberto Olinto (IBGE):** Na verdade, se você estabelece um grupo, uma coisa que a gente estabelece sempre é a seguinte: Conta Satélite e Conta Nacional a coordenação é do IBGE. O núcleo, o grande núcleo, é. Agora, nada, eu não vejo nenhum impedimento, de que dentro, estabelecida uma plataforma institucional, então você trabalhe com informação de várias fontes, não tem o menor problema, desde que se esteja organizado, dentro deste grupo gestor, e se estabeleça exatamente o que se vai fazer. O grupo da Conta [Satélite de Turismo], a gente usa isso em Contas Nacionais informações de todo mundo. Em Contas Nacionais, passou na rua a gente pega pra perguntar alguma coisa, a gente não tem como. Fazer Contas Nacionais é isso.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Eu vou dar um exemplo, por exemplo, para a Conta [Satélite] de Saúde, que ela envolveu a FIOCRUZ, envolveu um grupo enorme de pessoas dentro da FIOCRUZ trabalhando, e isso...

**Roberto Olinto (IBGE):** FIOCRUZ, ANS, Ministério da Saúde, o IPEA, a diretoria de política social, se não me engano. Acho que era. Envolveu todo mundo.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Trabalhou com sistemas de informação que o Ministério [da Saúde], como a AIH, Coordenação de Internação Hospitalar, coordenação de procedimentos que tratam de complexidades, quer dizer, sistemas que estavam dentro do SUS que davam informações, e, aí, precisavam complementar



com o sistema privado, e entra a ANS com as informações dos planos de saúde etc., intervenção, e não foi uma constituição simples, foram anos, né.

**Roberto Olinto (IBGE):** Olha, foi muito tempo. Pra Conta [Satélite de Saúde] se estabilizar, hoje estaria estabilizada, ela é bianual, de dois anos em dois anos. Mas, foi muito difícil estabelecer o arranjo, estabelecer, inclusive, a organização hierárquica disso, porque houve um momento que o Ministério da Saúde, algumas pessoas começaram a, isso é clássico em toda Conta de Saúde, a usar mais para, digamos assim, *marketing* pessoal do que para fazer. Houve um dia que, assim ó, ou volta pro ritmo ou o IBGE sai fora, e, *aí*, voltou. Até esse tipo de coisa aconteceu. E é fundamental ter uma equipe envolvida, ou seja, a equipe de saúde tem uns três ou quatro malucos lá dentro que trabalham feitos loucos pra fazer isso. Isso é importante, ou seja, você tem um compromisso. Então eu acho que isso é fundamental. Agora, o IBGE não tem, ao contrário, ele usa, nos seus sistemas, informações sem problema nenhum. Contas Nacionais, você não consegue fazer um sistema de contas sem usar informações...

**Luiz Fernando (FIPE):** Informações que estiverem disponíveis...

**Roberto Olinto (IBGE):** O que tiver. Nossa briga atualmente chave é com a Receita Federal. O caminho do sistema estatístico é de dados fiscais identificados, e a Receita não dá, pois o sigilo fiscal é maior que o sigilo estatístico. É a nossa briga. Mas esse é o caminho. A gente já recebe os dados, mas com algumas agregações funcionais nas contas. A ideia da gente é usar os registros administrativos cada vez mais, se não houver outro caminho para registros estatísticos oficiais.

**Luiz Fernando (FIPE):** Bom, pergunta 3: Considerando as pesquisas produzidas pelo IBGE, como a instituição avalia a possibilidade de disponibilizar estatísticas de turismo que sejam representativas dos subsetores que compõem a atividade, no caso, por exemplo, a CNAE, e a representatividade das Unidades da Federação?

**Roberto Olinto (IBGE):** Bom, a ideia do subsetor, a princípio, há a limitação das pesquisas econômicas, mas, a princípio, a gente tem representatividade de três dígitos a quatro dígitos em alguns casos, sem problema nenhum, ou poderia até mais, quatro dígitos, na CNAE, pelo menos. Então, isso é, na verdade, a representatividade é uma questão a avaliar as pesquisas do IBGE. Obviamente você vai chegar, quer dizer, em um determinado nível de detalhe com insignificâncias de dados, mais *aí* entra outras informações externa que se faz, ou alternativa tem que ser pensada. Por olhando por Unidades da Federação, as coisas, as respostas são mais ou menos as mesmas, ou seja, as pesquisas são representativas, *aí* você tem um problema de. As pesquisas simples comércio são mais simples, a pesquisa industrial é mais complicada, porque hoje as pesquisas são feitas por empresas, a parte da unidade local é feita em uma parte grande por rateios, daí você tem alguns dados das unidades locais que é o que permite a regionalização, mas se trabalha com rateios, o sistema de contas regionais trabalha a partir dos dados da empresa. Então, na parte industrial isso pode ser um pouco mais complicado, se bem que a gente faz. O sistema de contas regionais detalha isso, ele trabalha por isso. Isso pode ser um dos caminhos, se se pensa regionalmente, é trabalhar na área de contas regionais. Agora, historicamente, o projeto da Conta [Satélite] do Turismo começou com uma pessoa, um professor que trabalhava no IBGE junto com a gente e que cismou de atender um pedido do

Ministro que fazia [contas] regional, de ter consultoria, veio o pessoal do IPEA uma época fazendo conta regional, e fez uma validação no Brasil, junto com as Contas Regionais, fazer uma Conta do Turismo Regional. A conclusão que ele teve naquela época era que nem pensar, porque você não tinha informação básica regional, e a ideia era fazer pra todos, e, aí, o problema de fluxo anterior você não tem, você não teria como fazer isso. Então quer dizer, o corte regional é muito mais difícil. A minha opinião é o seguinte: a gente já é razoavelmente ignorante no corte nacional, então, baseando-se no nacional, sem ser meticuloso, depois que você toma pé conhece a coisa, daí você parte adiante. É aquela história a gente discute muito com o pessoal do CONDER de Pernambuco. Eles queriam fazer uma conta de qualquer maneira, o Maurílio que presidente do CONDER, ainda é, ficou chateado, porque não dava. Pernambuco não tinha informação, simplesmente isso. *Aí* se discutiu, inclusive, na possibilidade de se desenvolver estatísticas regionais de turismo. *Aí* quando se foi discutir com as Secretarias Estaduais de Turismo, *aí* é uma desgraça, porque a Secretaria Estadual tem o Secretário, seu secretário, sua secretária, dois assessores e mais nada, quer dizer ele faz política não estatística, ele faz política de turismo para o Estado. Não tem informação.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Primeiro é o seguinte: Quando eu penso no Brasil, eu tenho que cuidar de quem veio e quem foi para fora. Quando eu penso no estado, o internacional é o resto do país. E quando eu penso no município, o município vizinho é estrangeiro. Quer dizer, então, *aí* possível é, claro que é. Tem dinheiro? Porque se eu tivesse uma amostra gigantesca em torno dos municípios, eu resolvia esse problema.

**Roberto Olinto (IBGE):** Quem eu me lembro, na época, quem estava melhor nisso é o Paraná, o IPARDES, estava muito envolvido nisso, mas eu acho que o projeto morreu, tinha até um domínio em campo que trabalhava lá, mas eu nunca mais vi essa história. Eu cheguei a ir várias vezes a Curitiba e cheguei a discutir com ele isso, e quem estavam mais organizados sobre isso, eles tinham estatísticos, e a Bahia que tinha algum esforço sobre isso. O pessoal da SEI da Bahia que estavam envolvidos nas contas regionais também tinham interesse em turismo. Agora eu não vi nenhum projeto desses avançar nesses últimos anos, não sei o que está acontecendo, mas é que sempre a questão que você não tem informação regional mesmo, e eu acho que começar um projeto desse tipo já querendo regionalizar, é dar um tiro no pé. Em primeiro lugar aprende a fazer direito no Brasil, e depois você vai ver o que você pode fazer. Até porque, necessariamente, em nenhuma conta regional vai ser simplesmente sete unidades, não vai ter. Você nunca vai fechar uma matriz de fluxos direto. Então, talvez com o tempo você possa ter. O que alguns países, eu discordo com fazer isso, é a conta de turismo, assim, para Mallorca, e está por ali, se eu bem me lembro ainda tem lá uns arranjos que é o seguinte: tudo que existe em Mallorca é turismo, não interessa os detalhes. Se Mallorca é turismo, então turismo, então tudo é turismo.

Então tem essas questões e eu acho *aí* é ir devagar.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O Canadá que é o mais desenvolvido. Ele tem a Conta Nacional, a regionalização é só os rateios, é só rateios que eles fazem. Eu lembro quando eu entrei, uma reunião no *Statistics Canada*, ótimo, então toma esse papelzinho aqui, e quando o senhor sair o senhor entrega. O papelzinho dizia em que cidades eu fui, quanto eu gastei, quanto que eu gastei em hotéis, então, agregados resumidos, assim, alimentação, e, na saída, esse papelzinho ficava lá. E, assim, eles controlavam o turista

que veio para o país. Agora, lá é completamente diferente. O *Statistics Canada* tem acesso a todo registro administrativo do país. Então, se o registro administrativo tem uso estatístico, está no *Statistics Canada*, até o imposto de renda é processado lá, e identificado. Processado lá, processado lá. Então é *aí* que acontece o seguinte: eles têm uma informação muito grande. Agora, os fluxos internos são muito complicados. Aquele problema do [Antonio] Massieu de fazer o subnacional, subnacional o valor é complicado, muito complicado. Tem que fazer primeiro o nacional, para aprender.

**Roberto Olinto (IBGE):** Tem que tomar muito cuidado. Tem duas linhas: ou você faz bem feito, ou faz, digamos assim, por aproximação, pra não dizer chute, que é o que muitos países fazem. Conta Satélite hoje, como Conta Satélite faz parte de um *marketing* do sistema estatístico do país, você tem Conta Satélite pra tudo. E quando você começa a discutir, porque eu tenho uma Conta para uma região assim, assim, assado. Foi feita pela universidade tal. E entra oficial. Então, quer dizer, você tem dois caminhos: essas contas, elas não se sustentam muito. Você faz uma vez, *aí* você apresenta, seminário internacional, vai pra CEPAL, essas coisas todas, depois morre. Vários países fizeram isso e caíram em descrédito, porque já existe uma crítica muito grande internacional sobre isso.

E então é pensar aquela ideia da gente, das nossas economias do turismo para uma Conta que avançava muito numa linha básica, e depois tomava pé, criava conhecimento e avançava. É um projeto de dez anos.

**Luiz Fernando (FIPE):** Entendi!

**Roberto Olinto (IBGE):** Claro que uma coisa que a gente sempre diz é que você tem que publicar pra você ouvir falar, durante anos, um projeto desses, pra ele persistir, você tem que começar a publicar determinadas coisas, pra tomar pé, e até pra gerar uma discussão com os usuários. Então pode esperar cinco anos sem fazer nada. Mas pode sair discutindo falhas, seminários, isso é muito importante.

**Luiz Fernando (FIPE):** Pergunta 4: O IBGE conhece as recomendações feitas às autoridades nacionais de turismo, e em particular ao Brasil, à renovação e metodologia das pesquisas de turismo internacional e interno no âmbito do PROJETO CONESUL, não sei se vocês receberam do Ministério do Turismo?

**Roberto Olinto (IBGE):** Não. Eu pelo menos não conheço. Não sei se alguém recebeu aqui dentro. Nunca ninguém me falou nisso.

**Luiz Fernando (FIPE):** Entendi!

**Roberto Olinto (IBGE):** Não quer dizer que uma pessoa não esteja recebendo ali, e não tenha divulgado.

**Luiz Fernando (FIPE):** Então o Senhor desconhece essa recomendação. Agora, entrando mais a fundo nas características da Conta Satélite [de Turismo] mesmo, os detalhes que o IBGE poderia nos proporcionar. Como a publicação da “economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica de 2003 a 2009” se relaciona ao projeto de Contas Satélite de Turismo?

**Roberto Olinto (IBGE):** É mais ou menos o que eu já havia te dito. A conta economia do turismo era o embrião da Conta Satélite [de Turismo], chamava-se economia exatamente porque ela não estava integrada, e essa integrada significa o quê? Você não fazia, primeiro os dados de consumo detalhados, e ela não fechava uma coerência completa das estatísticas do turismo, o que é produzido é consumido, tinha alguns dados que eram dados de oferta e dados de demanda, mas não tinha o que a gente na área de contas chama de ponto de

equilíbrio de oferta e demanda, para isso você precisava ter e avançar mais. Mas a lógica da economia do turismo é sempre uma lógica, que eu estava dizendo agora, de você ter alguma coisa publicar para criar demanda ou criar conhecimento, e, em seguida, avançar. O que aconteceu, há, está aqui, já vou para o segundo, o processo parou exatamente pela falta da [*não concluiu a frase*], não foi nem por falta de pessoal do IBGE, porque você tinha uma pessoa trabalhando nisso e poderia avançar, ele parou, por um lado, pela mudança do sistema de contas das recomendações de 2008, então não valia a pena avançar em nenhuma conta satélite, porque você iria mudar o conceito. Então parou o turismo, parou a saúde, parou a cultura, mas o fator mais importante era a falta exatamente das estatísticas de consumo, isso era o ponto que a gente precisava para avançar para ter uma Conta [Satélite de Turismo], além da plataforma institucional e a definição do grupo gestor funcionando, um grupo executivo e uma equipe para trabalhar junto. Ou seja, esses fatores todos vão se somando, mas eu diria, o mais importante, em termo institucional, é ter a plataforma [institucional] e, em termos estatísticos, é a parte de consumo. Se a gente tivesse consumo a gente poderia ter avançado um pouco mais, e ter uma pequena equipe *aí*, hoje em dia é uma pessoa que cuida.

**Décio Kadota (FIPE):** Você acha que do lado da oferta em relação à identificação do que que seria os setores que contribuem exatamente...você acham que o IBGE está...quando alocar aquilo?

**Roberto Olinto (IBGE):** Quando alocar aquilo. O que que é turismo. Praticamente as pesquisas econômicas te dão bem isso, não tem problema nenhum.

**Décio Kadota (FIPE):** A questão de tributação, a parte informal etc., essas coisas todas estão...

**Roberto Olinto (IBGE):** A gente faz, a gente trabalha a partir da PNAD-C, *aí*, no sistema contas, a gente ajusta a oferta e a demanda. Pra, [...], isso não é feito.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Estou me sentindo em 1974, quando o professor Ricardo deu uma aula e disse assim: colocou a conta de produção, escreveu no quadro negro e disse assim: aqui que é o consumo, a gente pega sempre o que é o resíduo, mas é um resíduo que não pode ser tratado como resíduo porque está na faixa de sessenta, sessenta e cinco por cento, então é por isso que nós vamos fazer as pesquisas de consumos e orçamentos familiares pra poder ver aonde e confere que dá. Eu acho que o Roberto está dizendo é a mesma coisa. Seria uma conta de consumo.

**Roberto Olinto (IBGE):** É a chave! Porque *aí* nós já temos a conta de consumo, você teria de detalhar esse movimento pra turismo. Poderíamos aproveitar para outras coisas. Por exemplo, na Conta [Satélite] de Saúde, ajudou muitíssimo a gente trabalhar na Conta [Satélite] de Saúde, até para a identificação de uma série de gastos, que *aí* é mais gastos de governo mesmo, mas que não estavam identificados. Para a identificação, a gente tinha a oferta de medicamentos, tinha que ter, o que que é a distribuição gratuita, aluguel de camas pelo SUS, que a gente não tinha, então essas coisas todas foram avançando e foi detalhando. Tem umas coisas também

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** A Conta [Satélite de Saúde], foi-se enriquecendo...

**Roberto Olinto (IBGE):** Foi enriquecendo. O pessoal mexeu muito nela. Então tem isso. *Aí* com o tempo você vai, não, pera *aí*, por exemplo, você tem uma cota de turismo por aqui que é como você vai trabalhar com dados das empresas de turismo, porque você tem os dados gerais das empresas de turismo, operadoras de

turismo. Como é que é? Quanto é que ela comprou de passagens, de hotel? Você não tem. Então é aquele detalhe que você vai ter que fazer. De alguma forma, vai ter que ser feito. E *aí*, por exemplo, seria uma pesquisa externa, pois o IBGE não faz este tipo de pesquisa, ou da operadora. Não faz até porque a gente não consegue chegar nesse nível de detalhe. Então é o seguinte: Se é que algum dia eles podem nos informar, quanto é que o seu gasto, quanto é que você comprou de passagem, pacotes, detalhando pacotes. Então são esses pontos que são importantes. Antes disso, você tem que ter as grandes pesquisas, senão você não avança nisso.

**Luiz Fernando (FIPE):** Em relação a cada uma das tabelas integrantes da Conta Satélite [de Turismo], está na próxima página, Roberto, existem dados suficientes para produzir o detalhamento das tabelas e quais tabelas já estão produzidas, ou quais ainda não estão?

**Roberto Olinto (IBGE):** Na verdade, nenhuma foi produzida, até porque a gente não avançou na Conta [Satélite de Turismo]. Agora, basicamente, é o seguinte: Hoje olhando a Conta [Satélite de Turismo], todas as tabelas de produção, de relação entre atividades, de consumo agregado, são possíveis, o que não acontece são meras tabelas de detalhamento do consumo, esse é o grande problema, essa é a chave. O resto nada foi produzido porque você não avançou nesse trabalho de conta. Mas estudos têm. Era possível fazer. A gente chegou a trabalhar, a economia do turismo faz mais ou menos alguns ensaios sobre isso, o problema maior é de fechamento. Se você não fornece o núcleo da conta de turismo, não tem sentido você trabalhar em coisas capengas.

**Luiz Fernando (FIPE):** Nesse caso, considerando os estudos e pesquisas de responsabilidade do IBGE, existem planos a curto e médio prazo para a obtenção dessas informações, para a produção das tabelas, saber quantos são...

**Roberto Olinto (IBGE):** Na verdade, o grosso a gente já produz. Agora são três níveis. O grosso a gente já produz. O detalhe, por exemplo, as operadoras de turismo, a gente nunca vai produzir. É um trabalho que o grupo de turismo vai ter que desenvolver, a gente nunca vai chegar nesse detalhe, pela quantidade de informação, pela quantidade de pesquisas que o IBGE tem. A outra é a grande pesquisa sobre consumo, que não é de pesquisas do IBGE, que vai ter que ser realizada por uma outra instituição, FIPE, por exemplo, de forma a você, mas *aí* olhando as informações necessárias para a expansão do vetor de consumos.

**Luiz Fernando (FIPE):** Então a questão “E” se enquadraria pelo IBGE.

**Roberto Olinto (IBGE):** É um penso sempre...você tem um núcleo de informações do IBGE, mas, até por suas características, as vezes elas não vão tão detalhadamente como se necessitaria. E *aí* entra, novamente, o marco estrutural, as equipes. O outro lado, a possibilidade de fazer algumas pesquisas específicas. A gente quando muda o sistema de Contas Nacionais, a gente chama de pesquisa marco, que são pesquisas para um ano, e usa ela durante cinco, quer dizer, você admite aquela estrutura a manter uma certa constância durante cinco anos, você não consegue chegar naquele detalhamento, depois de cinco você faz novamente. Então teria esse grupo, não necessariamente é o IBGE que faz, por exemplo, entender a estrutura de gastos de uma operadora de turismo, você faz isso, você vai trabalhando no tempo com aquela estrutura, mas você não vai fazer a pesquisa o tempo todo. E, *aí* sim, a grande pesquisa de consumo, que essa tem que ser

constante, o que não quer dizer que seja anual. A Conta [Satélite de Turismo] não, necessariamente, é uma conta anual.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** A própria POF é de cinco em cinco anos pra dar a mudança na estrutura de acordo com o consumo. Novamente, o IBGE faz de cinco em cinco anos, no intervalo interpola.

**Roberto Olinto (IBGE):** Agora vai ter a “POFINHA”, não vai ter agregado, mas, pelo menos, vai poder balizar os grandes grupos.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Que é exatamente o que a gente propôs para essa pesquisa: uma pesquisa quinquenal grande para dar estrutura e pesquisas anuais de acompanhamento, exatamente porque a gente tem mudanças. Ninguém tem dúvida que agora, por exemplo, a estrutura de consumo do país mudou.

**Roberto Olinto (IBGE):** Aliás, uma coisa que a gente identificou para o adiamento da POF, agora com esse discurso sinérgico vai ser uma loucura, vou pegar uma estrutura de consumo completamente distorcida. Mas esperava, entrou, o país está ainda mais ou menos, o pior é agora, se você olhar energia elétrica, e tal, tudo. Admitir que vai ficar um pouquinho melhor ano que vem, então você vai ajustando.

**Luiz Fernando (FIPE):** Voltando à anterior, Roberto, qual seria a periodicidade ideal que o IBGE teria para se produzir esses dados?

**Roberto Olinto (IBGE):** Olha, tem dois fatores: um é a necessidade da pesquisa. Quer dizer, a gente sabe como é a Conta Satélite [de Turismo], ela não tem demanda enorme. A Conta [Satélite de] Saúde a gente definiu que é de dois em dois anos. A gente criou no meio, só pra ter uma ideia, mas isso é específico da saúde, uma conta, mas é de governo, gastos de governo, que o pessoal do IPEA está fazendo, num ano que não tenha saúde, sai publicação basicamente olhando os gastos dos governos em saúde, pelo IPEA. Que é uma pré-conta de saúde. Só pra você ter. Agora, é aquela avaliação, pode ser dois, na minha cabeça no máximo de três em três anos. E *aí* tem uma razão fundamental, porque você perde equipe. Você perde fôlego. Eu acho, pra iniciar um projeto, a conta tem que sair anualmente, não pra necessidade da conta, mas pela necessidade pra você manter uma equipe funcionando, pra não perde equipe. Depois quando você chegar satisfeito da vida, *aí* dá pra fazer de dois em dois anos. E *aí* também é importante porque você faz o seu objeto, e te dá até a ideia de que se efetivamente você vai fazer de dois ou três anos, até para os usuários. Isso é um problema de aprendizado importante. Eu não vejo a Conta Satélite [de Turismo] de cinco em cinco anos. Porque *aí* a equipe morreu. *Aí* você recupera tudo novamente. Essa ideia da gente trabalhar a Conta [Satélite] de Saúde com essa publicação intermediária, é pra não deixar a equipe dispersar, já é difícil segurar. Até porque precisam de vários órgãos. Então você tem que criar alguma coisa que junte essa equipe, num determinado momento, fazer um produto, para continuar. Isso é fundamental.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Você tem *aí* um problema de inventário e de sucessão, em diferentes órgãos, e isso é uma “coisa” complexa, porque as pessoas depois de um certo tempo não aguentam mais fazer aquilo, então em que ficar treinando quem vai ficar no lugar dela. E isso tem que ocorrer aqui, na FIOCRUZ, na OMS, no IPEA etc.

**Roberto Olinto (IBGE):** É. Você tem que mostrar que a coisa tem utilidade de funcionamento, que não seja a conta, mas pequenos trabalhos. Isso a gente conseguiu na saúde.

**Luiz Fernando (FIPE):** Prosseguindo para a próxima, apesar de você ter mencionado, Roberto, de que não há ainda nenhuma tabela realizada, com dados já padronizados, o IBGE considera que as informações existentes hoje permitiriam a desagregação dos resultados de alguma tabela, de possivelmente que estaria próxima de se concretizar, ou de qualquer outro dado da Conta Satélite de Turismo para as Unidades da Federação, apesar de você ter mencionado aqui que é inviável?

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu acho inviável. Eu acho inviável por uma razão básica. Você poderia até montar, usar a conta regional do IBGE como referência. Mas a questão é que eu não tenho informação turística sobre isso. Talvez, há tenho, eu posso ter a produção de algumas atividades regionalmente, pode ser, mas eu não tenho condições. Tanto é que a conta regional até hoje não tem o lado da demanda, regionalmente eu não tenho consumo nem investimento. Você não consegue ter isso.

**Luiz Fernando (FIPE):** Com relação às dez contas da Conta Satélite de Turismo, as exigências metodológicas atendidas, em particular a pesquisa de demanda internacional e interna, o IBGE teria a perspectiva, para a obtenção dessa primeira conta, supondo a plataforma interinstitucional sendo formada, qual a perspectiva do IBGE em concretizar as dez tabelas, com a plataforma instituída, com as pesquisas de demanda interna e internacional?

**Roberto Olinto (IBGE):** Por exemplo, as tabelas um, dois, três e quatro, são as tabelas que dependem de uma pesquisa à parte. Então essa pesquisa já deveria estar pronta. As demais tabelas, ou seja, até a tabela nove, produção de capital, discutindo uma por uma. As dez tabelas. Cinco, seis, sete, são bases, as contas não são tabelas que fujam ao sistema de contas. Formação Bruta de Capital Fixo turístico por atividades, isso não existe nem para não turismo, você ter o investimento das empresas, hoje você não existe. O que você pode fazer, os dados são ruins, a gente está trabalhando nisso para melhorar até, que é você ter nas pesquisas o que as empresas declaram quanto é que elas gastaram em máquinas e equipamentos etc., você pode usar isso numa POF. Mas, a gente não usa isso em Contas Nacionais porque não é um bom dado, a gente está trabalhando nisso, é só pra ter uma ideia geral.

**Luiz Fernando (FIPE):** As contas nove e dez...

**Roberto Olinto (IBGE):** Consumo turístico, em nível das administrações públicas, estaria junto. Tem dois detalhes que a gente pode ter, em níveis da administração pública é complicado, talvez seja uma tabela a ser discutida. Agora a tabela dez, indicadores não monetários, é a coisa mais simples de se fazer, porque não tem coerência econômica. Não fecha. Quer dizer, o resto é difícil porque você tem fazer o batimento, tem que ter coerência. Agora, o número. Agora, pensando no consumo turístico, estabelecendo o tempo da pesquisa, para você elaborar isso, bota tudo, para fazer uma boa pesquisa dois anos, dois anos, com investimento, a partir do momento que você tem uma massa de dados na mão.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Dados, pessoas...

**Roberto Olinto (IBGE):** Dados, pessoas, um marco pensado. Eu poria *aí*, um período inicial, para desenvolver a pesquisa e treinar a gente, criar conhecimento, discutir, pensar um marco, entender exatamente o que é uma Conta Satélite, o que é uma Conta Nacional, isso num acaso você leva, assim, vamos dizer, um ano para ter uma conta preliminar, para analisar, no segundo ano. O ideal não é sair com a conta para um

ano, é ser pra dois ou três anos. Então pode-se pensar em um período de dois anos, pensando em ter conta pra dois ou três anos. Eu sempre acho que é difícil as pessoas entenderem, que não trabalha em estatísticas, que o tempo estatístico é um tempo diferente, cinco anos para a gente é nada. Para você formular uma pesquisa, incrementar e fazer, é pouco tempo. Agora, doutor, a PNAD-C que saiu, a PNAD-C que saiu, eu estava vendo aqui, tem seis anos, ela começou a coletar dados em 2012, mas antes disso em 2010 ela começou, se não me engano, ou dez ou onze. Então, esse é o tempo estatístico. A PNAD-C ainda não está concreta. Em 2016 a gente acha que resolveu o problema, espero.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Lembrou o doutor Amaro: A unidade de tempo do IBGE é a década.

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu não conhecia essa história do Amaro não, mas é mais ou menos isso.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O censo estabelece as regras e a base metodológica etc., etc., e as pesquisas interpretarem, então o grande salto você só dá depois do censo. Essa PNAD-C, por exemplo, pegou uma primeira amostra média calculada depois que foi feito o censo, teve uma segunda, foi refeita.

**Roberto Olinto (IBGE):** A gente está refazendo agora todo o sistema de informática, porque mudou. Depois de três anos coletando, dois anos na verdade, se mudou, quer dizer, o núcleo básico foi aprimorado, os suplementos. *Aí* o que que acontece, você tem que mudar o sistema. Tem todo um tempo, a pesquisa vai andando, mas internamente você tem que mudar o sistema, está entrando com dispositivos de coleta novo, com as confusões da área de informática. Era Android, passou para Microsoft. Enfim. A PNAD-C começou em 2010 e 2016 ela vai estar razoavelmente madura, na sua adolescência, e daqui uns cinco anos, a coisa já começa tudo novamente, vai ser muito complicado.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Pra você uma ideia, completaram dez anos e a nossa amostra está sem receita, deveria ter uma nova base cartográfica, de setores etc., então...

**Roberto Olinto (IBGE):** O pior ainda, porque com a evolução de TI, você agora, quer dizer, o IBGE está comprando, um DMC - Dispositivo Móvel de Coleta, consegui decorar, novos, pioraram o negócio do geoprocessamento etc. Mas é certeza que vai ter outro. Está tendo uma discussão, vai fazer teste do censo agropecuário com este dispositivo, sobraram alguns que vão botar pro IPC-A etc., quando o censo chegar e quando começar a fazer licitação pro material do censo do ano que vem, não sabe o que vai comprar, que pode ter coisas muito melhor e mais baratas, você pode fazer tudo, você pode voltar para o Android.

**Luiz Fernando (FIPE):** Maurício? Professor Décio, alguma observação?

Entrando na pesquisa de demanda, agora, a pesquisa de turismo interno, mais especificamente, questão: o IBGE conhece a pesquisa de turismo interno realizada pelo Ministério do Turismo?

**Roberto Olinto (IBGE):** O IBGE conhece, eu nunca trabalhei com ela, o pessoal trabalhou.

**Luiz Fernando (FIPE):** E como ela poderia contribuir para o trabalho ou elaboração das publicações do IBGE relativas ao turismo?

**Roberto Olinto (IBGE):** Na verdade o IBGE não faz uso dessa pesquisa. E como o projeto de economia do turismo estava suspenso com a reformulação do sistema Contas [Nacionais], isso parou, na verdade não se examinava nenhuma reavaliação. E, no caso da Conta [Satélite] de Turismo, quer dizer, o projeto estava suspenso contas tinham saído e a gente estava esperando a manifestação do Ministério do Turismo,



exatamente. Se o Ministério do Turismo não se manifestasse, o projeto seria suspenso. Então, agora a gente está considerando a possibilidade de se retomar o projeto.

**Luiz Fernando (FIPE):** Então a justificativa seria essa, para que não...

**Roberto Olinto (IBGE):** Basicamente a gente parou por conta da reforma do sistema de Contas [Nacionais], então essa parte não foi mais analisada.

**Luiz Fernando (FIPE):** Questão quatro: Que problemas ou restrições dificultam para o aproveitamento para estatísticas nacionais e principalmente para a elaboração da Conta Satélite de Turismo?

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu acho que essa questão mais detalhada vocês vão conversar com a Rebeca, com o pessoal da CONARD, eles é que tem, puseram a mão na massa, podem citar detalhes, eu não vou me arriscar.

**Luiz Fernando (FIPE):** Quais os usos futuros pretendidos e por quê?

**Roberto Olinto (IBGE):** Na verdade a gente não tinha, assim, de forma muito dura nem o uso. Porque, na verdade não tinha projeto de turismo, o IBGE não tem projeto de turismo. Quer dizer, o projeto de turismo é um projeto que viria do Ministério [do Turismo], sob patrocínio. Na verdade a gente não tinha nenhuma perspectiva de usar este tipo de pesquisa.

**Luiz Fernando (FIPE):** E há aprimoramento, Roberto, que vocês têm em vista, caso haja essa plataforma interinstitucional?

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu acho que a gente tem que falar com, no fundo a pessoa que mais trabalhou com isso foi a Andreia, então ela pode te dar mais detalhes, quem botou mais a mão na massa mesmo.

**Luiz Fernando (FIPE):** Questão sete: quais os requisitos metodológicos mínimos são exigidos para que os resultados sejam utilizados, particularmente no contexto da elaboração da Conta Satélite de Turismo no Brasil, e das contas regionais, no caso?

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** É uma questão complexa.

**Décio Kadota (FIPE):** Eu acho que a gente pode passar aqui pra articulação institucional, esses aspectos mais...

**Roberto Olinto (IBGE):** Tudo bem.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Requisitos metodológicos seja uma amostra probabilística.

**Roberto Olinto (IBGE):** Seja bem-feita, continua,

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Baixo erro, precisas, periodicidade regular, tem tantas coisas.

**Roberto Olinto (IBGE):** Isso é tudo um projeto.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Eu acho que no fundo, no fundo, isso não é uma pergunta a fazer a ele, é uma pergunta, é uma consequência do trabalho da plataforma que vai ser montada. É essa plataforma que entende isso, é exatamente como vai ser feito, porque, *aí*, a gente vai estar discutindo, inclusive, captação dos recursos, isso é outro ponto importante, porque tudo isso custa dinheiro, e a gente não sabe que dinheiro tem.

**Roberto Olinto (IBGE):** Só pra aproveitar a minha rápida visão aqui, por exemplo, aquele negócio, eu já respondi isso indireta..., é indispensável que a pesquisa de turismo seja realizada pelo IBGE? Não

necessariamente, na verdade, eu acho que o IBGE não tem essas coisas, agora é importante que se tenha que desenvolver dentro de um contexto que inclua todos os parceiros.

**Luiz Fernando (FIPE):** Só uma pergunta paralela a isso, inclusive não está no roteiro, mas acho que é de suma importância, para preparar todo esse cenário de plataforma: a metodologia a ser adotada pelas instituições parceiras ou terceiras, no caso, elas teriam que seguir, por exemplo, uma metodologia já proposta pelo IBGE para se enquadrarem nas publicações do IBGE, ou não?

**Roberto Olinto (IBGE):** A metodologia é o manual de conta de turismo, ou seja, a gente trabalha basicamente com a ideia, é o seguinte: pra você fazer uma coisa comparável, o arcabouço teórico/metodológico é o manual de Conta Satélite de Turismo da OMT, que, não sei se ele está sendo atualizado, se está sendo integrado para a versão de 2008, ou já foi, na verdade, em termos consensuais, o manual de contas referência de 2008, tiveram mudanças importantes, e o manual de conta da OMT. Até para ser comparável, pra ter um marco. Obviamente com um “molho” nacional, interno. Agora eu me repito, essa história de ficar repetindo contas, não me preocupa, não dá pra ficar achando que vai fazer conta, eu insisto, eu acho que isso é o caminho do precipício.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** É mais ou menos como querer abraçar o mundo com as pernas.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Isso é o [Antonio] Massieu porque o Massieu atualmente está num grupo que está estudando o subnacional. Mas, por exemplo, eu estava comentando com o Massieu, eu fiz um trabalho sem entender nada de turismo de Contas Nacionais para Cabo Frio, a preocupação do prefeito: Como é que eu vou me preparar para o volume de pessoas que vem, eu não quantas é que são, eu sei que a cidade fica lotada. Então o que nós fizemos? Pegamos o cadastro de IPTU dele, quem recebia o IPTU fora do município? Pegamos todo mundo do município que a entrega do IPTU era diferente. *Aí* olhamos o tamanho da casa para ter um número de pessoas por residência. Multiplicamos. E depois levantamos todos os hotéis, pensões e *camping*. E no caso do *camping* a gente fez a pesquisa com os caras do *camping*, quantas barracas, quantas pessoas etc., etc. Bom, resultado: o cara tomou um susto, porque a população dele multiplicava por quinze no verão. Mas, pelo menos, ele sabia que multiplicava por quinze. Agora, é um uso muito específico. É uma estratégia, completamente diferente de Contas Nacionais.

**Roberto Olinto (IBGE):** A pesquisa de hospedagem, por exemplo, independente, é uma pesquisa útil para prefeito, a gente não vai a nível de municípios, mas é para ter ideia, antes, de exatamente a possibilidade de receber gente, no mínimo, né.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** O município tem uma outra dimensão. O município não precisa de um cadastro para selecionar uma amostra, o município tem um cadastro das pessoas na secretaria. Ele tem a população completa de pensões, hotéis etc.

**Décio Kadota (FIPE):** melhor informante, né.

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** É exatamente. Ele pode fazer esse trabalho, quer dizer, a lógica é diferente. Agora, tentar regionalizar isso, os caminhos do subnacional são diferentes. Sobre como fazer isso de forma que todos os subnacionais se somem ao nacional, também é outro problema, porque a gente tem milhares de duplas contagens *aí*. É um velho problema de que a gente faz uma pesquisa de orçamento, por

exemplo. Qual a renda do domicílio? Se você for somar a renda de todo mundo, você está somando um fluxo interno, porque o patrão paga a empregada, e, *aí*, você aumenta a renda dos domicílios porque o dinheiro que o patrão deu pra empregada, a mesada que dá para o filho, é um fluxo interno da unidade de orçamento. Você não considera. Você considera os fluxos externos. Esse que é o grande problema, de somar de unidades pequenas para grandes você tem muita dupla contagem.

**Décio Kadota (FIPE):** Eu também acho que a utilidade desse tipo de cadastro é a questão da manutenção, né. Permanentemente você está fechando, está abrindo etc., então você ter uma regularidade num determinado momento é uma coisa, né, vai ter lá seu uso específico. Mas, pelo menos no que o Ministério do Turismo tende a manutenção do cadastro, é uma coisa muito mais complicada e exige...

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Mas é, por exemplo, a empresa de águas estava interessada em toda essa questão, porque ela tinha que se preparar para a produção quando chegasse o verão. Quer dizer, ela tinha que ter esse tipo de informação porque é histórico não ter água em Búzios, não ter água em Cabo Frio etc., e depois que esse estudo foi feito, melhorou muito essa situação, porque os caras passaram a armazenar para o período em que eles usam mais. Foi um investimento que a empresa fez. Amplo, se preparou para a distribuição de energia. Quer dizer, então, essas coisas são importantes. Mas não é pra medir a economia do turismo, e sim para você vivenciar uma... Você já passou um *réveillon* ou um carnaval ali por perto de Búzios, terra de Búzios, que se tocava uma música e anunciava: por favor, não venha a Búzios, não tem onde estacionar, não tem mais hotel não, não tem restaurante, não tem nada, não venha a Búzios, a cidade está lotada, então...

**Luiz Fernando (FIPE):** Roberto, posso só complementar com uma [da pesquisa] internacional, professor, só pra ficar registrado, apesar de não ser tão importante nessa entrevista agora, no caso a pesquisa de turismo internacional, por conta das tabelas um e dois, do turismo receptivo e interno, como é que o IBGE veria uma pesquisa de turismo internacional, nesse sentido, para a produção de estatísticas turísticas? O IBGE poderia usar, o exemplo, o caso da FIPE, como fonte de informação para a formulação, por exemplo, destas duas tabelas, no caso.

**Roberto Olinto (IBGE):** Sim, sem problema nenhum. Definindo um marco e a organização do trabalho, você define mais ou menos, quer dizer, atribuições, tarefas, quer dizer, na verdade a única questão do IBGE é que a FIPE teria que produzir uma pesquisa de acordo com a necessidade da Conta [Satélite de Turismo], ou seja, teria a variável de pesquisas observando mais ou menos um padrão estável à necessidade da Conta [Satélite de Turismo]. Essa organização do trabalho, tendo um grupo gestor e um grupo executivo sendo um norte desse negócio.

**Maurício De Vasconcellos (FIPE):** O planejamento dessa pesquisa teria que ter a presença do IBGE, e isso asseguraria que o dado poderia ter um rumo que o IBGE vai dar na Conta [Satélite de Turismo].

**LUIZ FERNANDO (FIPE):** Agora sobre a articulação institucional, o IBGE possui alguma parceria com outras instituições estatísticas no Brasil ou no exterior para compartilhar, no caso, boas práticas na área de estatísticas do turismo? O IBGE possui?

**Roberto Olinto (IBGE):** Na área de estatística do turismo, não.

**Luiz Fernando (FIPE):** OK. Que instituições, no caso no Brasil, públicas ou privadas poderiam colaborar com o IBGE para a obtenção de futuras, no caso, informações estatísticas de turismo?

**Roberto Olinto (IBGE):** Olha, isso eu penso na questão da conta. O fundamental, pra começar, o Ministério do Turismo e o IBGE. Mas você tem a discussão, por exemplo, da Política Federal, ter uma base de dados da Polícia Federal, se é que teria alguma coisa, ou o Ministério da Justiça. Por exemplo, teve a uma questão, o Banco Central [do Brasil], com relação ao Banco Central [do Brasil] eu estou pensando em entrada e saída de divisas, quer dizer, o Banco Central é chave nessa questão *af*. Quer dizer, eu pego o balanço de pagamentos [brasileiro], razoavelmente você pode, eu não sei qual o aspecto de detalhe o Banco Central tem os dados de viagens. Mas ele tem a versão nova do balanço de pagamentos, tem que ver os detalhes que eles têm. Quando a gente discutiu, a gente sentou pra conversar com Banco Central, especificamente no turismo a gente não avançou. Mas isso seria o mínimo. A Receita Federal, o Banco Central. Agora, uma coisa que a gente já aprendeu é a seguinte: começa com um núcleo, depois a gente convida as pessoas para participarem. Agora mesmo a gente estava discutindo um comitê de estatísticas econômicas junto aos ministérios para ter no Brasil um comitê de estatísticas econômicas exatamente para juntar todos os produtores de estatísticas econômicas. Começou com muita gente. Um mês atrás eu disse olha: vão ser cinco agentes, depois a gente convida o resto. Porque *af* começa a discussão quem entra quem não entra, e um ano e meio depois não tinha ninguém.

**Luiz Fernando (FIPE):** E nesse sentido, só pra pegar esse gancho dessa resposta que você está me dando, a pergunta três, isso seria uma forma de avançar a articulação e a cooperação institucional para o aprimoramento das estatísticas de Contas Nacionais, de estatísticas de turismo e de Conta Satélite [de Turismo], esse rearranjo que o IBGE propõe?

**Roberto Olinto (IBGE):** A ideia de uma Conta Satélite, ela se inicia da Conta Nacional para fora. Quer dizer, o núcleo é a Conta Nacional e você vai para fora. Quando a coisa se solidifica, inverte-se, no sentido de que, se tem um grupo, e *af* a diferença da saúde e funcionou bem, se tem um grupo funcionando e começa a entender daquela área específica, você começa a alimentar as Contas Nacionais. Isso [começa] ali. Por exemplo, começou a entender que que era o medicamento, qual tipo de medicamento, pra que que servia, até usava determinadas coisas nas pesquisas que o pessoal dizia, olha, não, espera *af*: o destino não é esse, o destino é aquele. Como é que funciona o SUS? Eles começaram. E com o tempo, hoje a Conta [Satélite de Saúde] ela serve, os estudos do pessoal de saúde servem de base para você elaborar um núcleo primordial do sistema de contas, dos eventos a partir dos dados mais detalhados, e ajuda as contas. Num primeiro momento é o contrário, é só você pegar o sistema de contas e detalhar para produzir alguma coisa. Mas se a coisa funciona, esse grupo vai começar, por exemplo, a poder passar para um grupo de contas alguns detalhes que ajudam a elaboração de contas. Então essa, vamos dizer assim, seria o ideal, vamos dizer, como é que você funcionaria idealmente. Você teria um grupo, chamado grupo de turismo, que colabora com as Contas Nacionais, e não vice-versa.

**Luiz Fernando (FIPE):** Bom, Roberto, se você puder, agora, nos dar as suas observações e sugestões finais, porque, basicamente, o roteiro era este.

**Roberto Olinto (IBGE):** Eu acho que eu já falei basicamente tudo que eu já. Olha, novamente repetindo, mas é importante essa coisa, parte-se de alguma coisa de uns axiomas básicos, que são os seguintes: Regional, não! Depois! É perda de tempo. Tem que ter uma plataforma, e tem que fazer um esforço de fazer uma gestão, e ter um grupo que trabalha, você tem que ter alguém que bote a mão na massa, e esse grupo tem que ser bem escolhido, tem que ser encontrado. O Ministério do Turismo tem esse problema, ele não tem gente. Agora, é uma maneira de pensar, a gente vai ter que ter, mesmo que seja um grupo, pessoas da FIPE, pessoas do IBGE, pessoas de sei lá, de formação, que seja, ou consultores, mas tem que ter gente do Ministério [do Turismo]. Tem que ter essas coisas, não pode ser independente. E não é só no gestor não, no executivo. Isso é fundamental, em vários momentos. Eu acho que essas questões são importantes. E o negócio de *time* né. Não espere fazer rápido o que você não vai fazer.

**Luiz Fernando (FIPE):** Maurício? Professor Décio?

**Maurício de Vasconcellos (FIPE):** Eu? Como eu já disse para vocês, você foi um dos cinco melhores chefes que eu já tive no IBGE. Eu, quando entrei em Contas Nacionais, eu fiquei vendo que até matéria de jornal era utilizada para poder justificar e fazer uma análise econômica, balanço etc. Quer dizer, então, o IBGE tudo o que tem e o que não tem, e busca, para poder chegar a esse equilíbrio. Agora, esperar que saia do IBGE isso, o IBGE tem um núcleo básico, e realmente, agora é a vez do Ministério [do Turismo] de criar essa plataforma, a gente falou da Polícia Federal, do Banco Central, talvez o IPEA também. O IPEA também seja um órgão importante para entrar nisso daí, formar esse grupo para começar um trabalho.

**Luiz Fernando (FIPE):** Só para pegar o gancho, o Ministério [do Turismo] lideraria essa plataforma de trabalho?

**Roberto Olinto (IBGE):** É o Ministério [do Turismo] que lidera a assinatura, eu tenho a impressão até que já foi assinada. Eu não me lembro bem. Eu me lembro do José Francisco.

**Luiz Fernando (FIPE):** Final da entrevista.

## Anexo 5 - Entrevista com Ricardo Montes de Moraes, gerente de Modelos e Métodos na coordenação de contas nacionais do IBGE

---

**Entrevistadores: Décio Kadota (FIPE) e Luiz Fernando Mocelin (FIPE).**

**Entrevistado: Ricardo Montes de Moraes (IBGE).**

**Décio Kadota (FIPE):** Ricardo, eu queria agradecer primeiro a sua gentileza, só eu mais ou menos te localizar. Eu e o Luiz, que te ligou agora, nós tivemos uma entrevista com o Roberto Olinto, então, essa entrevista foi em cima de um roteiro que foi preparado junto com o Ministério do Turismo e os consultores espanhóis. Tinham algumas questões gerais e questões bem específicas, que, incluindo, o Roberto (Olinto) não se sentiu à vontade de tocar etc., então ele, na verdade, colocou que, posteriormente, um contato com alguém que tivesse mais por dentro do assunto. Então, no fundo, a ideia é, com você, exatamente, tentar completar a parte do roteiro que a gente não conseguiu cobrir com o Roberto (Olinto). Então, o Luiz (Fernando) está com esse, vamos dizer, esse roteiro mais resumido, exatamente com os aspectos que a gente não cobriu com o Roberto Olinto. Então, eu vou deixar com ele para ele ir colocando as questões para que você consiga analisar isso. Está bom?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Está OK.

**Luiz Fernando (FIPE):** Bom, Ricardo, começando, então, a entrevista junto com o roteiro resumido, para cobrir as lacunas que o Roberto não se sentiu à vontade de nos responder, como o IBGE vê a produção de estatísticas de turismo no Brasil hoje?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Hoje, a gente sente muito a falta da informação de consumo, de um dado de consumo um pouco mais direto de produtos, porque isso é uma informação que para gente, para a área de contas, seria uma informação que a gente usaria para o sistema de contas. Detalhar melhor o dado de importação e exportação. Por exemplo, o que a gente tem do Banco Central (do Brasil) hoje, que é o dado do Balanço de Pagamentos, é um “agregadão” que é a despesa de aquisição câmbio em casa de câmbio, despesa com cartão de crédito internacional. Quanto disso é com hotel, quanto disso é com transporte aéreo, quanto disso é com transporte rodoviário, essa abertura, seria uma coisa bastante interessante para a gente, porque a gente teria uma ideia melhor de importação de serviços e exportação de serviços, por produto. Então, uma coisa que a gente sente de falta, é essa informação de volume de consumo por produto, porque, para o sistema de contas, para uma eventual (Conta) satélite, seria uma informação boa, e que a gente, hoje, o que foi publicado, é bastante agregado, assim, a gente olhou micro-dado, a gente não ficou muito confortável com ele.

**Luiz Fernando (FIPE):** Sim, entendi! Bom, vocês do IBGE, por exemplo, reconhecem as recomendações feitas pela metodologia do PROJETO CONESUL, que a gente está tentando desenvolver num novo projeto, e, agora, uma nova metodologia para tentar formular a Conta Satélite de Turismo-CST, vocês já tiveram contato com essa metodologia?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Não. O que a gente já viu, a já gente acompanha, é o manual da Organização Mundial do Turismo, se a gente fosse pensar em (conta) satélite hoje, a gente, quando a gente pensa em (conta) satélite, a gente pensa no formato do manual da OMT.

**Luiz Fernando (FIPE):** Sim, sim. OK, Ricardo. E com relação, qual a possibilidade de disponibilização das estatísticas de turismo hoje, ou quando o IBGE conseguir as pesquisas de consumo, qual a possibilidade, em termos regionais, das pesquisas regionais serem produzidas?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Na verdade, depende da qualidade da estatística básica, depende de como o dado for apurado. A área que a gente trabalha, que é a de contas, a gente mais consolida informação estatística, do que produz, e algumas coisas, por exemplo, algumas coisas o Ministério (do Turismo) está discutindo com a FIPE e a FGV, que é a pesquisa de fronteira, e isso são coisas que a gente nem está acostumado a tratar, porque, por exemplo, as pesquisas domiciliares que a gente faz, elas são pesquisas aplicadas a residentes no Brasil. Então, toda a parte de exportação de serviços, quer dizer, que é o turismo receptivo, ela não é feita por residentes no Brasil, são estrangeiros, então a gente não tem, a gente não produz este tipo de dado, a gente, respectivamente, é usuário dele, e a gente não tem, a gente tem que ver como vai ficar depois da reformulação, como é que vai ser implementado, para ver, assim, dada a forma como vai ser produzido, dado se vai ter que calcular o nível de variância do dado, alguma medida de precisão dele. Até que ponto dá para usar. Porque, outras coisas, a parte que é feita, que pode ser feita por pesquisa domiciliar, a gente, até isso tem alguma dificuldade, porque você vai ter a identificação de onde a pessoa reside, quer dizer, uma pessoa do Rio de Janeiro teve despesa com turismo, vai declarar isso na pesquisa. Mas, a pesquisa teria que ser desenhada de um jeito que colocasse onde que foi feita a despesa, para você ter a demanda naquele lugar, a demanda em outro estado, a demanda no exterior. Então, na verdade, a gente vai depender muito de como é o dado básico, para pensar, assim. Hoje, eu acho que é mais fácil a gente pensar primeiro em uma conta Brasil, do que pensar direto em regionalização de dados, assim, é mais complicado ter uma informação regional estável, uma informação de mais qualidade, aberto por UF. Talvez, seria mais fácil começar por Brasil, que a gente tem uma delimitação de fronteira, tem Balanço de Pagamentos, tem a ideia de fluxo Brasil-externo, muito melhor do que a gente consegue ter hoje e fluxo interno no país, de recursos que estiveram presentes em um estado e outro, acrescenta complicação a conta regional. A conta Brasil, pelo menos, a gente tem um dado do Balanço de Pagamentos de quanto entrou e saiu de recursos, junto com cartão de crédito, com operação de câmbio, que dá uma maior ordem de grandeza mais tranquila de trabalhar, do que essa parte de circulação interna, que, enfim, vai ser um pouco mais complicado de medir.

**Décio Kadota (FIPE):** Luiz, deixa eu só falar, Ricardo, eu não sei se você chegou a ter contato, mas, porque isso foi colocado não no segundo seminário, mas no primeiro seminário, quer dizer, junto com a proposta da pesquisa de turismo internacional, que foi objeto da discussão do segundo seminário que você estava presente, mas no primeiro, existe também uma proposta de fazer uma pesquisa sobre o turismo doméstico. Não sei se você, você chegou a...

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Sim, eu conversei com o pessoal do Ministério [do Turismo], eles querem fazer por pesquisa domiciliar, eu acho uma boa alternativa. Mas, a dificuldade toda, você conversa com o pessoal de domiciliares daqui e de outros lugares, é você ter um bom desenho de amostra, porque se você seleciona uma amostra aleatória de domicílios, o percentual de pessoas visitadas que fez uma viagem, que



foi para fora do seu entorno habitual, lá, segundo o termo do Manual [da OMT] que teve despesas nesse período fora do entorno habitual, é uma proporção dos domicílios que foram pesquisados.

**Décio Kadota (FIPE):** É verdade.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** É mais difícil você ter uma amostra grande de despesa com viagem. A principal dificuldade para desenhar esse tipo de pesquisa, é como que você vai fazer uma seleção de amostra que consiga uma cobertura para as pessoas que tiveram viagem e respeite os princípios da seleção de amostra, de amostra aleatória, de pessoas que tenham probabilidade de serem selecionadas, mensurável, assim, então tem algumas coisas. A minha área não é estatística básica, eu trabalho com contas, mas, de conversar com o pessoal da estatística básica, a gente sabe que existem algumas dificuldades que tem de ser pensadas antes na hora de formular uma pesquisa que tenha como objetivo medir despesas fora do entorno habitual, por conta disso, grande parte da amostra vai ter despesa zero. Então você presume nos últimos três meses, ou seis meses, dependendo do que você tiver...

**Décio Kadota (FIPE):** Na verdade, seria o seguinte: só para te dar uma ideia, quem está, na verdade, desenhando a questão da amostragem da proposta do turismo doméstico, é um cara, não sei se você já trabalhou, Maurício Vasconcellos, não sei se você já conhece, Maurício Vasconcellos.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Conheço esse nome, né.

**Décio Kadota (FIPE):** Eu já vi, não sei se ele está aposentado já no IBGE, ou se ele ainda continua no IBGE, mas a ideia básica é dele, qual é a concepção da proposta que, inclusive, foi entregue lá para o Ministério [do Turismo]: É fazer uma, isso dentro, inclusive, do que foi sugerido pelo estudo da avaliação do [PROJETO CONESUL], é fazer uma pesquisa quinquenal, que seria uma pesquisa de cobertura domiciliar, de cobertura nacional, e, nos centros intermediários, é fazer uma pesquisa anual de acompanhamento com amostra reduzida, e nessa pesquisa quinquenal, foi deslumbrado duas alternativas possíveis: uma é a possibilidade de negociar com o próprio IBGE de colocar essa pesquisa de turismo como um anexo da PNAD-C.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Eu sei, mas a PNAD-C ela está vindo, o desenho de amostra dela é um desenho bem mais espalhado que a PNAD tradicional, e ela tem uma, um detalhe, uma das coisas boas dela é que ela é contínua, ela vai ser coletada durante o ano todo, então ela resolve o problema da sazonalidade. É uma boa alternativa.

**Décio Kadota (FIPE):** É exatamente essa a ideia que o Maurício imaginou, exatamente porque você vai fazer um levantamento mensal das diferentes famílias, e você pergunta sobre viagens ocorridas no mês anterior. Exatamente, para não ter que perguntar sobre período que ocorreram em doze meses, alguma coisa assim. Seria essa a concepção dele. Na não alternativa de haver a possibilidade de negociar com o IBGE, de colocar como um anexo da PNAD-C, que é uma amostra monstruosa, pelo que eu sei, seria trabalhar com a mesma concepção da PNAD-C, quer dizer, uma amostra, fazer uma pesquisa de levantamento ao longo de doze meses, mas com uma amostra normal. No fundo essa é, em linhas gerais, é a proposta do turismo doméstico. E, seria quinquenal, e, entre essa pesquisa quinquenal, teria um conjunto de pesquisas anuais. Então, e essa é uma das preocupações que o Ministério [do Turismo] tem, é tentar verificar com o IBGE, exatamente da perspectiva de preencher lacunas na Conta Satélite de Turismo, se alguma proposta nessa linha seria

satisfatória, do ponto de vista do IBGE, para cobrir exatamente essa lacuna na parte do consumo. Quer dizer, junto com as pesquisas do turismo doméstico, internacional, mas poderia, eventualmente, relacionar o consumo dos não residentes, no caso cobriria a parte dos turistas não residentes.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Perfeito. Como eu estou falando para vocês, eu sou muito mais usuário de informação do que produtor de estatísticas básicas. Então, como usuário, como um sistema de contas, eu acho ótimo. A PNAD-C tem um desenho de amostra bem mais espalhado, bem maior que a PNAD antiga, então ela tem bem mais chances de pegar, de produzir uma medida boa para este tipo de coisa. Tem quer conversar com o pessoal da coordenação de emprego e renda que é quem produz a PNAD-C, o Roberto mesmo, abaixo dele tem tanto contas quanto as pesquisas básicas. O ideal, quando vocês forem falar com eles, é que o desenho da PNAD-C, ele veio com dois tipos de suplementos, tem um suplemento que vai ser aplicado, por exemplo, na primeira entrevista em cada domicílio, o desenho da PNAD-C é um painel rotatório, cada domicílio é entrevistado cinco vezes, então o mesmo pesquisador vai no mesmo domicílio cinco vezes, com intervalo de três meses, e, a cada três meses, 1/5 do painel é substituído, você descarta a parte mais antiga, e acrescenta novos domicílios, então você vai substituindo ele aos poucos. Tem dois tipos de suplemento que a PNAD-C vai incorporar: tem um suplemento que pode ser aplicado num determinado trimestre com toda a amostra que está sendo pesquisada naquele trimestre. Então, no primeiro trimestre do ano, todos os domicílios entrevistados, independente se é a primeira ou a quinta entrevista, vão responder a uma determinada pergunta; e tem um tipo de suplemento que vai ser aplicado a cada terceira ou a cada quinta entrevista de cada domicílio, então, esse, eu acho que seria o formato ideal para uma pesquisa de turismo porque esse não tem problema de sazonalidade, ele vai ser aplicado durante o ano inteiro, já que ele vai ser, sempre que estiver na segunda ou na terceira entrevista de cada um dos domicílios apurados. Quando vocês forem conversar com eles, com o pessoal da coordenação e emprego, esse eu acho que talvez seja o melhor caminho. Um suplemento que seja apurado para todos os domicílios na terceira ou na quarta, em algumas das entrevistas que eles distribuem ao longo do ano.

**Décio Kadota (FIPE):** Agora, Ricardo, você ideia, do ponto de vista da pesquisa de orçamento, o que está sendo mudado, para a gente rever, porque a pesquisa também está coordenada com este esquema da PNAD-C, está, ou não?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Não, na verdade, assim, já era para ter saído a campo esse ano, ela não por conta de restrições de orçamento, e tudo indica que ela vai a campo no ano que vem. A última vez que eu falei com eles, eles disseram que, na POF anterior, o dado regionalizado não veio bom. Tinha uma coluna de informação por UF, onde foi feita a despesa, e, quando eles foram tabular isso, as informações ficaram muito instáveis, não ficaram boas o bastante para publicar regionalizado. Enfim, eu conversei com eles para dizer, para a gente de contas, era importante que eles tivessem uma abertura entre o que é despesa no Brasil e o que é despesa no exterior. Mas, enfim, eles não me conseguiram garantir que isto iria estar lá. Estão ainda fechando o sistema de informática, estão redesenhando o questionário, então, nem isso eu posso ter certeza se vai estar incluído. Eles vão manter o bloco 41, que é o bloco sobre despesas fora, eles usam nem despesas fora do entorno habitual, eles usam despesas fora do município, eles vão manter esse bloco,

com uma lista de produtos. A gente pediu para eles, quando a gente conversou com eles, para tentar melhorar a descrição dos pacotes, levantar pacotes que incluem hospedagem e restaurante, pacotes que incluem hospedagem, transporte e restaurante, alternativas de tipos de pacotes, para, pelo menos, a abertura por produto, ficar um pouco melhor. E isso eles não tinham muitas dificuldades em fazer não, mas eles ainda tinham que ver como eles iriam fazer para tentar preservar a coluna de onde foram feitas as despesas. Mesmo que seja para deixá-la perto dos gastos no exterior. Eles não conseguiram garantir isso para a gente.

**Décio Kadota (FIPE):** Luiz? Tem alguma coisa para perguntar?

**Luiz Fernando (FIPE):** Sim, sim, professor. Ricardo, com relação àquela publicação “economia do turismo”, o Roberto Olinto havia dito para nós na entrevista anterior que, para você chegar a uma Conta Satélite [de Turismo], você teria que passar, primeiramente, por essa economia do turismo, e, ele havia dito que a questão do consumo era fator-chave, mas, eu pergunto para você, além do consumo, quais outros fatores que ainda emperram, que o IBGE não consegue chegar na Conta Satélite de Turismo-CST, além do consumo.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Olha, o principal é o consumo. Se a gente tivesse uma boa informação de tipos de consumo, a gente poderia produzir os primeiros quadros da [Conta] Satélite [de Turismo], que são quadros sobre o consumo final, e que talvez por si só já garantisse uma publicação. Uma das coisas que são as mais difíceis mesmo, que aquelas faixas de despesas de empresas, despesas do governo...

**Luiz Fernando (FIPE):** Do CEMPRE?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Não, nem é do CEMPRE, é conseguir, o ideal é chegar, tem um ou dois quadros da [Conta] Satélite [de Turismo] que tentam incluir, além das despesas das famílias com viagens, despesas de empresas.

**Décio Kadota (FIPE):** Viagens a negócios, né, pagas pelas empresas, né.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** É uma coisa que também é bem complicada, o ideal seria a gente ter algum método para separar as estatísticas das empresas, o que que é despesa com viagem de funcionários. Tanto das empresas, quanto do governo. Isso é uma coisa que também a gente não tem pronto, e que é uma das dificuldades que a gente vê pela frente.

**Luiz Fernando (FIPE):** Entendi! E mais uma lacuna que ficou aberta naquela entrevista com o Roberto [Olinto], sobre a pesquisa de turismo interno e até mesmo a de internacional, receptivo e emissivo, o professor Décio [Kadota] falou, inclusive o Roberto [Olinto], sobre a possibilidade de uma futura pesquisa que a FIPE pudesse desenvolver de consumo ser colocado não na PNAD-C. Caso não seja, quais os requisitos metodológicos mínimos que um parceiro do Ministério do Turismo teria que apresentar, nessa futura pesquisa, para que o IBGE possa usar elas nas suas publicações da futura Conta Satélite [de Turismo]?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Quando a gente olhou, a gente já trabalhou com os microdados uma vez, e a gente teve um pouco de dificuldade, porque a maneira como os pesos estavam definidos, a gente olhava que linhas diferentes de um mesmo questionário tinham pesos diferentes. Que não é muito o que a gente faz habitualmente. A gente atribui um peso para o questionário com expansão, na probabilidade de seleção, depois faz uma averiguação de cada resposta, depois, de um modo geral, para a gente, cada questionário tem o seu peso, sempre aplicado a cada uma das variáveis.

No dado que a gente analisou, que o Ministério do Turismo usa, despesas de turismo, a gente tinha a variável total de despesa, quando era expandida pelo peso dela, dava bem menos do que cada um dos itens de despesas quando expandido pelo seu peso, e a gente tentava somar e estava muito longe de fechar. Então, a primeira coisa é esse tipo de consistência interna, a gente tem que ter totais para a pesquisa que fechem, e ter um pouco mais de clareza sobre como que foi feita a seleção da amostra, como é que a gente pode trabalhar com o tipo de peso que está usado na pesquisa. Eu acho que uma das coisas que talvez façam muita diferença é ter tamanho de amostra, uma amostra que seja razoável para conseguir ter dentro dela uma quantidade significativa de pessoas que teve despesas fora do entorno habitual. Então, são essas duas coisas: é ter um desenho de amostra que a gente consiga depois entender como que se conseguiu aquilo de amostra para a expansão da pesquisa, como é que se chegou naqueles pesos, e isso deve levar a dados que sejam, enfim, consistentes entre si, e a gente possa somar os itens e chegar a um computo declarado no total. E ter uma ideia de representatividade, quer dizer, ter um tamanho de amostra que permita que a gente tenha um coeficiente de variação baixo para os resultados.

**Luiz Fernando (FIPE):** Entendi! E só para pegar o gancho, talvez seja a minha última questão sobre o projeto, nessa questão de amostra e tentativa de harmonizar com o IBGE, seria interessante na visão do IBGE, principalmente no setor de Contas Nacionais, a articulação interinstitucional entre o Ministério do Turismo e o IBGE ser consultada, ser realizada, no sentido de harmonizar a amostra do Ministério [do Turismo] com relação ao IBGE, antes de sair a campo, por exemplo, essas pesquisas. A articulação interinstitucional afinar as amostras para que o IBGE possa usar estas pesquisas?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Seria então essa pesquisa não ser a PNAD-C, seria uma outra pesquisa.

**Luiz Fernando (FIPE):** Isso, no caso de não ser na PNAD-C, um suplemento da PNAD-C, ser uma pesquisa de uma contratada do Ministério [do Turismo], por exemplo a FIPE ou a FGV.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Sim a gente tem interesse de acompanhar isso sim. Vale a pena para a gente conhecer antes, até para ter mais tranquilidade para usar depois, saber como que está sendo feito, como é que é o desenho da amostra, esse tipo de coisa.

**Luiz Fernando (FIPE):** E seria interessante no âmbito dessa articulação interinstitucional entre o Ministério [do Turismo] e o IBGE futuramente?

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Sim, depende. Se a pesquisa for, se for um suplemento da PNAD-C, a gente já vai, naturalmente, saber como é que vai ser feito, o desenho de amostra da PNAD-C é público, está tudo na internet. Como é feita a seleção de amostra, como é feita a expansão dos pesos, isso já é tradicional. Se a gente for ter alguma coisa diferente disso, a gente realmente vai ficar mais à vontade para usar os resultados se a gente puder acompanhar, saber como está sendo feita a seleção de amostra, como é que vai ser calculado os pesos, esses tipos de coisas.

**Luiz Fernando (FIPE):** Entendi! Bom Ricardo, eu acho que era isso. Professor Décio, se o senhor tiver alguma observação a fazer, porque, da minha parte, eu acho que...

**Décio Kadota (FIPE):** Foram essas as lacunas...

**Luiz Fernando (FIPE):** Sim, as lacunas básicas são essas, agora eu acredito que esteja tudo coberto.

**Ricardo Montes de Moraes (IBGE):** Se vocês tiverem mais alguma dúvida, é só ligar.

**Décio Kadota (FIPE):** Está bom, Ricardo, eu agradeço imensamente.

**Luiz Fernando (FIPE):** Bom, então, muito obrigado, Ricardo.

## Anexo 6 - Tabelas da conta satélite de turismo

---

**Tabela 1 - Gasto turístico receptivo por produtos e categorias de visitantes**

Produtos	Gasto turístico receptivo		
	Turistas (visitantes que pernoitam) (1.1)	Excursionistas (visitantes de um dia) (1.2)	Visitantes (1.3) = (1.1) + (1.2)
A. Produtos de Consumo <sup>a</sup>			
A.1. Produtos Característicos do Turismo			
1. Serviços de alojamento para visitantes		X	
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b		X	
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio		X	
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas			
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia			
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias			
5. Serviços de transportes de passageiros por água			
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros			
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte			
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva			
9. Serviços culturais			
10. Serviços desportivos e recreativos			
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país			
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país			
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>			
B1. Objetos valiosos			
Total			

Nota: X não se aplica / a. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas./ b. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 2 - Gasto turístico interno por produtos, categorias de visitantes e tipos de viagens**

(continua)

Produtos	Gasto turístico interno		
	Viagens domésticas <sup>a</sup>		
	Turistas (visitantes que pernoitam) (2.1)	Excursionistas (visitantes de um dia) (2.2)	Visitantes (2.3) = (2.1) + (2.2)
A. Produtos de Consumo <sup>b</sup>			
A.1. Produtos Característicos do Turismo			
1. Serviços de alojamento para visitantes		X	
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b		X	
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio		X	
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas			
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia			
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias			
5. Serviços de transportes de passageiros por água			
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros			
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte			
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva			
9. Serviços culturais			
10. Serviços desportivos e recreativos			
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país			
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país			
A.2. Outros produtos de consumo <sup>c</sup>			
B1. Objetos valiosos			
Total			

Nota: X – não se aplica / a. O turismo doméstico abrange as atividades realizadas por um visitante residente no país de referência, como parte de uma viagem turística doméstica ou de uma viagem turística emissiva. / b. O valor de A. “produtos de consumo” é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / c. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes (“produtos conexos ao turismo” e “produtos de consumo não conexos ao turismo”). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.



**Tabela 2 - Gasto turístico interno por produtos, categorias de visitantes e tipos de viagens**

(conclusão)

Produtos	Gasto turístico interno					
	Viagens Emissivas			Todos os tipos de viagens		
	Turistas (visitantes que pernoitam) (2.4)	Excursionistas (visitantes de um dia) (2.5)	Visitantes (2.6) = (2.4) + (2.5)	Turistas (visitantes que pernoitam) (2.7) = (2.1) + (2.4)	Excursionistas (visitantes de um dia) (2.8) = (2.2) + (2.5)	Visitantes (2.9) = (2.3) + (2.6)
A. Produtos de Consumo <sup>b</sup>						
A.1. Produtos Característicos do Turismo						
1. Serviços de alojamento para visitantes		X			X	
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b		X			X	
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio		X			X	
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas						
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia						
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias						
5. Serviços de transportes de passageiros por água						
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros						
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte						
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva						
9. Serviços culturais						
10. Serviços desportivos e recreativos						
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país						
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país						
A.2. Outros produtos de consumo <sup>c</sup>						
B1. Objetos valiosos						
Total						

Nota: X – não se aplica / a. O turismo doméstico abrange as atividades realizadas por um visitante residente no país de referência, como parte de uma viagem turística doméstica ou de uma viagem turística emissiva. / b. O valor de A. “produtos de consumo” é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / c. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes (“produtos conexos ao turismo” e “produtos de consumo não conexos ao turismo”). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 3 - Gasto turístico emissivo por produtos e categorias de visitantes**

Produtos	Gasto turístico emissivo		
	Turistas (visitantes que pernoitam) (3.1)	Excursionistas (visitantes de um dia) (3.2)	Visitantes (3.3) = (3.1) + (3.2)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>			
A.1. Produtos Característicos do Turismo			
1. Serviços de alojamento para visitantes		X	
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b		X	
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio		X	
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas			
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia			
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias			
5. Serviços de transportes de passageiros por água			
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros			
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte			
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva			
9. Serviços culturais			
10. Serviços desportivos e recreativos			
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país			
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país			
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>			
B1. Objetos valiosos			
Total			

Nota: a. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / b. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 4 - Consumo turístico interior por produtos**

Produtos	Gasto turístico interior			Outros componentes do consumo turístico <sup>a</sup> (4.2)	Consumo turístico interior (4.3) = (4.1) + (4.2)
	Turistas (visitantes que pernoitam) (1.3)	Excursionistas (visitantes de um dia) (2.9)	Visitantes (4.1) = (1.3) + (2.9)		
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>					
A.1. Produtos Característicos do Turismo					
1. Serviços de alojamento para visitantes					
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b					
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio					
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas					
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia					
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias					
5. Serviços de transportes de passageiros por água					
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros					
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte					
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva					
9. Serviços culturais					
10. Serviços desportivos e recreativos					
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país					
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país					
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>					
B1. Objetos valiosos					
Total					

Notas: a. Os componentes devem ser identificados separadamente, se possível. / b. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / c. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 5 - Conta de produção das Atividades Características do Turismo e outras atividades (a preços básicos)**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas		
	Alojamentos para visitantes (5.1)	Serviços de alojamentos para visitantes não contemplados em 1.b (5.1a)	Serviços de alojamento associados a todos os tipos de propriedade de casas de veraneio (5.1b)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>			
A.1. Produtos Característicos do Turismo			
1. Serviços de alojamento para visitantes			
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b			
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio			
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas			
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia			
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias			
5. Serviços de transportes de passageiros por água			
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros			
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte			
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva			
9. Serviços culturais			
10. Serviços desportivos e recreativos			
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país			
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país			
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>			
B. Produtos não destinados ao consumo			
B.1. Objetos valiosos			
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>			
I. PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)			
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>			
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>			
Remuneração dos assalariados			
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção			
Receitas mistas brutas			
Excedentes brutos de exploração			

Notas: a. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / b. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente. / c. Compreende todos os demais bens e serviços que circulam-na economia em referência. / d. os bens e serviços devem ser identificados separadamente quando for possível. / e. Deve-se proporcionar uma separação por produto, quando possível.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 5 - Conta de produção das atividades características do turismo e outras atividades (a preços básicos)**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas					
	Indústria de provisão de alimentos e bebidas (5.2)	Transporte de passageiros por ferrovias (5.3)	Transporte de passageiros por rodovias (5.4)	Transporte de passageiros por água (5.5)	Transporte aéreo de passageiros (5.6)	Locação de equipamentos de transportes (5.7)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>						
A.1. Produtos Característicos do Turismo						
1. Serviços de alojamento para visitantes						
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b						
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio						
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas						
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia						
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias						
5. Serviços de transportes de passageiros por água						
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros						
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte						
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva						
9. Serviços culturais						
10. Serviços desportivos e recreativos						
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país						
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país						
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>						
B. Produtos não destinados ao consumo						
B.1. Objetos valiosos						
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>						
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)						
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>						
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>						
Remuneração dos assalariados						
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção						
Receitas mistas brutas						
Excedentes brutos de exploração						

Notas: a. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / b. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente. / c. Compreende todos os demais bens e serviços que circulam-na economia em referência. / d. os bens e serviços devem ser identificados separadamente quando for possível. / e. Deve-se proporcionar uma separação por produto, quando possível.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 5 - Conta de produção das Atividades Características do Turismo e outras atividades (a preços básicos)**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas		
	Agências de viagens e outros serviços de reservas (5.8)	Indústria cultural (5.9)	Indústria desportiva e recreativa (5.10)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>			
A.1. Produtos Característicos do Turismo			
1. Serviços de alojamento para visitantes			
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b			
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio			
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas			
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia			
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias			
5. Serviços de transportes de passageiros por água			
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros			
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte			
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva			
9. Serviços culturais			
10. Serviços desportivos e recreativos			
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país			
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país			
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>			
B. Produtos não destinados ao consumo			
B.1. Objetos valiosos			
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>			
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)			
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>			
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>			
Remuneração dos assalariados			
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção			
Receitas mistas brutas			
Excedentes brutos de exploração			

Notas: a. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / b. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente. / c. Compreende todos os demais bens e serviços que circulam-na economia em referência. / d. os bens e serviços devem ser identificados separadamente quando for possível. / e. Deve-se proporcionar uma separação por produto, quando possível.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 5 - Conta de produção das Atividades Características do Turismo e outras atividades (a preços básicos)**

(conclusão)

Produtos	Indústrias turísticas				
	Indústria desportiva e recreativa (5.10)	Outras indústrias específicas de cada país (5.12)	Total (5.13)	Outras indústrias (5.14)	Produção dos produtores internos (a preços básicos (5.15) = (5.13) + (5.14))
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>					
A.1. Produtos Característicos do Turismo					
1. Serviços de alojamento para visitantes					
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b					
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio					
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas					
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia					
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias					
5. Serviços de transportes de passageiros por água					
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros					
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte					
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva					
9. Serviços culturais					
10. Serviços desportivos e recreativos					
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país					
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país					
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>					
B. Produtos não destinados ao consumo					
B.1. Objetos valiosos					
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>					
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)					
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>					
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>					
Remuneração dos assalariados					
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção					
Receitas mistas brutas					
Excedentes brutos de exploração					

Notas: a. O valor de A. "produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagem, operadoras turísticas e outros serviços de reservas. / b. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente os componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos os casos os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente. / c. Compreende todos os demais bens e serviços que circulam-na economia em referência. / d. os bens e serviços devem ser identificados separadamente quando for possível. / e. Deve-se proporcionar uma separação por produto, quando possível.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 6 - Oferta interna e consumo turístico interior, por produtos (a preços correntes)**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas			
	Alojamentos para visitantes		Alojamentos para visitantes não contemplados em 1.b	
	Produção (5.1)	Proporção turística (em valor)	Produção (5.1a)	Proporção turística (em valor)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>				
A.1. Produtos Característicos do Turismo				
1. Serviços de alojamento para visitantes				
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b				
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio				
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas				
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia				
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias				
5. Serviços de transportes de passageiros por água				
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros				
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte				
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva				
9. Serviços culturais				
10. Serviços desportivos e recreativos				
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país		X		X
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país				
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>				
B. Produtos não destinados ao consumo				
B.1. Objetos valiosos		X		X
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>				
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)				
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>				
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>				
Remuneração dos assalariados				
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção				
Receitas mistas brutas				
Excedentes brutos de exploração				

Nota: a. O valor de "A. Produtos de consumo" é deduzido o valor do serviço pago às agências de viagens, operadoras turísticas e outros serviços de reserva. / b. No que diz respeito aos bens, a proporção turística deve ser estabelecida unicamente sobre a base da margem de comércio varejista. / c. Quando viável e relevante, os países deveriam identificar separadamente ambos componentes ("produtos conexos ao turismo" e "produtos de consumo não conexos ao turismo"). Em ambos casos, os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente, se possível. / d. Compreende todos os demais bens e serviços que circulam na economia de referência.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.



**Tabela 6 - Oferta interna e consumo turístico interior, por produtos (a preços correntes) \***

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas							
	Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedade de casas de veraneio **				Outras indústrias turísticas específicas de cada país		TOTAL	
	Produção (5.1b)	Proporção turística (em valor)	Produção (5)**	Proporção turística (em valor)	Produção (5.12)	Proporção turística (em valor)	Produção (5.13)	Proporção turística (em valor)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>								
A.1. Produtos Característicos do Turismo								
1. Serviços de alojamento para visitantes								
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b								
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio		X		X		X		X
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas								
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia								
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias								
5. Serviços de transportes de passageiros por água		X		X		X		X
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros								
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte								
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva								
9. Serviços culturais								
10. Serviços desportivos e recreativos								
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país								
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país								
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>								
B. Produtos não destinados ao consumo								
B.1. Objetos valiosos								
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>								
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)								
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>								
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>								
Remuneração dos assalariados								
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção								
Receitas mistas brutas								
Excedentes brutos de exploração								

Nota: e. Os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente, se possível. / f. Deveria ser proporcionado uma distribuição por produtos, se possível. / \* As importações excluem a compra direta dos residentes no estrangeiro. / \*\* Todas as indústrias turísticas da lista proposta devem ser consideradas uma a uma na enumeração. / X: não se aplica.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 6 - Oferta interna e consumo turístico interior, por produtos (a preços correntes)\***

(continua)

Produtos	Outras indústrias		Produção de produto internos (a preços básicos)	
	Produção (5.14)	Proporção turística (em valor)	Produção (5.15) = (5.13) + (5.14)	Proporção turística (em valor)
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>				
A.1. Produtos Característicos do Turismo				
1. Serviços de alojamento para visitantes				
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b				
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio				
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas				
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia		X		X
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias				
5. Serviços de transportes de passageiros por água				
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros		X		X
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte				
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva				
9. Serviços culturais				
10. Serviços desportivos e recreativos				
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país				
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país				
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>				
B. Produtos não destinados ao consumo				
B.1. Objetos valiosos				
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>				
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)				
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>				
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>				
Remuneração dos assalariados				
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção				
Receitas mistas brutas				
Excedentes brutos de exploração				

Nota: e. Os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente, se possível. / f. Deveria ser proporcionado uma distribuição por produtos, se possível. / \* As importações excluem a compra direta dos residentes no estrangeiro. / \*\* Todas as indústrias turísticas da lista proposta devem ser consideradas uma a uma na enumeração. / X: não se aplica.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

Tabela 6 - Oferta interna e consumo turístico interior, por produtos (a preços correntes)\*

(conclusão)

Produtos	Importações		Impostos líquidos de subvenções sobre os produtos internos e importados		Margens do comércio e dos transportes		Oferta interna (a preços de aquisição) (6.4) = (5.15) + (6.1) + (6.2) + (6.3)	Consumo turístico interior (4.3)	Taxas turísticas (em porcentagem) (6.5) = (4.3):(6.4)x100
	Produção (6.1)	Proporção turística (em valor)	Produção (6.2)	Proporção turística (em valor)	Produção (6.3)	Proporção turística (em valor)			
A, Produtos de Consumo <sup>a</sup>					X	X			
A.1. Produtos Característicos do Turismo					X	X			
1. Serviços de alojamento para visitantes					X	X			
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b					X	X			
2. 1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio					X	X			
3. Serviços de provisão de alimentos e bebidas					X	X			
4. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia					X	X			
5. Serviços de transportes de passageiros por rodovias					X	X			
6. Serviços de transportes de passageiros por água									
7. Serviços de transporte aéreo de passageiros									
8. Serviços de locação de equipamentos de transporte									
9. Agências de reservas e outros serviços de reserva									
10. Serviços culturais									
11. Serviços desportivos e recreativos									
12. Bens característicos de turismo específicos de cada país									
13. Serviços característicos de turismo específicos de cada país									
A.2. Outros produtos de consumo <sup>b</sup>									
B. Produtos não destinados ao consumo									
B.1. Objetos valiosos									
B.2. Outros produtos não destinados ao consumo <sup>c, d</sup>									
PRODUÇÃO TOTAL (a preços básicos)									
II. CONSUMO INTERMEDIÁRIO TOTAL (a preços de aquisição) <sup>e</sup>									
(I – II) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (a preços básicos) <sup>a</sup>									
Remuneração dos assalariados									
Outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção									
Receitas mistas brutas									
Excedentes brutos de exploração									

Nota: e. Os bens e serviços deveriam ser identificados separadamente, se possível. / f. Deveria ser proporcionado uma distribuição por produtos, se possível. / \* As importações excluem a compra direta dos residentes no estrangeiro. / \*\* Todas as indústrias turísticas da lista proposta devem ser consideradas uma a uma na enumeração. / X: não se aplica.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT..

**Tabela 7 - Emprego nas atividades Características do Turismo**

(continua)

Indústrias turísticas	Número de estabelecimentos	Número de empregados por situação no emprego*					
		Assalariados			Autônomos		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1. Serviços de alojamento para visitantes							
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b							
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio							
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas							
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia							
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias							
5. Serviços de transportes de passageiros por água							
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros							
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte							
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva							
9. Serviços culturais							
10. Serviços desportivos e recreativos							
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país							
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país							
<b>Total</b>							

Nota: \* No período de referência

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 7 - Empregos nas indústrias turísticas**

(conclusão)

Indústrias turísticas	Número de horas trabalhadas por situação de emprego*						Número de empregos equivalentes a período integral por situação de emprego*					
	Assalariados			Autônomos			Assalariados			Autônomos		
	Homen s	Mulheres	Total	Homen s	Mulheres	Total	Homen s	Mulheres	Total	Homen s	Mulheres	Total
1. Serviços de alojamento para visitantes												
1.a. Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b												
1.b. Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedades de casas de veraneio												
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas												
3. Serviços de transportes de passageiros por ferrovia												
4. Serviços de transportes de passageiros por rodovias												
5. Serviços de transportes de passageiros por água												
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros												
7. Serviços de locação de equipamentos de transporte												
8. Agências de reservas e outros serviços de reserva												
9. Serviços culturais												
10. Serviços desportivos e recreativos												
11. Bens característicos de turismo específicos de cada país												
12. Serviços característicos de turismo específicos de cada país												
<b>Total</b>												

Nota: \* No período de referência

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo turístico das Atividades Características do Turismo e outras atividades**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas		
	Alojamentos para visitantes (8.1)	Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b (8.1a)	Serviços de alojamento associados com todos os tipos de propriedade de casas de veraneio (8.1b)
Ativos fixos específicos do turismo			
1. Alojamento para visitantes			
1.1 Hotéis e outras instalações de alojamento para visitantes			
1.2 Casa própria de veraneio			
1.3 casas de veraneio com outro tipo de propriedade			
2. Outras edificações e estruturas não residenciais apropriadas para a indústria turística			
2.1 Restaurantes e edificações similares para provisão de alimentos e bebidas			
2.2 Edificações e infraestrutura para transporte de passageiros de longa distância			
2.3 Edificações para serviços culturais e similares fundamentalmente para utilização pelos visitantes			
2.4 Instalações de esportes, recreação e lazer			
2.5 outras instalações e estruturas			
3. Equipamento de transportes de passageiros com fins turísticos			
3.1 Terrestre (inclusive rodovias e ferrovias)			
3.2 Marítimo			
3.3 Aéreo			
4. Outras máquinas e equipamentos especializados para a produção de produtos característicos do turismo			
5. Melhorias em terrenos para fins turísticos			
II Investimentos das indústrias turísticas em outros ativos não específicos do turismo			
(I + II) TOTAL			
Partida informativa			
III Outros ativos não financeiros			

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo turístico das Atividades Características do Turismo e outras atividades**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas					
	Indústria de provisão de alimentos e bebidas (8.2)	Transporte de passageiros por ferrovia (8.3)	Transporte de passageiros por rodovia (8.4)	Transporte de passageiros por água (8.5)	Transporte aéreo de passageiros (8.6)	Aluguel de equipamentos de transportes (8.7)
Ativos fixos específicos do turismo						
1. Alojamento para visitantes						
1.1 Hotéis e outras instalações de alojamento para visitantes						
1.2 Casa própria de veraneio						
1.3 casas de veraneio com outro tipo de propriedade						
Outras edificações e estruturas não residenciais apropriadas para a indústria turística						
2.1 Restaurantes e edificações similares para provisão de alimentos e bebidas						
2.2 Edificações e infraestrutura para transporte de passageiros de longa distância						
2.3 Edificações para serviços culturais e similares fundamentalmente para utilização pelos visitantes						
2.4 Instalações de esportes, recreação e lazer						
2.5 outras instalações e estruturas						
Equipamento de transportes de passageiros com fins turísticos						
3.1 Terrestre (inclusive rodovias e ferrovias)						
3.2 Marítimo						
Aéreo						
Outras máquinas e equipamentos especializados para a produção de produtos característicos do turismo						
Melhorias em terrenos para fins turísticos						
II Investimentos das indústrias turísticas em outros ativos não específicos do turismo						
<b>(I + II) TOTAL</b>						
<b>Partida informativa</b>						
<b>III Outros ativos não financeiros</b>						

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo turístico das Atividades Características do Turismo e outras atividades**

(continua)

Produtos	Indústrias turísticas		
	Indústria de agências de viagens e outros serviços de reservas (8.8)	Indústria cultura (8.9)	Indústria desportiva e recreativa (8.10)
Ativos fixos específicos do turismo			
1. Alojamento para visitantes			
1.1 Hotéis e outras instalações de alojamento para visitantes			
1.2 Casa própria de veraneio			
1.3 casas de veraneio com outro tipo de propriedade			
Outras edificações e estruturas não residenciais apropriadas para a indústria turística			
2.1 Restaurantes e edificações similares para provisão de alimentos e bebidas			
2.2 Edificações e infraestrutura para transporte de passageiros de longa distância			
2.3 Edificações para serviços culturais e similares fundamentalmente para utilização pelos visitantes			
2.4 Instalações de esportes, recreação e lazer			
2.5 outras instalações e estruturas			
Equipamento de transportes de passageiros com fins turísticos			
3.1 Terrestre (inclusive rodovias e ferrovias)			
3.2 Marítimo			
Aéreo			
Outras máquinas e equipamentos especializados para a produção de produtos característicos do turismo			
Melhorias em terrenos para fins turísticos			
II Investimentos das indústrias turísticas em outros ativos não específicos do turismo			
<b>(I + II) TOTAL</b>			
<b>Partida informativa</b>			
<b>III Outros ativos não financeiros</b>			

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.



**Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo turístico das Atividades Características do Turismo e outras atividades**

(conclusão)

Produtos	Indústrias turísticas			Outras Indústrias (8.14)	Formação bruta de capital fixo turístico (8.15) =(8.13) + (8.14)
	Comércio varejista de bens característicos do turismo específicos de cada país (8.11)	Outras indústrias turísticas específicas de cada país (8.12)	Total (8.13)		
Ativos fixos específicos do turismo					
1. Alojamento para visitantes					
1.1 Hotéis e outras instalações de alojamento para visitantes					
1.2 Casa própria de veraneio					
1.3 casas de veraneio com outro tipo de propriedade					
Outras edificações e estruturas não residenciais apropriadas para a indústria turística					
2.1 Restaurantes e edificações similares para provisão de alimentos e bebidas					
2.2 Edificações e infraestrutura para transporte de passageiros de longa distância					
2.3 Edificações para serviços culturais e similares fundamentalmente para utilização pelos visitantes					
2.4 Instalações de esportes, recreação e lazer					
2.5 outras instalações e estruturas					
Equipamento de transportes de passageiros com fins turísticos					
3.1 Terrestre (inclusive rodovias e ferrovias)					
3.2 Marítimo					
Aéreo					
Outras máquinas e equipamentos especializados para a produção de produtos característicos do turismo					
Melhorias em terrenos para fins turísticos					
II Investimentos das indústrias turísticas em outros ativos não específicos do turismo					
<b>(I + II) TOTAL</b>					
<b>Partida informativa</b>					
<b>III Outros ativos não financeiros</b>					

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 9 - Consumo coletivo turístico, por produtos e níveis da administração pública**

Produtos <sup>a</sup>	Níveis da administração pública			Consumo coletivo turístico	Partida informativa <sup>b</sup>
	Federal	Estadual	Municipal		Consumo intermediário pelas indústrias turísticas
85561 Serviços de promoção turística					
85562 Serviços de informação turística					X
91135 Serviços administrativos relacionados com atividades de preparação e distribuição de comidas, hotéis e restaurantes					
91136 Serviços administrativos relacionados com turismo					X
Parte de					
83700 Serviços de estudo de mercado e de pesquisas de opinião pública					X
91260 Serviços de polícia e de proteção contra incêndios					X
92219 Outros serviços de educação e formação					
92920 Serviços de apoio educativo					
<b>TOTAL</b>					

Nota: X: não se aplica. / a. Subclasses descritas no item 2 do manual. / b. Esta coluna reflete os gastos das indústrias turísticas em promoção turística e outros serviços relacionados com os produtos descritos, segundo a procedência.

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 10 - Indicadores não monetários**

(continua)

**A – Número de viagens e pernoites, por formas de turismo e categorias de visitantes**

	Turismo receptivo			Turismo doméstico			Turismo emissivo		
	Turistas (visitantes que pernoitam)	Excursionistas (visitantes de um dia)	Visitantes	Turistas (visitantes que pernoitam)	Excursionistas (visitantes de um dia)	Visitantes	Turistas (visitantes que pernoitam)	Excursionistas (visitantes de um dia)	Visitantes
Número de viagens									
Número de pernoites		X			X			X	

**B – Turismo receptivo: número de chegadas e pernoites, por meios de transporte**

	Número de chegadas	Número de pernoites
1. Ar		
1.1 Voos regulares		
1.2 Voos não regulares		
1.3 Aeronaves particulares		
1.4 Outros meios de transporte aéreo		
2. Água		
2.1 Linhas de passageiros e <i>ferryboats</i>		
2.2 Cruzeiros		
2.3 Iates		
2.4 Outros meios de transportes por água		
3. Terrestre		
3.1 Ferrovia		
3.2 Ônibus e outros meios de transporte público por rodovia		
i) Táxis, limusines e aluguel de veículos a motor privados com motorista		
ii) Aluguel de veículos de tração humana ou animal		
3.3 Veículo privado próprio (com capacidade máxima de 8 pessoas)		
3.4 Veículo alugado sem condutor (com capacidade máxima de 8 pessoas)		
3.5 Outros meios de transportes terrestres: cavalo, bicicleta, motocicleta etc.		
<b>TOTAL</b>		

Nota: X, não se aplica. Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

**Tabela 10 - Indicadores não monetários**

(conclusão)

**C – Número de estabelecimentos e capacidade por tipo de alojamento**

	Alojamento para visitantes CIU 55			Atividades Imobiliárias CIU 68	
	Atividades de alojamento de curta permanência	Terrenos de camping, parques para veículos de passeio, parques para <i>traillers</i>	Outros alojamentos	Atividades imobiliárias com bens próprios ou arrendados	Atividades imobiliárias na base de comissão ou de contrato
Número de estabelecimentos					
Capacidade (habitações)					
Capacidade (leitos)					
Utilização da capacidade (habitações)					
Utilização da capacidade (leitos)					

**D – Número de estabelecimentos nas Atividades Características do Turismo, classificados segundo o número médio de empregos**

Indústrias turísticas	1 - 4	5 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 - 999	Mais de 1000	TOTAL
1. Alojamento para visitantes										
1.a Serviços de alojamento para visitantes não contemplados em 1.b										
1.b Serviços de alojamento associados a qualquer forma de propriedade de casas de veraneio										
2. Indústria de provisão de alimentos e bebidas										
3. Transporte de passageiros por ferrovias										
4. Transporte de passageiros por rodovias										
5. Transporte de passageiros por água										
6. Transporte aéreo de passageiros										
7. Aluguel de equipamentos de transportes										
8. Indústria de agências de viagens e outros serviços de reservas										
9. Indústria cultural										
10. Indústria desportiva e recreativa										
11. Comércio varejista de bens característicos do turismo, específicos de cada país										
13. Outras indústrias turísticas, específicas de cada país										

Elaborado pelo consórcio FGV/FIPE. Fonte: OMT.

## **Anexo 7 - Apresentação sobre contas satélites realizada por Andréa Bastos da Silva Guimarães, da coordenação de comércio e serviços do IBGE, em seminário do MTUR sobre CST**

---




**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Diretoria de Pesquisas**  
Coordenação de Comércio  
e Serviços

## Contas-satélites

24/06/2015



### Fontes e referências

- Manual de Contas Nacionais SNA 1993.
- Manual de Contas Nacionais SNA 2008.
- Contas Satélites de Turismo: Manual da Organização Mundial de Turismo - aprovado pela UNSD.
- Brasil - *Economia do Turismo* - dados sobre atividades características do turismo (ainda não é uma conta-satélite). É preciso identificar a parcela dessa produção que é consumida por turistas.

## A Conta-satélite

- O Sistema de Contas Nacionais apresenta informações consistentes e integradas sobre produção, importação, impostos, consumo, exportações e outros agregados.
- Conta-satélite: extensão do Sistema de Contas Nacionais que expande sua capacidade de análise sobre determinadas áreas - como o turismo - em formato comparável com o conjunto da economia.

## Por que Contas Satélites? (1)

- Contas Satélites não são qualquer tipo de estatísticas.
  - Estatísticas de viajantes não são Contas
  - Pesquisas domiciliares não são Contas ...
  - Contas Satélites implicam dados econômicos, mas não somente estes tipos de dados.
  - Contas tem a ver com contabilidade, com a noção de receitas e despesas que têm que ser confrontadas.
  - Contas significa que você olha para os fenômenos econômicos pelo menos de duas perspectivas: oferta e demanda, que terão que ser equilibradas.

## Por que Contas Satélites? (2)

- As Contas Satélites são um subsistema das Contas Nacionais. Isto significa que existe uma relação de dependência entre as Contas Satélites – CS e as Contas Nacionais - CN.
- Esta dependência não significa que CS tem que ser idêntica as CN, mas sim que as diferenças tem que ser explicitadas.
- Por exemplo, o consumo turístico inclui o consumo final (das famílias) e consumo intermediário (das empresas, denominado turismo de negócios).
- Podem existir diferenças nas classificações: mais detalhadas, específicas, agrupadas de forma diferente, e assim por diante.
- Geralmente, as Contas Satélites não cobrem todo o conjunto de contas existentes nas Contas Nacionais.
- Os tipos de tabelas podem ser diferentes (tabelas de despesas e financiamento das despesas).
- CS:integração de dados físicos e monetários.

## Importância das Contas Satélites

- A linguagem do SCN é muito particular e não é facilmente entendida.
- Diferença entre despesa de consumo final e consumo final efetivo: transferências sociais em espécie, etc.
- Elemento de diálogo e colaboração entre compiladores Contas Nacionais e especialistas do setor.
- Trabalhar em conjunto e ouvir: a Conta Satélite deve ser útil e uma ferramenta de decisão e análise.



## O que é possível saber através de uma Conta Satélite de Turismo?

- Importância do turismo no PIB e seu efeito sobre várias atividades econômicas.
- Número de visitantes, locais visitados, os fluxos anuais e por períodos, o uso de acomodação, transporte, etc.
- Os gastos de consumo, total e por produto.
- Estudos realizados por tipo de mercado (origem e perfil dos visitantes, e por destino)
- Fazer mensurações de impacto macro-econômico em um país, região, destino, etc.

## Requisitos para uma Conta Satélite de Turismo padrão

- Necessidade de estabelecer uma mensuração do PIB do Turismo comparável com a medição do PIB em outros campos da economia.
- Isso significa que você deve usar as mesmas definições de produção e consumo.
- Necessidade de separar os impactos sobre as diferentes economias: o turismo doméstico, turismo emissor, turismo receptivo.
- Precisa ter boas estatísticas: relacionáveis com os das Contas Nacionais.
- Estatísticas que permitam desenvolver comparações temporais e comparações internacionais.

### As fontes de informação sobre os fluxos de viajantes nacionais e internacionais

- Registros de entrada e saída (imigração; BP);
- Pesquisas nas fronteiras (principais portas de entrada/saída do país);
- Pesquisas em lugares visitados (atrações ...);
- Pesquisa domiciliares sobre viagem e despesas de viagem;
- Pesquisas a meios de hospedagem (taxa de ocupação de quartos, origem do hóspede, tempo médio de permanência, etc);
- Pesquisas as agências de viagens (características dos pacotes oferecidos, etc).

### Situação atual

- Criação de uma plataforma institucional que reúna os principais produtores e usuários destas estatísticas.
- Convênio entre Ministério do Turismo e IBGE para mapear as Atividades Características de Turismo pelo lado da oferta.
- Reformulação das pesquisas de Turismo internacional e interno do Min. Turismo.

## Classificação das Atividades

### Caraterísticas do Turismo a partir da oferta

- A OMT desenvolveu a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas - CIUAT) compatível com a 3ª revisão da Clasificación Industrial Internacional Uniforme – CIIU, elaborada pelas Nações Unidas.
  - esta classificação parte teoricamente dos produtos demandados pelos turistas,
  - determina quais os mais importantes em função de sua participação no consumo, e
  - identifica as atividades responsáveis pela produção dos produtos característicos do turismo.

## Tabelas Integrantes da CST

- Tabela 1 - Gasto turístico receptivo, por produtos e categorias de visitantes
- Tabela 2 - Gasto turístico interno, por produtos, categorias de visitantes e tipos de viagens
- Tabela 3 - Gasto turístico emissor, por produtos e categorias de visitantes
- Tabela 4 - Consumo turístico interior, por produtos
- Tabela 5 - Contas de produção das atividades características do turismo e outras atividades (a preços básicos)
- Tabela 6 - Oferta interna e consumo turístico interior, por produtos (a preços correntes)

## Tabelas Integrantes da CST



- Tabela 7 - Emprego nas atividades características do turismo
- Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo turística das atividades características do turismo e outras atividades
- Tabela 9 - Consumo coletivo turístico, por produtos e níveis das administrações públicas
- Tabela 10 - Indicadores não monetários
  - Número de viagens e pernoites, por formas de turismo e categorias de visitantes
  - Turismo receptivo: número de chegadas e pernoites, por meios de transporte
  - Número de estabelecimentos e capacidade por tipos de alojamento
  - Número de estabelecimentos nas atividades características do turismo, classificados segundo o número médio de empregos.
  - Outros.

## Tabela 1 - Turismo Receptivo



Table 1  
Inbound tourism expenditure by products and classes of visitors

Products	Inbound tourism expenditure		
	Tourists (overnight visitors) (1.1)	Excursionists (same-day visitors) (1.2)	Visitors (1.3) = (1.1) + (1.2)
<b>A. Consumption products (*)</b>			
<b>A.1. Tourism characteristic products</b>			
1. Accommodation services for visitors		X	
1.a. Accommodation services for visitors other than 1.b		X	
1.b. Accommodation services associated with all types of vacation home ownership		X	
2. Food- and beverage-serving services			
3. Railway passenger transport services			
4. Road passenger transport services			
5. Water passenger transport services			
6. Air passenger transport services			
7. Transport equipment rental services			
8. Travel agencies and other reservation services			
9. Cultural services			
10. Sports and recreational services			
11. Country-specific tourism characteristic goods			
12. Country-specific tourism characteristic services			
<b>A.2. Other consumption products (a)</b>			

## Tabela 2 - Turismo Interno



Table 2  
Domestic tourism expenditure by products, classes of visitors and types of trips


Products	Domestic tourism expenditure		
	Domestic trips (**)		
	Tourists (overnight visitors) (2.1)	Excursionists (same-day visitors) (2.2)	Visitors (2.3) = (2.1) + (2.2)
A. Consumption products (*)			
A.1. Tourism characteristic products			
1. Accommodation services for visitors		X	
1.a. Accommodation services for visitors other than 1.b		X	
1.b. Accommodation services associated with all types of vacation home ownership		X	
2. Food- and beverage-serving services			
3. Railway passenger transport services			
4. Road passenger transport services			
5. Water passenger transport services			
6. Air passenger transport services			
7. Transport equipment rental services			
8. Travel agencies and other reservation services			
9. Cultural services			
10. Sports and recreational services			
11. Country-specific tourism characteristic goods			
12. Country-specific tourism characteristic services			
A.2. Other consumption products (a)			
B.1. Valuables			
Total			


## Tabela 3 - Turismo Emissor



Table 3  
Outbound tourism expenditure by products and classes of visitors

Products	Outbound tourism expenditure		
	Tourists (overnight visitors) (3.1)	Excursionists (same-day visitors) (3.2)	Visitors (3.3) = (3.1) + (3.2)
	A. Consumption products (*)		
A.1. Tourism characteristic products			
1. Accommodation services for visitors		X	
1.a. Accommodation services for visitors other than 1.b		X	
1.b. Accommodation services associated with all types of vacation home ownership		X	
2. Food- and beverage-serving services			
3. Railway passenger transport services			
4. Road passenger transport services			
5. Water passenger transport services			
6. Air passenger transport services			
7. Transport equipment rental services			
8. Travel agencies and other reservation services			
9. Cultural services			
10. Sports and recreational services			
11. Country-specific tourism characteristic goods			
12. Country-specific tourism characteristic services			
A.2. Other consumption products (a)			
B.1. Valuables			
Total			

Products		Internal tourism expenditure			Other components of tourism consumption (**)	Internal tourism consumption (4.3) = (4.1) + (4.2)
		Inbound tourism expenditure (1.3)	Domestic tourism expenditure (2.9)	Internal tourism expenditure (4.1) = (1.3) + (2.9)		
<b>Tabela 4 – Turismo Interior</b> 						
Table 4 Internal tourism consumption by products						
A. Consumption products (*)						
A.1. Tourism characteristic products						
1. Accommodation services for visitors						
1.a. Accommodation services for visitors other than 1.b						
1.b. Accommodation services associated with all types of vacation home ownership						
2. Food- and beverage-serving services						
3. Railway passenger transport services						
4. Road passenger transport services						
5. Water passenger transport services						
6. Air passenger transport services						
7. Transport equipment rental services						
8. Travel agencies and other reservation services						
9. Cultural services						
10. Sports and recreational services						
11. Country-specific tourism characteristic goods						
12. Country-specific tourism characteristic services						
A.2. Other consumption products (a)						
B.1. Valuables						
Total						

Products	Tourism industries		
	8. Travel agencies and other reservation services industry (5.8)	9. Cultural industry (5.9)	10. Sports and recreational industry (5.10)
<b>Tabela 5 – Conta de Produção das Atividades Características do Turismo</b> 			
Table 5 (continued) Production accounts of tourism industries and other industries (at basic prices)			
A. Consumption products (*)			
A.1. Tourism characteristic products			
1. Accommodation services for visitors			
1.a. Accommodation services for visitors other than 1.b			
1.b. Accommodation services associated with all types of vacation home ownership			
2. Food- and beverage-serving services			
3. Railway passenger transport services			
4. Road passenger transport services			
5. Water passenger transport services			
6. Air passenger transport services			
7. Transport equipment rental services			
8. Travel agencies and other reservation services			
9. Cultural services			
10. Sports and recreational services			
11. Country-specific tourism characteristic goods			
12. Country-specific tourism characteristic services			
A.2. Other consumption products (a)			
B. Non-consumption products			
B.1. Valuables			
B.2. Other non-consumption products (**) (b)			
I. Total output (at basic prices)			
II. Total intermediate consumption (at purchasers price) (c)			



**Tabela 7 – Emprego nas Atividades Características de Turismo**

Table 7  
Employment in the tourism industries

Tourism industries	Number of establishments	Number of jobs by status in employment (*)					
		Employees			Self-employed		
		Male	Female	Total	Male	Female	Total
1. Accommodation for visitors							
1.a. Accommodation services for visitors other than 1.b							
1.b. Accommodation services associated with all types of vacation home ownership							
2. Food- and beverage-serving industry							
3. Railways passenger transport							
4. Road passenger transport							
5. Water passenger transport							
6. Air passenger transport							
7. Transport equipment rental							
8. Travel agencies and other reservation services industry							
9. Cultural industry							
10. Sports and recreational industry							
11. Retail trade of country-specific tourism characteristic goods							
12. Country specific tourism industries							
Total							

**Estágio Atual**

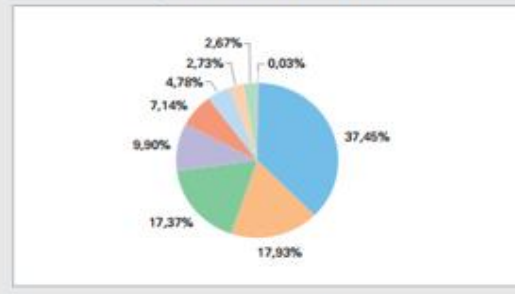
**Dados da Economia do Turismo (2009)**

- Participação das atividades características do turismo na geração de renda da economia (valor adicionado): 3,7%.
- Participação no total de postos de trabalho: 6,12%.
- Rendimento médio anual por ocupação abaixo da média do total da economia.



Dados da Economia do Turismo (2009) **IBGE**

Gráfico 2 - Distribuição percentual do valor adicionado bruto das Atividades Características do Turismo, por atividade - Brasil - 2009

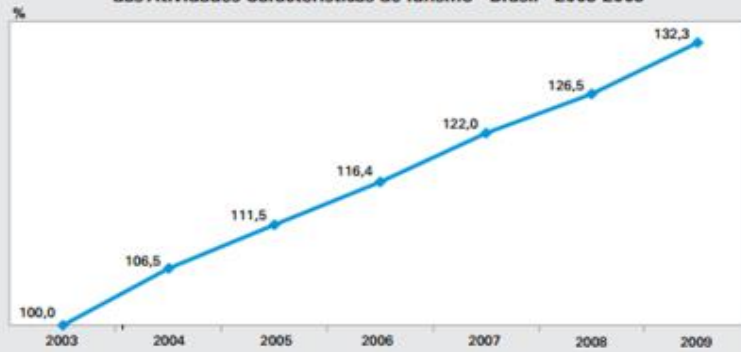


- Serviços de alimentação
- Transporte rodoviário
- Serviços de alojamento
- Atividades de agências e organizadores de viagens
- Transporte ferroviário
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes
- Transporte aéreo
- Aluguel de bens móveis

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Dados da Economia do Turismo (2009) **IBGE**

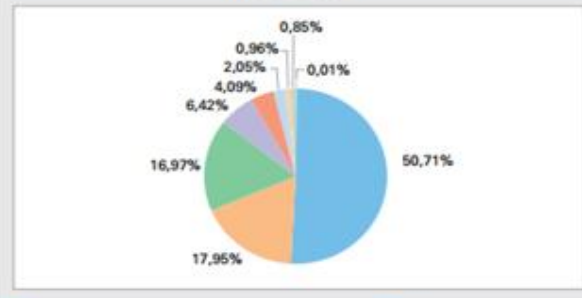
Gráfico 6 - Crescimento do volume do valor adicionado bruto das Atividades Características de Turismo - Brasil - 2003-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Dados da Economia do Turismo (2009) 

Gráfico 3 - Percentual dos postos de trabalho das Atividades Características do Turismo por atividade - Brasil - 2009



- Serviços de alimentação
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes
- Transporte aéreo
- Transporte ferroviário
- Transporte rodoviário
- Serviços de alojamento
- Atividades de agências e organizadores de viagens
- Aluguel de bens móveis

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Dados da Economia do Turismo (2009) 

Gráfico 7 - Evolução da participação das ocupações das Atividades Características do Turismo no total da economia - Brasil - 2003-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

### Dificuldades para construção CST

- Carência de boas estatísticas de demanda, que sejam relacionáveis com as das Contas Nacionais.
- Não homogeneização da mensuração dos pacotes turísticos;
- Incertezas sobre o total do gasto turístico interno;
- Problemas na mensuração das despesas com viagens no BP: a inclusão do e-comércio nas despesas de viagens; falta de detalhamento do gastos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil.
- Os dados de oferta de serviços característicos de produtos não detalha suficientemente os produtos característicos do turismo;
- Ausência de identificação da produção de serviços de hospedagem para autoconsumo (aluguel imputado)

### As fontes de informação sobre os fluxos de viajantes nacionais e internacionais

- Registros de entrada e saída (imigração; BP);
- Pesquisas nas fronteiras (principais portas de entrada/saída do país);
- Pesquisas em lugares visitados (atrações ...);
- Pesquisa domiciliares sobre viagem e despesas de viagem;
- Pesquisas a meios de hospedagem (taxa de ocupação de quartos, origem do hóspede, tempo médio de permanência, etc);
- Pesquisas as agências de viagens (características dos pacotes oferecidos, etc).

Obrigado.

Andréa Bastos da Silva Guimarães  
Coordenação de Comércio e Serviços – COSEC  
Diretoria de Pesquisas - DPE - IBGE  
andrea.guimaraes@ibge.gov.br